

Revista de Letras UTAD

- Ciências da Linguagem



Vol.2
N.º2

Série III
Junho
de 2025

Departamento de Letras, Artes e Comunicação
Escola de Ciências Humanas e Sociais

utad UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO

Revista de Letras

UTAD

– Ciências da Linguagem

Série III

Vol.2, n.º2

Junho de 2025

REVISTA DE LETRAS UTAD

– Ciências da Linguagem

Direção: José Barbosa Machado

Revista de Letras UTAD / edição da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras Artes e Comunicação. – Série III, vol.2, n.º2 (junho de 2025) – Vila Real, UTAD, Portugal.

Paginação e *design*: José Barbosa Machado

Imagem da capa: Serra do Marão

Site: <https://revistadeletras.utad.pt>

Artigos submetidos a *peer review*.

eISSN: 2975-8955 pISSN: 0874-7962

Índice

ARTIGOS	5
<i>You nun sou you: As teias que a língua tece</i> António Bárbolo Alves	7-22
<i>Semelhanças e diferenças entre o pretérito imperfeito e o condicional</i> Mariana Ribeiro	23-50
<i>Some remarks on forms of address looking at vós and vocês paradigms in portuguese municipal campaign documents</i> Marcela Faria	51-65
<i>Translating the colours of Katherine Mansfield's 'The Doll's House' intralinguistically</i> Roberta Rego Rodrigues	67-79
<i>Las anotaciones manuscritas de D. Alonso de Alcalá y Herrera en la "Orthographia, o modo para escrever certo na lingua Portuguesa" (1631) de Álvaro Ferreira de Vera</i> Rolf Kemmler Susana Fontes Sónia Coelho	81-98
<i>A introdução da língua portuguesa no sistema liceal português</i> Rolf Kemmler	99-138
RECENSÕES	139
<i>Armando Ruivo: Dicionário Picaresco e Satírico de Trás-os-Montes e Alto Douro</i> José Barbosa Machado	141-143

ARTIGOS

YOU NUN SOU YOU: AS TEIAS QUE A LÍNGUA TECE

António Bárbolo Alves

(CEL; Academia das Ciências de Lisboa)

ABSTRACT

Mirandese, spoken in the extreme northeast of Portugal, is part of the universe made up of languages that originated from Vulgar Latin but differentiated and acquired their own characteristics over time. However, despite the apparent diversity, their common roots form a powerful chain of connections, analogies, or even identities, which mutually enrich each other and are guardians of that historical, linguistic, and cultural heritage rooted in Latin. In this communication, we appeal for the preservation of Mirandese as a contribution to the enrichment of our cultural landscape, to the safeguarding of linguistic diversity and local identity, and we present some examples of Mirandese words, belonging to this common lexical fund, that can illustrate how Romance languages relate and enrich each other in mutual understanding.

Keywords: Mirandese; Romance languages; philology; identity; heritage.

RESUMO

A língua mirandesa, falada no extremo nordeste de Portugal, faz parte desse universo constituído pelos idiomas que se originaram no latim vulgar, mas que se foram diferenciando e adquirindo características próprias. Contudo, apesar da aparente diversidade, as suas raízes comuns formam uma poderosa cadeia de conexões, analogias ou mesmo identidades, que se enriquecem mutuamente e são guardiãs dessa herança histórica, linguística e cultural enraizada no latim.

Neste artigo, apelamos à preservação do mirandês como contributo para o enriquecimento do nosso panorama cultural, para a salvaguarda da diversidade linguística e da identidade local, e apresentamos alguns exemplos de palavras mirandesas, pertencentes a esse fundo lexical comum, que podem ilustrar a forma como as línguas românicas se relacionam e se enriquecem na compreensão mútua.

Palavras-chave: Mirandês; línguas românicas; filologia; identidade; património.

Recebido em 15 de fevereiro de 2025.

Aceite em 31 de maio de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.591

1. *La boç de Miranda. A voz de Miranda*¹

*You nun sou you,
Chámo-me Manel, mas nun sou Manel;
Nun me chamo Marie, mas sou tamien Marie.
Punírun-me un nome, mas sou todos ls nomes
De ls homes i de las mulhieres
De la squina de l Nordeste
Sou la boç de la Tierra an que naci i me criei!*

*Toda la tristeza
De la giente mirandesa
Ye mar que m'antrou n'alma
I me roubou la calma
Sien modo nien lei!*

*Mar que fizo de mi un campo de batalha,
I anda comigo a las buoltas
Por caminos i atalhos que nien sei!
– Gritos que crécen,
I de tanto gritar çfahécen,
Óndeas que ban, óndeas que bénen! –
A que m'acumpararei?*

*Sou la boç de Miranda
(Cumo un pobrezico, roto, muerto, çfaimado,
Que pide un cacho de pan, un palheiro, ua croa)
A gritar para Lisboua:
“A que d'El Rei! A que d'El Rei!”*

Manuel Preto, *Bersos Mirandeses*

¹ Comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, na sessão de tomada de posse como Sócio Correspondente da Classe de Letras.

O poema que acabamos de ouvir, intitulado “*La boç de Miranda*” – naquela que é, penso eu, a primeira vez que se ouve falar mirandês nesta Academia – é de Manuel Preto (1914-1983), um poeta mirandês que já não está entre nós. Neste poema que abre a sua obra póstuma “*Bersos mirandeses*” começa por dizer que não é ele que fala – *you nun sou you* – é a voz de todos os que falam e falaram mirandês. E deixou-nos, em forma de apelo, este poema, eco das muitas outras vozes que, desde a Terra de Miranda, reclamam, não ao Rei, mas a Lisboa, à Europa e ao mundo – especialmente ao mundo românico –, que ouçam a voz desta língua falada no extremo nordeste português. Num século em que assistimos, com indiferença generalizada, ao desaparecimento de metade das línguas humanas, seja-me permitido que a partir desta tão honrosa tribuna, não sei se com alguma ingenuidade ou com uma certa pretensão, lhes deixe alguns exemplos de como a língua mirandesa – à semelhança, diga-se, de todas as línguas do mundo – exprimindo e corporizando um *património*, isto é, um saber e uma sabedoria que deflui das suas raízes históricas e se enraiza na memória coletiva, merece a dignidade conferida a todas as outras línguas, representando um valor inestimável como elemento do genoma linguístico humano.

“*O mirandês é uma língua, e uma língua viva que deve ser contada entre as línguas da terra*” (Verdelho 1993:7). Recorrendo ao vocábulo alótropo *contar*, não no sentido de “calcular” mas sim de “relatar eventos”, “histórias” e “aventuras”, ou seja, de servir a arte e a imaginação, podemos nós acrescentar que a língua mirandesa nos *conta* a história de um grupo social e de uma cultura humana diferente de todas as outras. Conta uma maneira única de estar no mundo porque as suas palavras e expressões, transportando as marcas do seu fluir histórico, e na tensão permanente entre a semântica e a pragmática, ou seja, entre o significado sedimentado em lexemas e o significado social construído na prática discursiva, são portadoras de vida, comunicando o universo sensível, refletindo as ideias, a cultura e as emoções.

Quem visita a cidade de Miranda do Douro fica seguramente impressionado com a beleza e a sumptuosidade da sua *Concatedral*, mandada construir por D. João III, mas também com as frontarias da Rua da Costanilha, artéria principal de entrada na cidade onde, desde o século XV, as famílias mais privilegiadas quiseram deixar as marcas do seu estatuto social e económico. Mas sempre podemos perguntar qual a diferença entre as pedras destas luxuosas fachadas e a língua mirandesa. Entre as telas do magnífico Calendário da Concatedral, pintado na oficina do holandês Pieter Balten, por volta

de 1580, e os contos da literatura oral mirandesa. Qual a diferença entre as produções materiais e as produções imateriais?

Ambas são produto da imaginação e do génio humanos. Assim como os monumentos, as línguas são obras que devem ser preservadas. São o nosso património comum, atravessaram séculos, foram transmitidas de geração em geração, e é nosso dever não permitir que este património desapareça. Mais do que monumentos, análogos à esfinge egípcia, alta, sobranceira, mas silenciosa, as línguas são esfinges e são enigmas que nos interrogam, nos desafiam, mas que também nos respondem.

Ancoradas nos mito de Babel e no enigma da origem da linguagem, muitas teorias e mitos foram apresentando, ao longo dos séculos, a multiplicidade das línguas como resultado de um pecado, uma punição e uma maldição. Mas, do ponto de vista de ciência, a diversidade linguística é percebida da mesma forma que as ciências naturais entendem a biodiversidade, como um mecanismo fundamental para a qualidade de vida e equilíbrio dos ecossistemas.

Quando à dispersão linguística, o mito de Babel, enquanto narrativa genuinamente empenhada na explicação da diversidade linguística, dever também ser visto ao contrário: os homens não se afastaram um dos outros em virtude de falarem línguas diferentes, mas falam línguas diferentes porque se afastaram um dos outros.

Neste sentido, as línguas não existem em si. Subsistem porque servem de instrumento de comunicação aos grupos humanos, sendo a manifestação da faculdade da linguagem e também o reflexo das sociedades que as falam, espelhos da sua identidade, bases de construção e expressão de uma cultura. São o conhecimento repetido pelas gerações que nelas depositaram o seu saber e as suas emoções ou – nas palavras do filólogo Manuel Alvar – o “cofre onde gerações e gerações guardaram as suas experiências para que nós possamos dispor delas a qualquer momento”.¹

Mas se, superficialmente, cada língua tece o mundo de forma particular, a nível profundo, elas estabelecem conexões com os outros idiomas porque todas elas pertencem à mesma espécie, a espécie linguística. No caso do mirandês, língua latina, é com os idiomas românicos que estes vínculos se revelam mais intensos e mais fecundos. Vejamos por isso alguns exemplos.

¹ Manuel Alvar (s.d). *Las lenguas como libertad*. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-lengua-como-libertad-0/html/00ff851e-82b2-11df-acc7-002185ce6064_12.html . [Consultado dia 19.09.2023].

2. *La boç de las lhénguas.* | A voz das línguas

Para nos acompanhar nesta viagem convoco de novo a poesia de Manuel Preto, e os seus *Bersos mirandeses*, recorrendo agora a um pequeno excerto do poema “*Moços de Samartino*”:

*Hai bien moços – I que moços!
An San Martino d’Angueira:
Quando fâzen ua cousa,
Nunca la déixan a meio,
Siempre la fâzen anteira.
(...)*

*Hai bien moços – i que moços
An San Martino d’Angueira!
Agarrados al pendon,
Nun son para brincadeira.*

*Hai bien moços – I que moços!
An San Martino d’Angueira!
Hai-los d’a meia polaina,
I hai-los de polaina anteira!*

*Hai bien moços, hai bien moços,
Moços de fuorça i eideia,
Hai-los d’ua canhiça
I hai-los de canhiça i meia!*

Começemos por assinalar que, se este texto tivesse escrito hoje, certamente que o seu autor não repetiria tantas vezes a ideia de que, em *San Martino d’Angueira*, “*hai bien moços*”, ou seja, “há muitos jovens”. Infelizmente, como se sabe, o nosso interior vai ficando cada dia com menos pessoas, sobretudo jovens, e esse despovoamento é uma das principais ameaças à sobrevivência das culturas, das línguas e também do próprio país, que assim vai perdendo parte do seu património, da sua diversidade e da sua identidade.

Mas o que aqui nos interessa comentar não é a questão demográfica, são algumas formas ou palavras presentes no texto. E a primeira, que se repete ao longo do excerto, é a forma “*hai*”, terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo “*haber*”.

Trata-se de uma forma impessoal, que coocorre com “há”, e que contém uma preciosidade etimológica cristalizada no ‘i’ final”. Ela provém da forma do latim vulgar **hat* (em latim clássico ‘*habet*’) à qual se aglutinou o advérbio arcaico ‘*i*’ (ali), vindo do latim clássico ‘*ibi*’ (Lathrop 1984: 171 e Vasconcelos 1900: 415). Mas esta forma, comum ao mirandês e ao castelhano atuais, ainda presente na linguagem popular portuguesa e também na locução verbal do francês “*y avoir*”, encontramos-a igualmente documentada no português arcaico, nomeadamente na lírica medieval, como testemunha a cantiga de amor de D. Dinis “*Praz-mh a mi, senhor, de moirer*”, onde o advérbio ‘*i*’ gozava de tanta independência que podia ser separado da forma verbal (Vasconcelos 1900: 416):

“E certo podedes saber
que pero s’o meu tempo sal
per morte, nom a já i al.”

No segundo verso deste excerto encontramos as palavras “*an*” e “*Angueira*” que, tal como a forma “*anteira*”, que surge no quinto verso, pode levar os menos atentos a pensar que se trata de formas portuguesas pronunciadas de forma “arreesada” como, não há muito tempo, alguém escreveu sobre o mirandês.¹

Na verdade, em português, as formas provindas da preposição latina ‘*in*’,² e dos grupos iniciais *im-* / *in-*, embora tenham também adquirido um traço nasal, conservam a vogal anterior ou palatal [ê] e [ĩ]. Em mirandês, à semelhança do francês, transformou-se em *an-*, tal como em ‘anteiro’, ‘entier’ (< INTEGRUM); ‘ancantar’; ‘enchanter’ (< INCANTARE); ‘antender’, ‘entendre’ (< INTENDERE); ‘antrar’, *entrer* (< INTRARE), entre outras (Alves e Barros 2012).

Para além de muitas outras palavras e expressões que deixam transparecer a singularidade da língua mirandesa, atentemos agora na forma ‘*eideia*’.

Embora venhamos afirmando e defendendo que todas as línguas par-

¹ Foi assim que, em 1971, por ocasião da inauguração da fronteira de Miranda do Douro e da visita, um jornalista classificou as palavras que, em mirandês, alguém dirigiu ao então Chefe de Estado que se deslocou à Terra de Miranda: ““*Um aldeão da freguesia de Ifanes, o sr. Marcelino Carrasqueira deu as boas vindas ao chefe de Estado, no arreesado dialecto castiço da região.*” (Alves 2006).

² A forma ‘*an*’ pode coocorrer com outras formas como *en*, *ne l* e *no*, que representam variantes locais e correspondem a diferentes contextos de utilização e diferentes estados de evolução da língua (Ferreira, Manuela Barros e Raposo, Domingos (ed.) 1999: 30).

tilham tendências gramaticais e apresentam rasgos comuns, todas elas apresentam também restrições sobre os sons que se podem combinar para formar sílabas, e essas restrições são muito diferentes de língua para língua (Moreno Cabrera 2015: 56). No caso do mirandês, embora não se trate propriamente de uma restrição fonética, podemos dizer que esta língua “não gosta” de *i-* inicial (*veja-se o caso anterior de in-*). Por isso, na maior parte das vezes, ditonga, como se constata com a forma ‘*eideia*’, à qual podemos acrescentar outros exemplos como *iceder, idade, eidentidade, igreija, einemigo, eterno*, etc. Noutros casos, esta tendência faz com que o *i-* inicial se transforme em *a-*, como acontece com a palavra ‘*armano*’ (port. ‘irmão’ <lat. GERMANU-), ou que desapareça, tal como se verifica com as formas ‘*Zabel*’ (port. ‘Isabel’) e ‘*nebro*’ (port. ‘zimbros’; cf. cast. ‘enebro’ <lat. IUNIPĒRUS).

Nos versos finais encontramos agora a palavra ‘*canhiça*’, que designa, na Terra de Miranda, uma estrutura de madeira que se coloca nos lados dos carros de vacas para amparar a carga ou então nas entradas das propriedades rurais, servindo de porta ou portão. Esta palavra, derivada do substantivo ‘CANNA’, e já presente no latim onde encontramos a forma ‘CANNICIUS’, apresenta um fenómeno que, tal como assinalou José Leite de Vasconcelos (1900: 278), “distingue radicalmente o mirandês do português”. Trata-se da palatalização da consoante dupla intervocálica -NN-, que, em português, se simplifica, e, em mirandês, tal como em castelhano, palataliza, como se pode atestar em formas como *anho* (< ANNU-), *panho* (< PANNU-), *cabanha*, (< CAPANNA-); *pequinho* (< *PICCINU-), entre outras.

Mas a proximidade entre o mirandês e o castelhano começa a desfazer-se quando olhamos para outro fenómeno de palatalização que ocorre com a consoante dupla intervocálica -LL-. Neste caso, o mirandês, em presença de uma vogal anterior ou palatal tem tendência a desenvolver um ‘i’ que falta em espanhol, tal como ocorre em palavras como *streilha* (< STELLA-); *eilha* (< ILLA-); *peinha* (< PENNA-), etc.

E porque falamos neste fenómeno fonético, a palatalização, lembremos que a transformação de L- inicial latino em LH- é justamente uma das características que permite diferenciar o mirandês, do português e do castelhano, aproximando-o dos dialectos leoneses, ao encontro das suas raízes históricas. Eis alguns exemplos: lat. LUNA- > mir. e dial. leon. *lhuna*; port. *lua*; cast. *luna*; lat. LUPU- > mir. e dial. leon. *lhobo*; port. *lobo*; cast. *lobo*; lat. LANA > mir. e dial. leon. *lhana*; port. *lã*; cast. *lana*; lat. LINU- > mir. e dial. leon. *lhino*; port. *linho*; cast. *lino*.

Mas a etimologia que, segundo a própria palavra, deveria ser a verdade

sobre as palavras, é, muitas vezes, um demónio de riso escarninho que nos pode levar por sendas perversamente sedutoras e malignas (Silva 2020). É o que acontece com as chamadas “etimologias populares”, quando se pretende encontrar o significado de uma palavra e, por semelhança fonética ou por atração semântica, se inventa uma etimologia. Um exemplo bem interessante deste fenómeno é o que ocorre com a palavra mirandesa “*meligrana*” – em português ‘romã’ – forma geralmente explicada pelo facto de ter ‘mil grãos’. Na verdade, trata-se de uma palavra cujas raízes etimológicas se foram tornando cada vez mais opacas, dificultando a sua recomposição. Contudo, nas suas conexões com outras línguas, ela encerra uma narrativa muito rica que nos transporta e nos convida a viajar pela história dos povos e das culturas. É neste intrincado labirinto que os demónios da etimologia, com os seus paradoxos e fascínios – tal como em muitas outras ciências – nos vão sempre deixando, como estratégia de sedução, uns grãozinhos de verdade. Nesta palavra, a raiz de “*grana*” não deixa lugar a dúvidas: ela provém da forma latina “*GRANUM*”, significando grãos e conservando, tal como é característico do mirandês, o *-n-* intervocálico.

Quanto ao étimo “*meli*” – às vezes pronunciado ‘*mili*’, justamente para o aproximar foneticamente de ‘*mil*’ – é necessário ir um pouco mais longe para encontrar uma explicação.

Começemos por recordar que o latim dispunha de vogais breves e longas. Mas esta distinção, sendo tão subtil, foi-se gradualmente perdendo, num processo que não ocorreu apenas com o nascimento das línguas românicas, mas se iniciou com a própria evolução do latim falado. Por isso, não admira que o étimo ‘*MĀLUM*’ (*mālum*, *i*: a maçã) com um ‘*ā*’ longo, pudesse ser confundido com ‘*MĀLUM*’ (*mālus*, *a*, *um*: o mal), que se pronunciava com um ‘*ă*’ breve [tal como aconteceu a S. Jerónimo ao traduzir a conhecida Vulgata]. Foi assim que S. Jerónimo, ao traduzir a Bíblia conhecida como a “*Vulgata*”, dado que se dirigia às classes populares, *i.e.*, ao vulgo, cometeu o lapso de traduzir a palavra ‘*mali*’ por maçã na expressão “*lignum sciante boni et mali*” (*a árvore do conhecimento do bem e do mal*). E assim, o erro de tradução converteu a maçã no fruto proibido, que a arte, nomeadamente a pintura renascentista, se encarregou de plasmar em belíssimas telas que a trouxeram até aos nossos dias.

Mas esta confusão não afetou apenas a tradução de S. Jerónimo. Por essa razão, as línguas românicas e, antes delas, o próprio latim vulgar, procuraram estratégias para evitar a confusão entre a “maçã” e o “mal”. E assim, em vez de ‘*MĀLUM*’, começou-se a utilizar o eufemismo ‘*POMUM*’ que, em

rigor, designa apenas um fruto com caroço, uma raiz que está presente no francês ‘*pomme*’, mas também no português ‘*pomar*’, assim como em outros falares peninsulares, como o catalão e o espanhol, na forma ‘*poma*’, onde coexiste, nesta última língua, com a forma ‘*manzana*’.

Na Península Itálica, ‘*MĀLUM*’ mudou para ‘*mela*’, e na Península Ibérica, de latim mais conservador, foi a expressão ‘*MALA MATTIANA*’, que designava uma variedade de maçãs, em homenagem ao botânico romano Caius Matius, que acabou por designar todo este tipo de fruto. A forma mirandesa ‘*maçana*’, conservando, como já vimos, o -n- intervocálico tem, por isso, a mesma origem etimológica que a portuguesa ‘*maçã*’ e a castelhana ‘*manzana*’.

Voltando à palavra “*meligrana*”, ela preserva assim a raiz latina, significando, etimologicamente, ‘maçã com grãos’, e não ‘fruto com mil grãos’. Contudo, uma vez perdida (ou esquecida) essa ligação etimológica, a palavra foi-se acomodando ao outro termo com o qual se crê que tem uma relação semântica. E assim, testemunhando essa herança comum, encontramos, em outros falares, como no português transmontano, “*milgrada*” ou “*milgrã*”, no galego “*milgrada*”, no catalão ‘*magrana*’, no aragonês ‘*mengrana*’, no italiano ‘*melograno*’¹, entre muitas outras.

A história das palavras é a história do mundo. Uma história que se entretetece com significados antigos, conexões mais ou menos ocultas, histórias que são a nossa história. Aquelas que o mirandês e as línguas românicas nos convidam a descobrir assentam no latim, mas prolongam as suas raízes pela herança mediterrânica, fenícia, grega, árabe ou judaica, sem esquecer os substratos de origem celta nem os contributos posteriores dos chamados “bárbaros”. É nestas teias que se fundamenta a robustez da nossa cultura: a cultura europeia (Alves e Barros 2012), de que as línguas são infindas guardiãs. Foi a pensar nelas que subintitulei esta comunicação com as palavras “As teias que a línguas tece!”. E ao relê-las, veio-me também à memória, certamente por proximidade fonética, o verso pessoano “Malhas que o império tece!”, do poema “O menino da sua mãe”. Mas, ao contrário, do poema em que o “império” é apontado como principal responsável pela tragédia da morte do menino-soldado, o império do latim, que foi a *língua de grande parte da Europa durante cerca de dois mil anos, é uma lembrança que estimula o nosso imaginário de cidadãos europeus, evocando relações e criando outras que destacam a nossa identidade comum.*

Um falante de português talvez tenha alguma dificuldade em entender

¹ Entre outros casos que passaram para a linguagem comum, podemos citar também o exemplo de “ferrolho”, que modificou sua forma etimológica (de ‘*VERUCŪLUM*’, diminutivo latino de ‘*VERU*’, ‘fechamento’) para o associar ao material de que é feito, o ferro.

como é que o fingimento – que normalmente tem uma conotação negativa –, pode ser visto como instrumento de criação literária, tal como o apresenta Fernando Pessoa no conhecido poema “Autopsicografia”.

A etimologia pode, desde logo, prestar algum auxílio, mostrando que o verbo “fingir” significa, segundo o *Dicionário da Academia das Ciências*, “dar uma aparência falsa; fazer crer o que não é verdade”, tendo origem no latim “FINGO, -ĒRE” onde significava ‘modelar’ ou ‘fingir’.

Efetivamente, este verbo era usado para referir o ato de criar algo usando as mãos, nomeadamente com a cera ou com a argila. A evolução semântica levou a que, nas línguas românicas, o significado incluisse o ato de criar algo imaginário ou fictício, transmitindo a ideia de engano, de simulação, de criação ou apresentação de algo que não é genuíno ou verdadeiro.

Mas também aqui a língua mirandesa pode dar o seu contributo. Com efeito, em mirandês, o verbo ‘*fenhir*’, com a mesma origem etimológica de ‘fingir’, reporta-se ao ato de moldar a massa do pão, uma vez levedada e pronta para fazer as ‘bolas’ ou ‘fogaças’ que hão de ser colocadas no forno. Por isso, aqui temos a ideia de ‘moldar com as mãos’ dando forma a um produto, o pão, de suma importância, alimentar e simbólica, nas culturas mediterrânicas. E assim, à luz deste ensinamento, podemos dizer que o poeta não é aquele que mente ou dissimula, é alguém capaz de transformar, de moldar e de criar, a partir da sua própria massa, *i.e.*, dos seus sentimentos, algo novo, tão real e verdadeiro como o fingimento inicial.

Neste terreno de fascínios e paradoxos que a etimologia nos convida a percorrer, o étimo latino ‘FINGĒRE’ conduz-nos também à palavra ‘esfinge’. Era ela que, na longínqua Tebas, com a sua ominosa pergunta e não menos odiosa figura, atormentava os humanos. O jovem Édipo superou-a e derrotou-a porque sabia que todos os enigmas se confundem com o “homem”, são o próprio “homem”. De igual modo, também as línguas acompanham a história humana, contam a nossa história, contêm saberes e costumes que representam em si mesmos uma forma de conhecer e de nomear o mundo. Cada língua representa uma cultura, um saber coletivo e uma parte do nosso património imaterial. Estudá-las e preservá-las é manter viva a herança comum e a memória da humanidade.

3. Zgarabatando (ne) l feturo. | Perscrutando o futuro

Ora, se nos ativermos unicamente ao espaço europeu onde, para além das línguas românicas, encontramos também as línguas germânicas e eslavas, sem esquecer o grego, o basco e as línguas celtas, forçoso é de concluir que,

se concedêssemos a cada língua o lugar que elas reclamam e merecem, os custos seriam provavelmente proibitivos. A nível global, se tivermos em conta [apenas] os dados que têm sido apontados por diferentes sociolinguistas, desde os trabalhos pioneiros, do início do século XIX, do polígrafo jesuíta espanhol Lorenzo Hervás y Panduro, considerado o pai da linguística comparada¹, até ao recente trabalho do sócio-linguista holandês Abram de Swaan (2001), sem esquecer os dados em permanente atualização do *Ethnologue*, verificamos que existem cerca de 7000 línguas. Mas elas não têm todas o mesmo estatuto nem se encontram todas na mesma situação. No passado dia 22 de setembro [de 2023] esta base de dados informava que 3593 se encontravam em situação estável, 3072 em perigo, 451 eram dadas como extintas, e apenas 492 são consideradas línguas institucionais, isto é, “línguas usadas e suportadas por instituições fora do espaço familiar e da comunidade.”²

Por isso, reconhecer todas as línguas e culturas é também ser capaz de desenhar políticas linguísticas, de planificação linguística³ ou, se quisermos, de glotopolítica⁴ (Calvet 2008), que vão ao encontro do multilinguismo, mas que sejam igualmente capazes de encontrar para cada língua um espaço diferente e talvez único.

No caso do mirandês, ainda que sem uma política verdadeiramente estruturada, têm sido dados passos relevantes no sentido do “reconhecimento político”, no processo de “codificação” e também de “modernização linguística”.

No plano político, o mirandês foi reconhecido como língua através da Lei 7/99, de 29 de janeiro. Esta lei, baseando-se no princípio da territo-

¹ *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos*

² <https://www.ethnologue.com/> [consultado dia 22.09.2023]

³ Os conceitos de “política linguística” e de “planificação linguística” correspondem, conceptualmente, a características diferentes, ainda que relacionadas. O primeiro diz respeito à ideias, leis e regulamentos que têm como objetivo produzir mudanças nos comportamentos linguísticos de uma sociedade ou grupo social; o segundo diria respeito ao conjunto de decisões adotadas por uma autoridade, em princípio governamental, mas que também pode ser uma instituição ou mesmo um grupo de indivíduos, tendentes a conseguir os mesmos resultados (Kaplan & Baldauf 1997). Contudo, dadas as conexões e implicações mútuas no plano significativo entre os dois conceitos, alguns autores utilizam indistintamente as duas expressões (Siguan 2001).

⁴ O conceito de glotopolítica foi introduzido pelos sociolinguistas franceses Guespin e Marcellesi (1986) considerando que a “políticas linguísticas” e a “planificação linguística”, para além das ações ligadas estritamente ao sistema linguístico, deve também incluir as acções, conscientes ou inconscientes, da sociedade perante a língua, a fala e o discurso.

rialidade¹ e reconhecendo aos habitantes da terra de Miranda “o direito a cultivar e promover a língua mirandesa”, teve um papel muito importante, melhorando designadamente a atitude dos falantes perante o seu idioma, mas garantindo apenas o referido reconhecimento, ou seja, o direito de usar a língua em situações comunicativas.

A “*Convenção ortográfica da língua mirandesa*”, concluída e publicada também em 1999, num momento em que o mirandês ainda nem servia para se escrever a si próprio, apesar da sua simplicidade (ou talvez por isso), revelou ser um notável instrumento no processo de fixação e de difusão e do idioma, fomentando a produção escrita, mas sem responder a algumas questões como sejam a criação de neologismos ou a ortografia de alguns empréstimos.

Neste sentido, o processo de “modernização linguística”, que se tem desenvolvido sobretudo pelo contributo de escritores e tradutores, precisa também de ser aprofundado, nomeadamente com a elaboração de materiais auxiliares de escrita: prontuários, gramáticas, dicionários, etc.

No que respeita à descrição da língua, após os trabalhos pioneiros de Leite de Vasconcelos (1900 e 1901)², os linguistas têm continuado a estudar e a demonstrar a importância do mirandês quer para a compreensão do português, quer como elemento patrimonial e, mais recentemente, na intercompreensão das línguas românicas (Alves e Barros 2012). Vale a pena lembrar as palavras do filólogo pois elas, mais de cem anos depois, continuam a ser de uma atualidade premente. Depois de apresentar alguns exemplos de como “o conhecimento do mirandês” poderia ajudar no ensino e compreensão do português, e de mostrar que também em outros países como a Espanha, a França e a Itália se falam outras línguas, conclui: “*Em Portugal temos pouco, é certo; conservemos no entanto esse pouco!*” (Vasconcelos 1900: 165).

E a verdade é que o mirandês, apesar de todos os vaticínios que, desde há mais de cem anos, vêm prognosticando o seu desaparecimento, se tem “conservado”. Porém, apesar do muito que foi feito nas últimas décadas,

¹ Os sistemas multilingues podem orientar-se no sentido do princípio da territorialidade, como é o caso do mirandês, e o princípio da personalidade, que garante ao falante dessa língua determinados direitos, independentemente do lugar onde se encontra (Hamel 1993).

² Os argumentos linguísticos de José Leite de Vasconcelos baseiam-se na facilidade que o falante de mirandês tem na compreensão de algumas palavras cuja evolução fonética as tornou mais opacas para um falante de português. Exemplifica com a forma “boníssimo” que, para um mirandês, dada a conservação do –n- intervocálico e ao facto de o grau normal ser “buono”, explica mais facilmente o superlativo (Vasconcelos 1900:162-163).

não obstante os sinais de revitalização que é possível encontrar, a língua mirandesa apresenta também claros sinais de obsolescência e não está ao abrigo do cataclismo global que vem dizimando as línguas ao ritmo de duas ou três dezenas por ano (Hagège 2000). Os últimos trabalhos de pendor sociolinguístico apontam justamente no sentido de que, se nada for feito, o mirandês desaparecerá nos próximos 30 anos (Merlan 2009 e Costas 2023).

Por isso, também nesta matéria, é necessário ir mais longe, no sentido de ver o mirandês como um recurso e não como um problema, apresentando uma política e uma planificação linguística com uma visão integradora, que tenha em consideração o processo de implementação, nomeadamente através no sistema educativo, o desenvolvimento funcional do idioma e com a devida atenção aos falantes e às forças sociais.

A vida das línguas é uma interrogação permanente que abre as portas da memória e coloca questões de natureza diversa. No caso português, podemos olhar para o mapa de Portugal continental e ver apenas um retângulo, secular, de fronteiras bem definidas e onde o estado-nação se conforma e se confunde exclusivamente com a língua portuguesa. Podemos igualmente olhar para a Europa, nomeadamente para o espaço que foi o Império Romano, e ver um mapa segmentado pelas linhas de fronteira, pelos países e nações, pelas “pátrias-línguas” (Lourenço 1994: 185), um mapa estático de fronteiras políticas sempre provisórias. Ou podemos ver, uma vez quebradas as diferenças linguísticas de superfície, mapas animados pelas línguas e pelas culturas que pululam no espaço europeu, unidas por essa herança comum de que as línguas são guardiãs inesgotáveis.

As línguas românicas, incluindo o mirandês, são um tesouro vivo de diversidade. Ao preservá-las, estamos a salvaguardar a identidade local e a história das regiões. Ao estudá-las, estamos a mostrar que elas conectam comunidades, facilitam a comunicação e enriquecem a compreensão mútua. No contexto global, a preservação do mirandês e de outras línguas é um contributo para a diversidade linguística. Valorizar o mirandês é honrar a ligação entre passado, o presente e o futuro, enriquecendo o nosso panorama cultural pois, como escreveu o poeta mexicano Miguel León Portilla, “quando morre uma língua, fecha-se a todos os povos do mundo, uma janela, uma porta, um assomar-se de forma diferente a tudo quanto é ser e vida na terra”.¹

¹ No original: “*Cuando muere una lengua / entonces se cierra / a todos los pueblos del mundo / una ventana, una puerta, / un asomarse / de modo distinto / a cuanto es ser y vida en la tierra.*”

Termino de novo em mirandês, servindo-me agora das palavras de José Saramago, n' *O Ano da morte de Ricardo Reis*, que me arrisco a traduzir:

Ricardo Reis pára delante de la státua de Eça de Queirós, ó Queiroz, por cabal respeito de l'ourtografie que l duonho de l nome usou, ai cumo puoden ser defrentes las maneiras de screbir, i l nome inda ye l menos, assombroso ye faláren estes la mesma lhéngua i séren, un Reis, l outro, Eça, talbeç seia la lhéngua que bai scollendo ls scritores de que precisa, sírbe-se deilhes para que spríman ua parte pequinha de l que ye, quando la lhéngua houbir dezido todo, i calhado, siempre quiero ber cumo iremos nós a bibir.

Referências bibliográficas

Alves, António Bárbolo. 2006. “La lhéngua mirandesa: ancruzelhadas i caminos de l último secló.” In: Morala Rodríguez, José Ramón (coord.). *Ramón Menéndez Pidal y el dialecto leonés*, León, 295-323.

Alves, António Bárbolo e Barros, Anabela Leal de. 2012. “Le mirandais, langue du Portugal. Son rôle à l’égard du portugais et d’autres langues romanes.” In: Herrerias, José Carlos (dir.), *L’Europe des 27 et ses langues*, Collection Europe(s), Valenciennes: Presses Universitaires de Valenciennes, 447-461.

Calvet, Louis-Jean. 2008. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.

Costas, Xosé Luis (coord.). 2023. *Persente i feturo de la lhéngua mirandesa. Studo de ls usos, atitudes i cumpetências lhenguísticas de la populaçon mirandesa*. Vigo: Universidad de Vigo.

Ferreira, Manuela Barros e Raposo, Domingos (ed.). 1999. *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Miranda do Douro e Lisbon: Câmara Municipal de Miranda do Douro e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Guespin, Louis e Marcellesi, Jean-Baptiste. 1986. “Pour la glottopolitique”, *Languages*, 83, 53-34. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1986_num_21_83_2493. [consultado dia 15.09.2023]

Hagège, Claude. 2000. *Halte à la mort des langues*. Paris: Editions Odile Jacob.

Hamel, Rainer Enrique. 1993. *Políticas y planificación del lenguaje: una introducción*, México: UAM. Disponível em: <http://www.hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones> [consultado dia 10.09.2023].

Kaplan, Robert B. e Baldauf, Richard B. .1997. *Language planning: From practice to theory*. Clevedon: Multilingual Matters. Disponível em: <https://books.google.pt/books> [consultado dia 10.09.2023].

Lathrop, T. A. 1984. *Curso de gramática histórica española*. Madrid: Ariel.

Lourenço, Eduardo. 1994. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Merlan, Aurelia. 2009. *Situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la*

zona fronteriza português-española. Uviéu/Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.

Moreno Cabrera, Juan Carlos. 2015. *La dignidade e igualdade de las lenguas*. Madrid: Alianza Editorial.

Siguan, Miguel. 1992. *España plurilingüe*. Madrid: Alianza.

Silva, Vítor Aguiar e. 2020. *Colheita de Inverno. Ensaio de teoria e crítica literárias*. Coimbra: Almedina.

Swann, Abram de. 2001. *Words of the world. The global language system*. Cambridge: Polity Press.

Vasconcelos, José Leite de. 1900. *Estudos de filologia mirandesa, vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1901. *Estudos de filologia mirandesa, vol. II*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Verdelho, Telmo. 1993. “Falares asturo-leoneses em território português”. *Lletres Asturianas: Boletín Oficial de L’Academia de la Llingua Asturiana*, (50), 7-25.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O PRETÉRITO IMPERFEITO E O CONDICIONAL

As leituras temporais, aspetuais e modais do Pretérito Imperfeito e do Condicional em contextos específicos em Português Europeu

Mariana Ribeiro (Faculdade de Letras, UP)

ABSTRACT

In Portuguese, the Imperfect and the Conditional are grammatical tenses that can have different values associated with them. The Imperfect can be temporal, aspectual and modal, and the Conditional can be temporal and modal. Thus, in Portuguese, they seem to be able to occur in the same contexts and, in some of these contexts, they appear with exactly the same readings. We will try to understand what distinguishes them in the same context, what favors the sharing of contexts and whether the readings change depending on the type of predicate associated with them.

Keywords: Past Imperfect, Conditional, Temporal Value, Aspectual Value, Modal Value.

RESUMO

Em Português, o Pretérito Imperfeito e o Condicional são tempos gramaticais que podem ter diferentes valores a si associados. O Imperfeito pode ser temporal, aspetual e modal e o Condicional pode ser temporal e modal. Desta forma, em Português, eles parecem poder ocorrer nos mesmos contextos e, em alguns desses contextos, surgem exatamente com as mesmas leituras. Tentar-se-á perceber o que é que os distingue no mesmo contexto, o que favorece a partilha de contextos e se as leituras se alteram consoante o tipo de predicado que lhes surge associado.

Palavras-chave: Pretérito Imperfeito, Condicional, Valor Temporal, Valor Aspetual, Valor Modal.

Recebido em 25 de janeiro de 2025.

Aceite em 31 de maio de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.585

Introdução

Em Português Europeu (adiante, PE), o Pretérito Imperfeito é um tempo polivalente, devido ao facto de, em primeiro lugar, ele não apresentar unicamente informação de tempo, veiculando também informação de modo e de aspeto e, em segundo lugar, de ser capaz de realizar alterações aspetuais (por exemplo, transforma estados em eventos e eventos télicos em atélicos). Não lhe bastando estas múltiplas funções, ele ainda é capaz de substituir o Condicional num conjunto determinado de contextos. Por seu lado, o Condicional é um tempo verbal que transmite informações temporais e modais, mas que não é tão versátil como o Imperfeito.

O presente trabalho corresponde a um estudo levado a cabo para o PE relativamente às diferentes leituras e valores que o Imperfeito e o Condicional podem ter nesta variedade da língua.

Tentar-se-á perceber quais os contextos que favorecem as diferentes leituras que o Imperfeito pode ter em PE – temporal, aspetual e modal – e os contextos que preferem o Condicional e as suas possíveis leituras – temporal e modal.

Num primeiro momento, achou-se pertinente salientar os contextos de ocorrência do Imperfeito e do Condicional, estabelecendo alguma relação entre essas mesmas ocorrências de ambos os tempos verbais e tentando também perceber quais são os casos em que estes tempos verbais não partilham contextos.

Num segundo momento, procurou-se uma explicação para os casos em que os dois tempos verbais surgem de forma indiferenciada e em que são até utilizados em alternância por muitos falantes nativos.

Partindo dos exemplos retirados dos *corpora* online CETEMPúblico e Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), procurou-se verificar se as características, leituras e usos associados a estes dois tempos verbais e os contextos em que eles surgem correspondem àquilo que se encontra descrito na literatura consultada.

Com o objetivo de se fazer uma análise mais direcionada e proveitosa, consideraram-se os casos em que o Imperfeito e o Condicional se combinam com estados e eventos. Dentro dos estados, verificou-se a ocorrência do Imperfeito e do Condicional com predicados de indivíduo e com predicados de fase. Em relação aos eventos, observou-se a ocorrência destes tempos verbais combinados com processos, processos culminados e com culminações.

Desta forma, na secção 1, será feito um breve enquadramento teórico do tema, tendo como base a literatura consultada relativamente às leituras e aos usos do Imperfeito e do Condicional em PE; na secção 2, serão brevemente apresentadas algumas características relativas às categorias gramaticais tempo, aspeto e modalidade; na secção 3, será brevemente apresentada a distinção entre predicados de indivíduo e predicados de fase; na secção 4, serão apresentadas as principais características do Imperfeito e serão analisados os contextos que favorecem as leituras temporal, aspetual e modal desse tempo; na secção 5, serão apresentadas as principais características do Condicional e os contextos que favorecem as leituras temporal e modal desse tempo; na secção 6, são apontados os casos em que o Imperfeito e o Condicional partilham contextos e que se podem observar na literatura; na secção 8, tendo por base os exemplos recolhidos dos *corpora*, num primeiro momento, verificar-se-ão os valores e contextos de preferência de ambos os tempos verbais e, num segundo momento, analisar-se-ão os casos em que o Imperfeito e o Condicional se distinguem categoricamente; na secção 8, salientar-se-ão os casos em que o Condicional pode ser substituído pelo Imperfeito e vice-versa e, por último, na secção 9, serão apresentadas algumas considerações finais relativamente a este tema.

1. Enquadramento teórico

De acordo com Mota (2016: 173), considerar apenas a designação “tempo” para identificar estes tempos gramaticais parece não ser suficiente, pelo facto de não traduzir “a complexidade de categorias implicadas nas formas verbais”, uma vez que nem todos os paradigmas verbais contêm única e exclusivamente a informação de tempo.

Como já foi dito anteriormente e, tal como considera Oliveira (2003, 2013), o Imperfeito é um tempo gramatical que veicula não só informações temporais, como também aspetuais e modais. Acrescenta ainda que, pelo facto de ser um tempo “alargado”, pode alterar o tipo de evento, sobrepor-se parcial ou totalmente a um tempo do passado, ou ainda, incluir-se nele.

No caso do Condicional, este tempo verbal, para além de tempo, também pode expressar modo. Os valores temporal e modal associados ao Condicional variam de acordo com a perspetiva temporal na frase (Oliveira 2003). Cunha & Cintra (1984), evidenciando apenas o valor temporal do Condicional, designam-no como Futuro do Passado.

Por estas razões, é necessário ter em consideração o tipo de predicado

associado a estes tempos, além do que foi dito anteriormente, porque eles têm diferentes leituras consoante o tipo de predicado com o qual surgem combinados.

Para isso, observar-se-ão em profundidade os contextos em que o Imperfeito e o Condicional surgem combinados com estados (predicados de indivíduo e predicados de fase) e com eventos (processos, processos culminados e culminações).

Num primeiro momento, julga-se ser relevante apresentar algumas características das categorias linguísticas tempo, aspeto e modalidade.

2. As categorias linguísticas: tempo, aspeto e modalidade

2.1. Tempo

O tempo linguístico, de acordo com Oliveira (2003, 2013) serve para localizar as situações (eventos ou estados) através de tempos verbais, advérbios e expressões adverbiais de tempo e certas construções temporais.

Esta categoria gramatical pode ser dêitica ou anafórica. É dêitica quando estabelece uma relação direta com elementos extralinguísticos, tal como o momento em que se produz o enunciado, como se pode verificar em (1), e anafórica, quando se relaciona com outros elementos linguísticos, tal como outros tempos verbais, como se pode observar em (2):

(1) A Rita vive em Nova Iorque. (Oliveira 2013: 510)

(2) O Rui saiu de casa quando a Ana chegou. (Oliveira 2013: 512)

O tempo gramatical permite localizar temporalmente a situação descrita pela frase num determinado eixo, que se organiza em três domínios: Passado, Presente e Futuro. Mas, para se poder entender essa organização, tem que se ter em consideração que isto se processa sempre em relação a um ponto tomado como referência, que é geralmente o momento da enunciação (Oliveira 2003, 2013).

Como a localização temporal é relativa, consideram-se então três momentos essenciais para o estudo do tempo linguístico: o ponto da fala (F), ou seja, o momento da enunciação; o ponto do evento (E), isto é, o tempo do acontecimento descrito pela frase e o ponto de referência (R), correspondente ao ponto intermédio a partir do qual se pode situar o evento (ou estado). De acordo com Oliveira (2003), isto é o que nos permite falar das relações de

anterioridade, simultaneidade e posterioridade do tempo da frase em relação ao momento da enunciação.

2.2 Aspeto

O aspeto é uma categoria linguística que “fornece informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase” (Oliveira 2003: 129).

Quando falamos em aspeto, temos que ter em consideração que isto é o que nos permite compreender se a situação de que se fala é ou não durativa, se tende ou não para um fim, se tem ou não um estado resultante, se é ou não homogénea e se é ou não dinâmica.

Para uma melhor compreensão desta questão, seguir-se-á a tipologia aspetual apresentada por Oliveira (2003), inicialmente proposta por Moens (1987) e que muito dialoga com a de Vendler (1967), no Quadro 1:

Quadro 1. Tipologia aspetual apresentada em Oliveira (2003).

	Dinâmico	Télico	Duração	Estado Consequente	Homogéneo
Processo	+	-	+	-	+
Processo	+	+	+	+	-
Culminação					
Culminação	+	+	-	+	-
Ponto	+	(-)	-	-	-
Estado	-	-	+	-	+

Como é possível verificar no Quadro 1, todos os eventos (processo, processo culminado, culminação e ponto) são marcados positivamente pelo traço da dinamicidade, contrariamente aos estados que são situações não dinâmicas.

Os processos são situações homogéneas, por se poderem dividir em diferentes partes, mas sem alterações muito significativas das suas propriedades; durativas, porque se prolongam num intervalo de tempo; atélicas, por não conterem um fim intrínseco e não admitirem um estado consequente.¹ Como aponta Cunha (2013), têm a particularidade de se combinarem com

¹ De acordo com Cunha (2013), exemplos de predicados que representam processos são *fumar, correr, passear no jardim, beber vinho, assar castanhas, nadar, fazer [exercício/ginástica/jogging]*, entre outros.

adjuntos adverbiais de duração iniciados pela preposição *durante* seguida de um sintagma nominal que exprime uma quantidade de tempo.

(3) A Maria nadou (durante duas horas). (Cunha 2013: 601)

Os processos culminados são situações heterogéneas, devido ao facto de, se a situação for dividida em diferentes partes, essas partes não corresponderem à situação global, mas sim a uma parte da realização dessas situações, uma vez que o processo culminado é encarado como tal quando atinge um ponto final. Por essa razão, é um evento télico, durativo e que admite um estado consequente¹. De acordo com Cunha (2013), combinam-se com adjuntos adverbiais de duração temporal iniciados pela preposição *em* seguida de um sintagma nominal que representa uma quantidade de tempo.

(4) A Joana leu o livro (em duas semanas). (Cunha 2013: 602)

As culminações são situações télicas, não durativas ou pontuais, que admitem um estado consequente e são também heterogéneas². Segundo Cunha (2013), combinam-se com adjuntos adverbiais de localização, incluindo os de localização pontual.

(5) A Joana desmaiou (às cinco da tarde). (Cunha 2013: 602)

Os pontos são eventos que, à semelhança das culminações, são situações não durativas e heterogéneas. No entanto, diferentemente das culminações, são atélicos e não admitem um estado consequente³. Cunha (2013) afirma que, tal como as culminações, são compatíveis com adjuntos adverbiais de localização, incluindo os de localização pontual.

(6) A Maria espirrou (às cinco da tarde). (Cunha 2013: 603)

No entanto, é necessário ter em consideração o contexto em que sur-

¹ Para Cunha (2013), *escrever um livro, ler Guerra e Paz, pôr o carro na garagem, ir até à estação, tomar um banho*, etc., correspondem a processos culminados.

² Segundo Cunha (2013), são exemplos de culminações *cortar a meta, marcar um golo, nascer, morrer, apagar a luz, encontrar, descobrir, entrar, sair*, entre muitos outros.

³ Cunha (2013) considera *espirrar, esbofetear, tossir, bater à porta e explodir* exemplos ilustrativos de pontos.

gem estes diferentes tipos de predicados e os diversos fatores linguísticos que podem alterar as classes aspetuais básicas, como se irá observar na secção 2.2.1.

2.2.1. Interpretação aspetual derivada

Oliveira (2003: 133) considera que “esta classificação básica dos diferentes tipos de situações deve ser considerada de forma dinâmica”, porque se, por um lado, temos tempos verbais assim como outros elementos linguísticos que não alteram a classe aspetual básica de um predicado, por outro, temos tempos gramaticais como o Imperfeito do Indicativo que são capazes de fazer alterações nas classes aspetuais básicas de um predicado.

Este tempo gramatical, para além da sua função localizadora, também contém informações aspetuais muito relevantes. Por um lado, o Imperfeito do Indicativo descreve estados habituais ocorridos no passado, como é possível observar em (7) e, por outro lado, estativiza uma situação sempre que se combina com eventos (aproximando-se muito da função aspetual que atribuímos ao verbo auxiliar progressivo *estar a*), como se pode observar em (8):

(7) A Maria *ia* para a escola de autocarro. (Cunha 2013: 616)

(8) A Joana *lia* um artigo quando tocou o telefone. (Cunha 2013: 616)

2.3. Modalidade

A modalidade corresponde à forma que os sujeitos utilizam para exprimir atitudes e opiniões sobre o conteúdo proposicional dos enunciados que produzem (Oliveira & Mendes 2013).

A modalidade pode expressar-se através de diferentes elementos linguísticos que podem ser integrados em cinco grandes domínios, que são objeto de um estudo mais sistemático dentro da semântica e da pragmática, de acordo com Oliveira & Mendes (2013): a modalidade epistémica, a modalidade deôntica, a modalidade interna ao participante, a modalidade externa ao participante e a modalidade desiderativa.

O domínio que será mais relevante para análise no presente trabalho será o epistémico. Este domínio é aquele que se prende com o grau de certeza/incerteza que o falante manifesta em relação à verdade de uma proposição (9) ou pelo sujeito de uma frase complexa relativamente à verdade da proposição da oração subordinada (10):

(9) É possível que o comboio tenha chegado a tempo. (Oliveira & Mendes 2013: 630)

(10) O Rui tem a certeza de que o comboio chegou a tempo. (Oliveira & Mendes 2013: 630)

Tendo em consideração as categorias linguísticas tempo, aspeto e modalidade, agora parece essencial descrever o tipo de predicados que pretendemos analisar em frases com o Imperfeito e com o Condicional. Falamos, claro, de predicados de indivíduo e de predicados de fase, como se pode verificar na secção seguinte.

3. Predicados de indivíduo e predicados de fase (ou de “estádio”)

Considera-se relevante apresentar uma distinção que será fundamental para a análise de casos de leituras concretas do Imperfeito e do Condicional no presente trabalho.

Essa distinção corresponde à diferença entre predicados de indivíduo e predicados de fase ou de “estádio” (Oliveira 2015), que se baseia na distinção apresentada por Carlson (1977).

Podemos distinguir predicados associados a indivíduos, termos de espécie ou objetos, de predicados de fases espaço-temporais de indivíduos. Oliveira (2015) destaca o facto de que enquanto *estar contente* é uma propriedade transitória, *ter olhos castanhos* é uma propriedade permanente. Assim, associam-se tipicamente predicados de fase a propriedades transitórias e predicados de indivíduo a propriedades permanentes.

Oliveira (2015) afirma ainda que, em Português, podemos construir predicados de indivíduo com *ser* e predicados de fase com *estar*, devido ao facto de esta língua apresentar o contraste formal entre estes dois verbos copulativos, contrariamente àquilo que acontece no Inglês, que faz uso apenas de uma forma.

Passemos então à descrição concreta dos valores que o Imperfeito apresenta na secção 5 e dos valores que apresenta o Condicional na secção 6.

4. Imperfeito

Como já se disse anteriormente, este tempo gramatical pode ter informação temporal, aspetual e modal.

Será analisado de forma sistemática o Pretérito Imperfeito do Indicativo e deixar-se-á o Pretérito Imperfeito do Conjuntivo e o Pretérito Mais-Que-Perfeito Composto do Indicativo e do Conjuntivo, por serem complexos verbais compostos por Imperfeito do Indicativo ou do Conjuntivo + Particípio Passado, para estudos futuros.

A sistematização das leituras que o Imperfeito pode ter será apresentada com base nos contextos que favorecem a ocorrência de cada uma dessas leituras que se verificaram na literatura consultada.

4.1. Contextos que favorecem a leitura temporal do Imperfeito

A leitura temporal do Imperfeito é aquela que se processa sempre que o ponto do evento e o ponto de referência coincidem e são anteriores ao momento da enunciação. Este tempo gramatical tem leitura temporal sempre que se combina com: a) predicados de indivíduo, embora possa haver diferenças consideráveis entre este tipo de predicados que vão resultar em diferentes inferências, como se observa em (11); b) predicados de fase que dependem de uma outra oração ou de adverbiais para proceder à localização temporal, como se pode verificar em (12) e c) frases em textos narrativos que são localizadas temporalmente no passado, como ilustra a frase em (13). Observem-se os exemplos:

(11) a. Ele *era* do norte de Portugal. (Oliveira 2015: 14)

b. Ele *era* do Porto. (Oliveira 2015: 14)

(12) A Maria *lia* o jornal quando a Joana chegou. (Oliveira 2003: 157)

(13) *Era* a primeira vez que *enviava* uma carta. (cf. *foi* a primeira vez que *enviou* uma carta)

Nos exemplos correspondentes a (11), temos dois casos de predicados de indivíduo combinados com o Imperfeito. Em (11a), é possível localizar a situação no passado e ter a inferência de que muito provavelmente o sujeito já não existe devido ao facto de *ser do norte de Portugal* corresponder a um predicado que acompanha um indivíduo durante toda a sua existência. Em (11b), pelo contrário, também temos a localização da situação no passado e duas inferências possíveis: o sujeito existe mas o predicado já não se lhe aplica, quando a leitura de *ser do Porto* significa ser do clube de futebol, ou o sujeito pode já não existir, quando a leitura é equivalente a *ser da cidade do Porto* (= *ser do norte de Portugal*).

Em (12), temos o Imperfeito combinado com um evento, que resulta na sua estativização e se assemelha à construção *estava a ler*, permitindo localizar a situação no passado, com a particularidade de haver uma relação de sobreposição temporal entre *ler o jornal* e *chegar*.

No exemplo (13), temos o Imperfeito numa construção em que poderia surgir o Pretérito Perfeito, devido ao facto de aquele tempo gramatical estar a ser utilizado com valor perfeito¹, fazendo com que haja uma neutralização aspetual.

4.2. Contextos que favorecem a leitura aspetual do Imperfeito

O Imperfeito tem uma dimensão aspetual sempre que o ponto de referência corresponde ao momento da enunciação e quando surge em frases simples.

O Imperfeito raramente ocorre em frases simples, como aponta Oliveira (2015) e Oliveira & Duarte (2012). No entanto, quando ocorre em frases simples, combina-se com predicados de indivíduo e tem uma leitura temporal, como vimos em (11), e pode também combinar-se com predicados de fase que são modificados aspetualmente por este tempo gramatical, tendo leitura aspetual de estados habituais no passado, como em (14):

(14) A Ana *fumava*. (Oliveira 2013: 521)

Em (14), o que o Imperfeito nos dá é a indicação de que essa situação se repetia no passado e correspondia a um hábito do sujeito *Ana*, por isso pode equivaler à paráfrase *a Ana tinha o hábito de fumar*.

¹ “(...), fala-se de **aspecto imperfectivo** (ou **imperfectividade**) quando a situação é perspectivada a partir do seu interior, no seu decurso, sem que as suas porções inicial e final se encontrem assinaladas. O presente e o imperfeito do indicativo são tempos gramaticais que veiculam imperfectividade. (...)”

Em contrapartida, fala-se de **aspecto perfectivo** (ou **perfectividade**) quando uma situação é perspectivada a partir do exterior, como um todo completo, incluindo a totalidade das suas porções constitutivas, e é perspectivada como concluída.

Tempos gramaticais como o pretérito perfeito ou o mais-que-perfeito do indicativo são normalmente associados à expressão da perfectividade, na medida em que combinados com situações de tipo télico, permitem dar conta da sua realização integral” (Cunha 2013: 617).

4.3. Contextos que favorecem a leitura modal do Imperfeito

Quando o ponto de referência é presente ou futuro, a leitura do Imperfeito é modal. Considerem-se os seguintes exemplos:

(15) Eu, neste momento, *bebia* um cafezinho... (Oliveira 2003: 157)

(16) Se a Rita chegar/chegasse a tempo, íamos ao concerto. (Oliveira 2003: 157)

(17) Eu agora *era* a mãe e tu *eras* a filha. (Oliveira 2013a: 523)

(18) *Queria* um sumo de laranja (, por favor). (Oliveira 2013a: 524)

Em (15), o ponto referência corresponde ao momento da enunciação e em (16), é posterior ao momento da enunciação. No entanto, em nenhum dos casos temos a informação de tempo ou de aspeto, mas sim de modo.

Outro contexto em que o Imperfeito é utilizado com valor modal é aquele em que o falante sugere um mundo fictício, como se pode observar em (17) e como aponta Oliveira (2013a).

Ainda de acordo com Oliveira (2013a), a leitura modal do Imperfeito também se pode observar em enunciados diretivos que transportam um efeito de atenuação. O uso modal do Imperfeito em (18) transmite um efeito de delicadeza.

5. Condicional

Como já foi dito anteriormente, este tempo verbal pode ter valor temporal e modal. Neste trabalho, será analisado de forma sistemática o Condicional simples e deixar-se-á o Condicional composto para um trabalho futuro.

A sistematização das leituras que o Condicional pode ter será apresentada com base nos contextos que favorecem a ocorrência de cada uma dessas leituras apresentados na literatura consultada.

5.1. Contextos que favorecem a leitura temporal do Condicional

O Condicional tem a si associada uma leitura temporal nas frases em que o ponto de referência é passado (Oliveira 2003). Observe-se o seguinte exemplo:

(19) Ontem o Rui encontrou a Maria e esta *convidá-lo-ia* posteriormente para presidir ao encerramento da sessão. (Oliveira 2003: 158)

No exemplo (19), o advérbio *ontem* corresponde ao ponto do evento e indica-nos que a situação se localiza no passado relativamente ao momento da enunciação e que o ponto de referência é posterior em relação ao ponto do evento, mas também anterior em relação ao ponto da fala. A possibilidade de ocorrência do advérbio *posteriormente* só se verifica quando este tempo tem efetivamente valor temporal, mais concretamente, quando corresponde a um futuro do passado.

5.2. Contextos que favorecem a leitura modal do Condicional

De acordo com Oliveira (2003), o Condicional simples transmite informação modal sempre que o ponto de referência é presente ou futuro. Nestes casos, o Condicional não localiza temporalmente uma situação, mas atribui-lhe uma carga epistémica. Observe-se o seguinte exemplo adaptado de Oliveira (2003):

(20) O vulcão pode entrar em atividade e isso *assustaria* (*posteriormente) a população.

No exemplo (20), o ponto de referência é presente e a impossibilidade de o Condicional se combinar com o advérbio *posteriormente* mostra que aqui não estamos perante o seu valor temporal, mas sim modal. Dessa forma, a frase (20) poderia combinar com o advérbio *possivelmente*, além do verbo que exprime modalidade epistémica que a frase já possui (*poder*).

Na secção 6, apontar-se-ão os contextos partilhados pelo Imperfeito e pelo Condicional verificados na literatura.

6. Contextos partilhados pelo Imperfeito e pelo Condicional

Tendo em consideração tudo o que foi dito anteriormente, o Imperfeito só pode partilhar com o Condicional os contextos em que ambos tenham uma leitura temporal ou modal. Deve considerar-se ainda que só há semelhanças entre os dois tempos gramaticais quando o Imperfeito se combina com eventos, tal como afirmam Oliveira & Duarte (2012).

Segundo Oliveira & Duarte (2012) e Oliveira (2013a), os casos em que o Imperfeito e o Condicional parecem ser permutáveis e utilizados de igual forma pelos falantes do PE são: as construções condicionais, contendo uma interpretação epistémica de possibilidade, como se pode observar em (21); as construções textuais paratáticas equivalentes a construções condicionais, com uma interpretação contrafactual, como ilustra o exemplo (22) e, por último, as construções hipotéticas, equivalentes a construções condicionais, mas projetadas para o futuro, como em (23):

(21) Se a Maria tivesse lido o jornal já *sabia/saberia* as notícias. (Oliveira 2013: 520)

(22) Ele bebeu durante toda a noite. Mais um copo e *ultrapassava/ultrapassaria* os limites de álcool no sangue. (cf. *se tivesse bebido mais um copo, ultrapassava/ultrapassaria os limites de álcool no sangue*) (Oliveira 2013: 520)

(23) Se o tempo melhorasse, o Rui *ia/iria* à praia.

Com base nestes casos encontrados na literatura, tentámos verificar se há ainda outros casos, além destes, em que o Imperfeito e o Condicional partilhem os mesmos contextos e as mesmas leituras.

7. Corpus

Partindo dos exemplos recolhidos de frases no Pretérito Imperfeito do Indicativo e no Condicional simples dos *corpora* CETEMPúblico e do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), considerou-se que seria relevante reunir essas frases obedecendo aos seguintes critérios:

(a) relativamente aos estados, deveriam considerar-se exemplos de predicados de indivíduo (*ser + nacionalidade*) e de predicados de fase (*morar em*), tanto em frases simples como em frases complexas;

(b) relativamente aos eventos, deveriam considerar-se exemplos de processos (*correr*), processos culminados (*ler*) e culminações (*ganhar*), tanto em frases simples como em frases complexas.

Veja-se a análise dos dados relativos ao Imperfeito na secção 7.1. e ao Condicional na secção 7.2.

7.1. Imperfeito

7.1.1. Imperfeito + Estados

Nesta subsecção analisar-se-ão as leituras das frases retiradas do *corpus* CETEMPúblico que estão associadas ao Imperfeito quando este se combina com estados.

A Tabela 1 sintetiza todos os exemplos que são apresentados de acordo com os critérios considerados no ponto (a) da secção 7:

Tabela 1. Ocorrências de Pretérito Imperfeito do Indicativo com estados de natureza distinta (predicados de indivíduo e predicados de fase) em frases simples e complexas.

ESTADOS		
	Frase simples	Frase complexa
Predicado de indivíduo <i>ser + nacionalidade</i>	<i>par=ext306844-nd-94a-2:</i> O busto era português .	<i>par=ext26853-nd-91b-2:</i> Confessa que o primeiro branco que viu era português .
Predicado de fase <i>morar em</i>	<i>par=ext138996-soc-96b-2:</i> Mais de metade morava em Lisboa e no Porto.	<i>par=ext831497-soc-94b-1:</i> Foi na Guiné que teve a primeira mulher, uma cabo-verdiana que morava em Bissau e que dele gerou dois filhos.

O Pretérito Imperfeito combinado com o predicado de indivíduo (*ser + nacionalidade*) e o predicado de fase (*morar em*) parece ter um valor temporal tanto nas frases simples como nas complexas.

7.1.2. Imperfeito + Eventos

Neste ponto, serão analisadas as leituras das frases presentes no mesmo *corpus* de onde foram retiradas as frases da subsecção anterior e que estão associadas ao Imperfeito quando este se combina com eventos.

A Tabela 2 sintetiza todos os exemplos que são apresentados de acordo com os critérios considerados no ponto (b) da secção 7:

Tabela 2. Ocorrências de Pretérito Imperfeito do Indicativo com eventos (processos, processos culminados e culminações) em frases simples e complexas.

EVENTOS		
	Frase simples	Frase complexa
Processo <i>correr</i>	<i>par=ext546839-soc-94a-1:</i> Mulheres e crianças ¹ corriam ² de um lado para o outro, no meio de uma gritaria geral.	<i>par=ext101273-nd-91a-1:</i> O rapaz corria ³ com pés e mãos no chão e dava enormes saltos.
Processo Culminado <i>ler</i> ⁴	<i>par=ext258696-nd-94a-2:</i> A minha mãe lia ⁵ o «Match» no andar de cima.	<i>par=ext627811-pol-97b-1:</i> As pessoas liam ⁶ o código civil, que era um dos poucos livros que havia, e discutiam cada artigo até à exaustão.
Culminação <i>ganhar</i> ⁷	<i>par=ext1051686-des-92a-2:</i> E em 1990/91 o Benfica ganhava o campeonato com dois pontos de avanço... esses mesmos.	<i>par=ext222659-clt-92b-1:</i> Pela primeira vez um clube luso ganhava o troféu gigante de uma competição a que alguns chamam «mundial de clubes».

¹ Os exemplos foram retirados do corpus exatamente como são apresentados e estão disponíveis na Internet. Não se procedeu a quaisquer correções de erros ortográficos.

² O predicado correr é, na base, um processo, mas o Pretérito Imperfeito estativiza-o e transforma-o num estado lexical, podendo o exemplo corresponder à paráfrase *Mulheres e crianças estavam a correr de um lado para o outro, no meio de uma gritaria geral.*

³ O predicado correr sofre uma alteração aspetual pela influência do Imperfeito, tal como também se pode verificar na nota 7, e a frase pode corresponder à paráfrase *O rapaz estava a correr com os pés e mãos no chão e dava enormes saltos.*

⁴ Ler, na base, é um processo, mas quando se combina com um complemento direto transforma-se num processo culminado.

⁵ O predicado ler o Match é, na base, um processo culminado, mas pode transformar-se num estado lexical ou num estado habitual pela presença do Pretérito Imperfeito, correspondendo, respetivamente, às paráfrases *A minha mãe estava a ler o «Match» no andar de cima* e *A minha mãe costumava ler/tinha o hábito de ler o «Match» no andar de cima.*

⁶ Neste caso, o predicado ler o código civil é, na base, um processo culminado, mas é transformado pelo Pretérito Imperfeito e ganha uma forte leitura de estado habitual neste contexto, equivalendo à paráfrase *As pessoas costumavam ler o código civil, que era um dos poucos livros que havia, e discutiam cada artigo até à exaustão.*

⁷ Nos dois exemplos apresentados, o Pretérito Imperfeito ilustra o valor narrativo que também lhe pode ser atribuído quando este tempo contém um valor aspetual perfeitivo.

Na frase simples e na frase complexa, o processo (*correr*) tem associado um valor aspetual, mais concretamente de estado derivado, devido ao facto de o predicado *correr* ser modificado pelo Imperfeito.

O processo culminado (*ler*), em ambas as frases, tem um valor aspetual associado, mais concretamente de estado derivado e de estado habitual na frase simples e apenas de estado habitual na frase complexa.

A culminação (*ganhar*) tem associada a si, tanto na frase simples como na frase complexa, um valor temporal que lhe é conferido pelo facto de o valor do Imperfeito ser o de imperfeito narrativo.

7.2. Condicional

7.2.1. Condicional + Estados

Neste ponto, serão analisadas as leituras das frases retiradas dos *corpora* que estão associadas ao Condicional quando este se combina com estados.

A Tabela 3 sintetiza todos os exemplos que são apresentados de acordo com os critérios considerados no ponto (a) da secção 7:

Tabela 3. Ocorrências de Condicional com estados de natureza distinta (predicados de indivíduo e predicados de fase) em frases simples e complexas.

ESTADOS		
	Frase simples ¹	Frase complexa (oração completiva e oração condicional)
Predicado de indivíduo <i>ser + nacionalidade</i>		<i>par=ext806021-nd-98b-1</i> : Muitas livrarias nem sonhavam que o Nobel da Literatura deste ano seria português .
Predicado de fase <i>morar em</i>		Se eu me casasse, não moraria na mesma casa que a minha mulher. (CRPC, J85208)

¹ A ausência de exemplos de frases simples nos corpora consultados mostra-nos duas coisas: em primeiro lugar, o Condicional parece ser um tempo/modo que precisa de alguma informação contextual e, por essa razão, surge mais naturalmente em frases complexas; em segundo lugar, parece ser também um tempo gramatical que está a ser cada vez menos utilizado e é possível que, em contextos em que este deveria surgir, ele seja frequentemente substituído pelo Imperfeito.

Relativamente ao estado que representa um predicado de indivíduo (*ser + nacionalidade*), considera-se que esse exemplo tem uma leitura modal epistémica, devido ao facto de se expressar a incerteza manifestada pelo sujeito da frase complexa relativamente à verdade da proposição veiculada pela oração subordinada. Esta leitura pode ser também influenciada pela presença da negação.

Quanto ao estado que representa um predicado de fase (*morar em*), também parece estar associado a ele uma leitura modal epistémica, tendo em consideração a informação que é veiculada na oração subordinada adverbial condicional.

7.2.2. Condicional + Eventos

Neste ponto, serão analisadas as leituras das frases retiradas do *corpus* que estão associadas ao Condicional quando este se combina com eventos.

A Tabela 4 sintetiza todos os exemplos que são apresentados de acordo com os critérios considerados no ponto (b) da secção 7:

Tabela 4. Ocorrências de Condicional com eventos (processos, processos culminados e culminações) em frases simples e complexas.

EVENTOS		
	Frase simples ¹	Frase complexa (coordenação e subordinação de orações)
Processo <i>correr</i>		<i>par=ext229074-clt-95b-2:</i> Fosse o evento num local menos circunspecto e todos correriam atrás dos Orishas.
Processo Culminado <i>ler</i>		<i>par=ext1566001-clt-93b-1:</i> (...) alguém lhe perguntou quem leria os seus livros no século XXII ² .

¹ Verificar nota 8.

² Procedeu-se ao recorte da frase completa que contém o tempo gramatical em análise. O exemplo original disponível no *corpus* é: *Desta forma, Mário Soares respondia à dúvida lançada por Saramago ao contar que alguém lhe perguntou quem leria os seus livros no século XXII.*

Culminação <i>ganhar</i>	<i>par=ext1000891-des-94b-2:</i> Joana Arantes, do Benfica, ganharia a prova ¹ .	<i>par=ext373823-clt-93b-2:</i> «Sempre disse que ela ganharia o Nobel antes de ser seleccionada para o Médicis estrangeiro».
------------------------------------	--	--

O processo (*correr*) tem associada a si uma leitura modal epistémica de possibilidade, semelhante a uma estrutura condicional, podendo corresponder à paráfrase *Se o evento fosse num local menos circunspecto, todos correriam atrás dos Orishas*.

O processo culminado (*ler*) tem a si associadas as leituras temporal, por sugerir um momento projetado para o futuro, ilustrando um futuro relativamente a um tempo anterior, e modal, por representar uma dúvida expressa pelo sujeito da frase complexa.

Na frase simples, apesar de a sua aceitação ser duvidosa enquanto tal devido ao facto de ser necessário contexto, a culminação (*ganhar*) pode ter valor modal, mas necessitar-se-á de mais contexto para determinar esse valor como, por exemplo, uma frase condicional (cf. *se a Joana Arantes, do Benfica, não se tivesse lesionado, ganharia a prova*) e temporal, também com a necessidade de mais informação contextual, como uma temporal participial (cf. *terminado o campeonato, a Joana Arantes, do Benfica, ganharia a prova com vários pontos de avanço*).

No caso da frase complexa, também com a culminação (*ganhar*), associa-se a ela um valor temporal, que é interpretada como um futuro do passado.

Na secção 8, proceder-se-á à substituição de um tempo verbal pelo outro para verificar os contextos em que eles podem coocorrer e se as leituras correspondem às mesmas ou não.

8. Substituição dos tempos verbais

Apontadas as possíveis leituras que o Imperfeito e o Condicional podem ter quando se combinam com estados e com eventos de natureza diferente, proceder-se-á à substituição do Imperfeito pelo Condicional, na sub-

¹ As frases simples presentes no corpus, correspondem a recortes de frases complexas e/ou de textos completos e, por isso, os exemplos de frases simples no Condicional, são menos do que os exemplos de frases complexas e são mais difíceis de processar pela falta de contexto.

secção 9.1., e, pelo contrário, à substituição do Condicional pelo Imperfeito, em 9.2., nos mesmos casos para verificar se, em primeiro lugar, essa substituição é possível e, em segundo lugar, para verificar se os valores que um tempo traz consigo na base correspondem aos mesmos valores quando se realiza essa substituição pelo outro tempo.

8.1. Substituição do Imperfeito pelo Condicional

Encontramos, no primeiro caso, o exemplo já apresentado de uma frase simples em que temos o Imperfeito combinado com um predicado de indivíduo, reproduzido em (24), substituído pelo Condicional em (25):

(24) O busto *era* português.

(25) */?? O busto *seria* português.

Em (24), o valor associado ao Imperfeito, quando combinado com este predicado de indivíduo, é temporal. No entanto, a sua substituição pelo Condicional em (25) pode ser uma de duas situações: ou a frase é agramatical, devido ao facto de faltar informação contextual para se poder interpretá-la ou a frase é altamente duvidosa e, caso se recupere algum contexto, o valor que se lhe atribui é meramente modal, como podemos verificar quando recorremos, por exemplo, à combinação de duas ou mais orações (cf. *o busto foi enviado de Portugal e, por essa razão, julgou-se que o busto seria português*).

O valor do Condicional é diferente do valor do Imperfeito ao combinar-se com o mesmo predicado de indivíduo neste contexto.

Temos, no segundo caso, uma frase complexa em que o Imperfeito também se combina com um predicado de indivíduo em (26) e, em (27), procedemos à substituição do Imperfeito pelo Condicional:

(26) Confessa que o primeiro branco que viu *era* português.

(27) ?? Confessa que o primeiro branco que viu *seria* português.

Em (26), o Imperfeito tem um valor temporal. No entanto, a sua substituição pelo Condicional, em (27), altera o seu valor e, apesar de a aceitabilidade da frase tal como é apresentada ser um pouco duvidosa, podemos associar-lhe um valor modal epistémico de possibilidade.

Mais uma vez, o valor do Condicional não é o mesmo que o do Imperfeito quando se combina com o mesmo predicado de indivíduo neste contexto.

No terceiro caso, temos uma frase simples com o Imperfeito seguido de um predicado de fase em (28) e, em (29), temos a mesma frase com o verbo no Condicional:

(28) Mais de metade *morava* em Lisboa e no Porto.

(29) Mais de metade *moraria* em Lisboa e no Porto.

O valor associado ao Imperfeito em (28) é temporal, devido ao facto de poder representar um facto passado. Já em (29), a permuta do Imperfeito pelo Condicional, parece ser modal. Se se recuperar algum contexto através da coordenação de duas orações, por exemplo, a leitura modal parece ser mais clara ainda (cf. *as vítimas pareciam ser todas portuguesas e mais de metade moraria em Lisboa e no Porto*).

A alteração do Imperfeito pelo Condicional acarreta também uma alteração das leituras das frases, uma vez que os valores atribuídos aos dois tempos verbais são distintos neste contexto.

No quarto caso, temos também o Imperfeito combinado com um predicado de fase, mas numa frase complexa em (30). Na frase (31), verificamos a ocorrência do Condicional no mesmo contexto:

(30) Foi na Guiné que teve a primeira mulher, uma cabo-verdiana que *morava* em Bissau e que dele gerou dois filhos.

(31) Foi na Guiné que teve a primeira mulher, uma cabo-verdiana que *moraria* em Bissau e que dele gerou dois filhos.

O Imperfeito, combinado com este predicado de fase, tem uma leitura temporal. Pelo contrário, em (31), a substituição pelo Condicional traz consigo uma modalidade epistémica, ou seja, o falante não tem a certeza do conteúdo que expressa na proposição.

Neste contexto, existem também diferentes leituras disponíveis quando este predicado de fase se combina com o Imperfeito e com o Condicional.

No quinto caso, temos uma frase simples em que o Imperfeito se combina com um processo (32) e, em (33), temos o mesmo processo combinado com o Condicional:

(32) Mulheres e crianças *corriam* de um lado para o outro, no meio de uma gritaria geral.

(33) ?? Mulheres e crianças *correriam* de um lado para o outro, no meio de uma gritaria geral.

Neste exemplo, o Imperfeito tem valor temporal, por localizar este evento no passado, e aspetual, pelo facto de este tempo gramatical transformar este evento básico num estado lexical, como já foi dito anteriormente.

Em (33), o Condicional parece ter valor modal, apesar de ser necessário algum contexto, como, por exemplo, uma oração condicional (cf. *mulheres e crianças correriam de um lado para o outro, no meio de uma gritaria geral, se a cidade estivesse a ser atacada*).

Neste contexto, podemos verificar que temos duas leituras associadas ao Imperfeito (temporal e aspetual) e apenas uma leitura associada ao Condicional (modal) quando estes tempos gramaticais se combinam com este evento.

No sexto caso, temos também o Imperfeito a preceder um processo, mas numa frase complexa em (34):

(34) O rapaz *corria* com pés e mãos no chão e dava enormes saltos.

(35) ?? O rapaz *correria* com pés e mãos no chão e dava enormes saltos.

Em (34), considera-se que a leitura mais forte é a aspetual, devido ao facto de o Imperfeito transformar este evento básico num estado lexical (cf. *o rapaz estava a correr com pés e mãos no chão e dava enormes saltos*).

A substituição do Imperfeito pelo Condicional também acarreta uma alteração da leitura que se tem da frase (34). Em (35), com a falta de contexto, a frase parece ter um valor modal forte. No entanto, a frase é relativamente estranha, pelo facto de se ter Condicional (*correria*) seguido de Imperfeito (*dava*), que pode igualmente ter leitura modal, mas que pode ser também temporal ou aspetual.

Neste contexto, temos claramente diferentes valores associados a este processo quando se combina com Imperfeito e com Condicional.

No sétimo caso, temos o Imperfeito a preceder um processo culminado numa frase simples (36):

(36) A minha mãe *lia* o «Match» no andar de cima.

(37) ?? A minha mãe *leria* o «Match» no andar de cima.

O Imperfeito, em (36), tem uma leitura aspetual devido ao facto de transformar o evento básico num estado lexical ou num estado habitual, como foi dito anteriormente. No entanto, em (37), a leitura mais forte parece ser a modal, com a recuperação de algum contexto, como uma condi-

cional (cf. *se eu estivesse a ouvir música na sala, a minha mãe lia o «Match» no andar de cima*).

Estes dois tempos gramaticais, ao ocorrerem com este processo culminado, parecem ter diferentes leituras disponíveis neste contexto.

No oitavo caso, temos também o Imperfeito combinado com um processo culminado, mas desta vez numa frase complexa (38):

(38) As pessoas *liam* o código civil, que era um dos poucos livros que havia, e discutiam cada artigo até à exaustão.

(39) ?? As pessoas *leriam* o código civil, que era um dos poucos livros que havia, e discutiam cada artigo até à exaustão.

Em (38), o Imperfeito pode ter uma leitura temporal, por localizar a situação no passado, e também aspetual, pelo facto de podermos ter uma leitura forte de habitualidade, dado que este tempo gramatical pode transformar estes eventos básicos em estados habituais.

No entanto, quando temos Condicional, a leitura modal parece ser a mais forte, apesar de a frase ser estranha sem mais nenhuma informação contextual e também pelo facto de o tempo gramatical predominante ser o Imperfeito.

No nono caso, temos uma frase simples em que o Imperfeito é seguido de uma culminação (40):

(40) E em 1990/91 o Benfica *ganhava* o campeonato com dois pontos de avanço... esses mesmos.

(41) ?? E em 1990/91 o Benfica *ganharia* o campeonato com dois pontos de avanço... esses mesmos.

Como foi dito anteriormente, o Imperfeito combinado com este evento tem uma leitura temporal com um valor narrativo.

Já quando é substituído pelo Condicional, como em (41), esse valor pode manter-se, devido ao facto de, atualmente, isso representar um facto e de este tempo gramatical estar a ser utilizado com um valor narrativo, ou pode ter ainda um valor modal. No entanto, este valor é mais forte com a recuperação de algum contexto, como uma frase condicional dita num momento anterior à época de 1990/1991 (cf. *em 1990/1991 o Benfica ganharia o campeonato com dois pontos de avanço, se não tivesse perdido o jogo decisivo*). Neste caso, temos também um valor de contrafactualidade.

Neste contexto, quando combinados com este evento, o Imperfeito parece ter associada a si apenas uma leitura (temporal), mas o Condicional parece ter duas leituras disponíveis (temporal e modal).

No décimo caso, temos uma frase complexa, em que uma culminação surge também no contexto do Imperfeito (42):

(42) Pela primeira vez um clube luso *ganhava* o troféu gigante de uma competição a que alguns chamam «mundial de clubes».

(43) ?? Pela primeira vez um clube luso *ganharia* o troféu gigante de uma competição a que alguns chamam «mundial de clubes».

Como foi dito anteriormente, o Imperfeito em (42), combinado com este evento, tem uma leitura temporal, por localizar a situação no passado e isso poder representar um facto, associando-se a ele também uma leitura narrativa.

Já em (43), o Condicional pode ter também uma leitura temporal, se o enunciado for dito depois de o jogo ter acabado, ou modal, se o enunciado tiver sido dito num momento anterior ao jogo.

É possível verificar que estes dois tempos gramaticais atribuem diferentes leituras a esta culminação neste contexto.

Veja-se agora, na secção seguinte, os contextos de substituição do Condicional pelo Imperfeito.

8.2. Substituição do Condicional pelo Imperfeito

Temos, no primeiro caso, o Condicional numa frase complexa combinado com um predicado de indivíduo (44):

(44) Muitas livrarias nem sonhavam que o Nobel da Literatura deste ano *seria* português.

(45) Muitas livrarias nem sonhavam que o Nobel da Literatura deste ano *era* português.

Em (44), o valor associado ao Condicional, quando combinado com este predicado de indivíduo, é modal, devido ao facto de se expressar a falta de conhecimento do sujeito em relação àquilo que se encontra na proposição. No entanto, o Imperfeito, em (45), parece ter associada a si uma leitura temporal, apesar de o determinante demonstrativo utilizado não ser o mais

adequado e preferir-se *desse (ano)*, por indicar mais claramente uma distância temporal em relação ao momento da fala e também pelo facto de haver conformidade entre os verbos da oração matriz e da oração subordinada.

Desta forma, podemos verificar que o valor do Condicional é diferente do valor do Imperfeito ao combinar-se com este predicado de indivíduo neste contexto.

Temos, no segundo caso, o Condicional combinado com um predicado de fase numa frase complexa (46):

(46) Se eu me casasse, não *moraria* na mesma casa que a minha mulher

(47) Se eu me casasse, não *morava* na mesma casa que a minha mulher.

Em (46), o Condicional tem um valor modal epistémico e a sua substituição pelo Imperfeito em (47) parece não alterar o seu valor de base, mantendo-se a leitura modal epistémica. No entanto, associamos uma pequena diferença de graus de certeza em relação àquilo que o sujeito veicula na proposição. Com o Condicional, o grau de certeza daquilo que expressa parece ser mais fraco do que com o Imperfeito, que parece ser mais forte.

Neste caso, o valor do Condicional é semelhante ao valor do Imperfeito ao combinar-se com este predicado de indivíduo neste contexto.

No terceiro caso, temos o Condicional combinado com um processo numa frase complexa (48):

(48) Fosse o evento num local menos circunspecto e todos *correriam* atrás dos Orishas.

(49) Fosse o evento num local menos circunspecto e todos *corriam* atrás dos Orishas.

O valor associado ao Condicional em (48) é modal, devido ao facto de representar uma hipótese. Em (49), a permuta do Condicional pelo Imperfeito também parece transportar consigo um valor modal.

Aqui também se pode verificar que a alteração do Condicional pelo Imperfeito não acarreta nenhuma alteração da leitura da frase, uma vez que as leituras com os dois tempos gramaticais coincidem.

No quarto caso, temos o Condicional combinado com um processo culminado numa frase complexa, mais concretamente, numa completiva (50):

(50) (...) alguém lhe perguntou quem *leria* os seus livros no século XXII.

(51) *(...) alguém lhe perguntou quem *lia* os seus livros no século XXII.

O Condicional combinado com este processo culminado parece ter uma leitura modal, por expressar a falta de conhecimento do sujeito da frase em relação ao que está expresso na proposição, ou temporal, por ser um futuro relativamente ao momento da enunciação. Pelo contrário, em (51), a substituição pelo Imperfeito torna a frase agramatical, por não haver possibilidade de atribuir leitura modal, temporal ou aspetual a este tempo neste contexto específico que é projetado, naturalmente, para o futuro. Desta forma, este evento não parece poder combinar-se com o Imperfeito.

Assim, apenas o Condicional parece ser interpretável no contexto deste processo culminado.

No quinto caso, temos uma frase simples em que o Condicional se combina com uma culminação (52):

(52) ?? Joana Arantes, do Benfica, *ganharia* a prova.

(53) ?? Joana Arantes, do Benfica, *ganhava* a prova.

Em (52), apesar de ser necessário recuperar algum contexto, o Condicional pode ter os valores temporal e modal disponíveis, como foi dito anteriormente.

Em (53), o Imperfeito parece ter valor aspetual, pelo facto de este tempo gramatical transformar um evento básico num estado derivado (cf. *Joana Arantes, do Benfica, ganhava a prova todos os anos*), e também modal, caso se recupere algum contexto através de uma condicional, por exemplo (cf. *Joana Arantes, do Benfica, ganhava a prova se não estivesse doente*). Aqui também temos uma leitura de contrafactualidade.

Neste contexto, os dois tempos gramaticais têm a si associadas diferentes leituras quando se combinam com esta culminação.

No sexto caso, temos o Condicional a preceder uma culminação, mas numa frase complexa, mais concretamente, numa subordinação de orações (54):

(54) «Sempre disse que ela *ganharia* o Nobel antes de ser seleccionada para o Médcis estrangeiro».

(55) «Sempre disse que ela *ganhava* o Nobel antes de ser seleccionada para o Médicis estrangeiro».

Como foi dito anteriormente, considera-se que o Condicional tem uma leitura modal epistémica em (54).

A substituição do Condicional pelo Imperfeito parece não acarretar uma alteração da leitura que se tem da frase (54). Em (54), o valor modal deve-se ao facto de o Condicional estar a ser utilizado com um valor de possibilidade. No entanto, o Imperfeito, em (55), parece ter também o valor modal, mas com um grau de certeza maior do que quando se usa o Condicional.

Neste contexto, temos o valor modal associado ao Condicional e ao Imperfeito, mas com diferentes graus de possibilidade.

9. Considerações finais

Com este pequeno estudo, foi possível entender que o Pretérito Imperfeito do Indicativo e o Condicional simples são tempos que, em muitos aspetos, se aproximam, mas que em muitos outros se afastam.

O Imperfeito é um tempo anafórico por excelência, embora possa ocorrer em construções simples. No entanto, ele é dependente de alguma informação contextual para lhe atribuirmos a leitura adequada. O Condicional também parece ser um tempo muito dependente de contexto, mas que também pode ocorrer em estruturas simples.

Sabemos que o Imperfeito pode ter valor temporal, aspetual e modal e que o Condicional pode ser temporal e modal. Pelo facto de estes dois tempos verbais partilharem dois valores – temporal e modal –, podem ser substituídos um pelo outro nos contextos em que têm esses valores, sem se alterar a sua leitura inicial, como foi possível observar em grande parte dos casos de substituição do Condicional pelo Imperfeito. Podem também partilhar contextos em casos em que a leitura é ligeiramente alterada, ou seja, o valor de um dos tempos não é exatamente equivalente ao valor do outro tempo no mesmo contexto, como foi possível verificar nos casos de substituição do Imperfeito pelo Condicional.

O que foi possível concluir foi que o tipo de predicados é essencial para a interpretação dos dois tempos verbais quanto mais não seja pelo facto de um tempo verbal como o Pretérito Imperfeito atuar logo como operador aspetual quando se combina com processos e processos culminados. Isso parece-nos um aspeto importante para considerar o tipo de predicado que lhe pode ser associado.

Pelo contrário, o tipo de construção em que ocorre (frase simples ou frase complexa) já não nos revela muita informação em relação à possibilidade de substituição de um tempo pelo outro nem relativamente à alteração ou à conservação do mesmo valor de base.

Como pudemos observar nos exemplos recolhidos, foi possível verificar que os casos em que o Condicional e o Imperfeito têm a mesma leitura foi quando se substituiu o Condicional pelo Imperfeito em: 1) frases complexas com um predicado de fase (*morar em*), 2) frases complexas com um processo (*correr*) e 3) frases complexas com uma culminação (*ganhar*). Em todos estes casos, o valor que parece ser mais relevante é o modal, sendo o valor que se mantém na substituição de um tempo pelo outro. Pelo contrário, os casos em que os verbos têm um valor temporal ou aspetual parecem alterar sempre de leitura (pelo menos, o valor aspetual do Imperfeito quando é substituído pelo Condicional altera obrigatoriamente) quando se procede à substituição de um tempo pelo outro.

O que também pudemos constatar é que o valor modal parece ser mais forte do que o valor temporal no que à substituição do Condicional pelo Imperfeito diz respeito, ou seja, sempre que o Condicional tem valor modal na base, quando é substituído pelo Imperfeito, o valor modal mantém-se. Quando é o valor temporal no Imperfeito que temos na base, ele geralmente ganha valor modal quando é substituído pelo Condicional.

Dessa substituição de um tempo pelo outro, importa salientar ainda que, nos contextos em que os dois tempos verbais parecem ter exatamente a mesma leitura no mesmo contexto, há valores de certeza que nos ajudam a distingui-los, sendo que o uso do Imperfeito parece transmitir um grau mais forte de certeza e o uso do Condicional, pelo contrário, um grau mais fraco.

Referências bibliográficas

Carlson, Gregory. 1977. *Reference to Kinds in English*. Ph.D. dissertation, University of Massachusetts, Amherst.

Cintra, Luís F. Lindley, e Cunha, Celso. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Cunha, Luís Filipe. 2013. "Aspeto". In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 585-616.

Moens, Marc. 1987. *Tense, aspect and temporal reference*. Ph.D. Dissertation, University of Edinburgh.

Mota, Maria Antónia. 2016. "Morfologia nas interfaces". In: Ana Maria Martins

e Ernesto Carrilho (eds). *Manual de linguística portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter.

Oliveira, Fátima. 2003. “Tempo e Aspecto”. In: Maria Helena Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte & Isabel Hub Faria (eds). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 127-173.

Oliveira, Fátima, e Duarte, Inês. 2012. “Le conditionnel et l'imparfait en portugais européen”. In: *Faits de Langues. Ulteriorité dans le passé: le conditionnel*. *Revue de Linguistique*, n.40: 53-60.

Oliveira, Fátima. 2013. “Tempo Verbal”. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota; Luísa Segura & Amália Mendes (orgs). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 509-553.

Oliveira, Fátima, e Mendes, Amália. 2013. “Modalidade”. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota; Luísa Segura & Amália Mendes (orgs). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 623-668.

Oliveira, Fátima. 2015. “O imperfeito e o tempo dos indivíduos”. In: Purificação Silvano & António Leal (orgs.). *Estudos de Semântica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto, 9-24.

Vendler, Zeno. 1967. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press.

SOME REMARKS ON FORMS OF ADDRESS LOOKING AT *VÓS* AND *VOCÊS* PARADIGMS IN PORTUGUESE MUNICIPAL CAMPAIGN DOCUMENTS

Marcela Faria (FLUP / CLUP)

ABSTRACT

Forms of address are a complex subject in European Portuguese (EP) (Cintra 1972; Carreira 2001; Hammermüller 2004; Aguiar & Paiva 2017; Duarte & Marques 2019; Lara-Bermejo & Guilherme 2021 among others). Taking into account the division in Cintra (1972) – nominal, pronominal and verbal forms of address – we try to contribute to the discussion related to the contemporary productions of EP speakers, especially concerning the *vós* and *vocês* paradigms forms. In order to do that, we gathered some documents produced in the last municipal campaign. No explicit subjects (not only *vós* but also *vocês* – sometimes seen as a natural replacement) and a propensity to verbal forms and nominal forms (demonyms) stand out. Additionally, gender marks also stand out. We do not disregard the limitations caused by the *corpus*' shortness.

Keywords: Forms of Address; Municipal campaign documents; You (2PP) / You (3PP); Variation.

RESUMO

As formas de tratamento são uma área complexa no Português Europeu (PE) (Cintra 1972; Carreira 2001; Hammermüller 2004; Aguiar & Paiva 2017; Duarte & Marques 2019; Lara-Bermejo & Guilherme 2021 entre outros). Assumindo-se a divisão morfossintática presente em Cintra (1972) – nominais, pronominais e verbais –, procura-se aqui contribuir para a discussão sobre produções contemporâneas de falantes de PE, mais especificamente no que diz respeito ao uso de formas dos paradigmas *vós* e *vocês*. Para tal, reuniram-se documentos dirigidos aos eleitores da mais recente campanha autárquica. Destaca-se a ausência de sujeitos pronominais (não só do *vós* como também do *vocês* – por vezes indicado como uma espécie de substituto natural) e a preferência por formas de tratamento verbais ou de construções nominais com gentílicos. Além disto, nota-se a preocupação com a expressão da marcação de género. Não se negligencia que a curta dimensão da amostra não sustenta generalizações.

Palavras-chave: Formas de Tratamento; Documentos de Campanha Autárquica; *Vós*; *Vocês*; Variação.

Recebido em 7 de março de 2022.

Aceite em 6 de maio de 2022.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.268

Introduction

Forms of address are a complex subject in European Portuguese (EP) (Cintra 1972: 9). That idea and that theme are also present in other studies, to which we are going to return in *Forms of Address in Portuguese – a few notes about *vós* and *vocês** section. This paper does not take an in-depth look into the historical path of pronouns of address in EP (cf. Lara-Bermejo & Guilherme 2021) but rather recalls what has been pointed out about the address to plural subjects in order to leave some proper framework.

Forms of address, based on the universal need to designate ourselves and others¹, are an interesting topic because, among other things (as, for instance, efficient identification of the subjects in the communication process), their adequate use allows us to preserve our and other's faces (Duarte & Marques 2019: 237) “They contribute to understanding how speakers regard their interlocutors, throughout the interaction, the place they are attributed and how they place themselves in comparison (Marques 2016, Marques, Duarte & Seara 2019)” (Duarte & Marques in press). Furthermore, “the forms of address in Portuguese society in the last few decades have changed dramatically”² (Duarte & Marques in press). So we believe they are indeed on the linguistic agenda for EP.

With that value and complexity in mind and aiming to contribute to the discussion about forms of address in Contemporary European Portuguese (CEP), we decided to gather some documents created to present the municipal candidates and their ideas to the electors of a council. We thought it interesting to analyse those documents as they are significant

¹ We remind here what is said by Carreira (2004): “La designation de l'autre et de soi-même se présente comme un inévitable linguistique quelle que soit la langue. Cette catégorie sémantico-conceptuelle à laquelle correspondent de multiples solutions linguistiques peut ainsi être envisagée comme un universel.” (Carreira 2004: 1)

² About these changes, see, for instance, Gouveia (2008) “Efetivamente, em razão das rápidas transformações que o mundo sofre, Portugal incluído, e das políticas de globalização, muitas das formações sociais dadas como definitivas têm sido quebradas e alteradas.” (Gouveia 2008: 92) e Faraco ([1996] 2017) “se uma sociedade passou ou está passando por rápidas mudanças que se refletem nas relações interpessoais possíveis, pode-se esperar que mudanças lingüísticas na área do tratamento venham a ocorrer, com possíveis conseqüências para outros aspectos da estrutura da língua.” (Faraco [1996] 2017: 117). About the relation between social changes and language see Bakhtin & Voloshinov (1973: 19), mentioned by Faraco ([1996] 2017: 117), and also studies as Oliveira (1996), where the author presents a reflection about the FA produced by students from two different but geographically close universities, one in Portugal other in Spain.

samples of a typically addressed discourse. In *Methodology*, we explain the selection and collection process. In *Results and Discussion*, we analyse the collected data (not only in search of a possible geographic view but also in search of a generic reflection about the current production of elements from *vós* and *vocês* paradigms), on the path of empirical studies. In the *Conclusion* section, we outline some considerations we think are adequate, and we present some ideas as an open door for further papers.

1. Forms of Address in Portuguese – a few notes about *vós* and *vocês*

Using acceptable forms of address is very important to save face (Brown & Levinson 1987) in a social interaction (cf. Duarte & Marques 2019: 237), so we look at the forms selected by speakers, where it is possible to make an interpretation related, for instance, to politeness (Leech 1983) or power and solidarity (Brown & Gilman 1960). As pointed out by Hajek, Kretzenbacher & Lagerberg (2013: 1), “The choice of address forms is a way of positioning both speaker and addressee in their mutual social field of interaction (cf. Carbaugh 1996: 143; Svennevig 1999: 19), thus making a specific social distance between the interlocutors”. In this paper, we will not try to cover all Forms of Address in Portuguese – as it would be a challenging job for a small paper (if we consider the number of possibilities in nominal forms, for instance) nor study the types of Forms of Address in this kind of campaign documents and its pragmatic interpretations. We will attempt to look specifically at the problematic related to the production of Forms of Address with elements from *vós* and *vocês* paradigms. Therefore, we recall here some thoughts made by different authors in this regard, and we set aside the problematic of choosing the most adequate form of address according to the communication purposes.

The pronoun *vós*, almost inexistent in standard EP, with some oratorical exceptions (Cintra 1972: 67), is nowadays seen, in a sense, “with some vitality” (Duarte & Marques in press) and not vanished, as someone might think looking at Portuguese for Foreigners’ books published in Portugal – an observation made by Manole (2021: 131).¹ Duarte & Marques (in press) say that “the uses of *vós* are not limited to dialectal uses” and that “to explain and

¹ These observations take only the plural perspective; that is to say, we will not look here to the use of *vós* as a possible form for the second person singular. More about *vós* as the second person singular can be found in, among others, Cintra (1972), Cook (2001), Poutain (2003).

understand the uses of *vós*, we must take into account dialectal influences, language registers, the status of the interlocutors, the discourse genres, and the degree of formality” (Duarte & Marques in press). So it is not, therefore, difficult to understand that the discourse genre might influence, in part, the forms selected. In that way, it is expected that forms of address in texts produced in political campaigns show a balanced level of proximity and deference since candidates are trying to get the electors’ sympathy and show closeness with them. Despite the observations about the vitality of *vós*, other authors point out that it is used in EP only in the north (cf. Aguiar & Paiva 2017; Lara-Bermejo & Guilherme 2021). At this point, it is essential to note that both authors – the ones saying that *vós* has some vitality and the other ones saying that it only exists in northern regions – are specifically expressing observations about the pronoun *vós* in its subject position, not about the other elements from its paradigm. With this in mind, we underline here the crucial notion of the diversity concerning syntactic position: subject position and complement position, for instance, influence the production of different elements from different paradigms (cf. Aguiar & Paiva 2017: 149; Lara-Bermejo & Guilherme 2021: 57) so looking at forms of address is not a straightforward thing. One thing is to speak about the elements from the paradigms corresponding to subject forms, and another, quite different, is to speak about complement forms of the same paradigm. In papers such as, for instance, Aguiar & Paiva (2017), we see that sometimes mixed productions happen, and that works as evidence of a change in progress.

Regarding *vocês*, it is important to note that a total established acceptance/use of that form is not unanimous (cf. Lara-Bermejo & Guilherme 2021; Duarte & Marques 2021)¹, contradicting the inflated assumption that *vós* is simply being replaced by *vocês*. Beyond that consideration about the pronoun in subject position, it is essential, as above, to retain that it is not the same to speak about the acceptance of the element *vocês* and the other elements from his paradigm – for instance, *lhes*, in complement position. We leave here some examples to illustrate our words:

Table 1. Examples of productions related to both paradigms.

¹ In Duarte e Marques (2021: 22) we can find a speaker’s Facebook post where, funnily, is mentioned a social movement called “Movimento Recuperativo da Segunda Pessoa do Plural” – Movement to recover the 2PP and to defend the refusal of *vocês*. We do not develop an analysis over *você*, but its acceptance is not consensual, as works like Hammermüller (1980) show.

Examples of possible productions	<i>Vós</i> paradigm	<i>Vocês</i> paradigm
<i>Vós sabeis</i> o que quero. (You know what I want.)	X	
<i>Sabeis</i> o que quero. ([You] know what I want.)	X	
Vou dizer- <i>vos</i> o que quero. (I will tell you what I want.)	X	
Vou <i>convosco</i> . (I will go with you.)	X	
<i>Vocês sabem</i> o que quero. (You know what I want.)		X
<i>Sabem</i> o que quero. ([You/They] know what I want.)		X
Vou dizer- <i>lhes</i> o que quero. (I will tell them what I want.)		X
Vou <i>com vocês</i> . (I will go with you.)		X

In the type of texts analysed here, inside the spectrum of documents produced to present political candidates and their ideas to electors, we expect to find essentially three things – designation of the allocutary, mechanisms to induce proximity and empathy and a claim for the addressee’s vote. Taking the previous said into account we will analyse the data bearing in mind Cintra (1972) big division inside the Forms of Address theme: nominal forms (example: – E como faço isso? – *O senhor* sabe muito bem como fazer.), verbal forms (examples: *Sabeis* bem o que fazer. *Sabem* bem o que fazer. *Sabes* bem o que fazer. *Sabe* bem o que fazer.) and pronominal forms (examples: *Vós* sabeis bem o que fazer. *Vocês* sabem bem o que fazer. *Tu* sabes bem o que fazer. *Você* sabe bem o que fazer.) (Cintra 1972: 12)¹ Moreover, the observations in Carreira (2002) about the three major types to designate someone linguistically: elocutive (EU-I; WE-NÓS); allocutives (TU/VOCÊ-YOU; VÓS/VOCÊS-YOU) and delocutives (ELE/ELA-HE/SHE; ELES/ELAS-THEY). Of course, we do not forget the intersections and possible overlaps between the two classifications, given some characteristics of the language here in analysis – for instance, the possibility of null subjects, which can create doubts about an allocutive or delocutive intention.

¹ In that same work, Cintra (1972) also reminds us that the pronominal and verbal do not tell us anything specific about the subject, whilst nominal forms always show something characteristic (gender, social status, for instance) (Cintra 1972: 12-13).

2. Methodology

As we wished to collect the documents sent, in 2021, by the two most voted parties in the 2017 municipal elections in every council district capital, we have sent an email to the respective parties sections asking for the documents mentioned above. We were forced to search the parties' sites due to bureaucratic delays beyond our control (that took us longer than expected). As we searched, we understood that it would be a fruitless job because many parties do not show the documents sent/delivered to electors on their sites. Thereby, short on time, we have decided to collect the documents related to only ten city councils (from north and central north of the country)¹. On the whole, we were able to gather a corpus of 28 documents. In the following table, we show the type of documents gathered. Besides, we also add some marks on the presence (Y – yes) or lack (N – no) of each element from the *vós* or *vocês* paradigms. Every time we found no data related to what we were explicitly searching for, we left some generic remarks about things we think are relevant (those remarks are also displayed in the *Results and Discussion* section).

Table 2. Type of collected documents and presence/lack of elements from *vós* or *vocês* paradigms

Winning Party/ Movement in the 2017 election	City Council	2nd place Party /Movement in the 2017 election
-- ¹	Aveiro	Electoral program (N) Team's presentation (N)
Electoral program (N)	Braga	Candidate's message (Y)
Candidate's message (Y)	Bragança	Infomail (Y) Infomail (Y)
Candidate's message / program (Y)	Castelo Branco	Personal presentation letter / Candidate's message(Y)
Infomail (Y) Electoral program(N)	Coimbra	Electoral program (N) Presentation of the election manifesto speech (Y)
Electoral program (N) Electoral manifesto (N)	Guarda	Electoral program (N) Personal presentation letter (Y)

¹ We will try to show the other 10 in future work.

Electoral manifesto (N)	Porto	Candidate's message (N) Candidate's message with the electoral program (N)
Electoral program (N)	Viana do Castelo	Electoral program (N) Candidacy presentation speech (Y)
Electoral manifesto (N)	Vila Real	Candidate's message (N)
Personal presentation letter (Y) Electoral program (N)	Viseu	Electoral program (Y)

3. Results and discussion

Firstly, we present in the following table a generic view of the collected data:

Table 3. Collected data.

City	Forms of the <i>vós</i> and <i>vocês</i> paradigms								Obs.
	Yes							No	
	Subject		Object		Verb		Poss. Pron./Det.		
	Vós	Vocês	vos	lhes	2PP	3PP	2PP		
Aveiro (1)									-
Aveiro (2)								X	3PS ² 2PS ³
Braga (1)								X	3PS ⁴ 2PS ⁵
Braga (2)			5 ⁶			2 ⁷			3PS e 2PP/3PP ⁸ 2PP
Bragança (1)							1 ⁹		2PP 2PP/3PP ¹⁰
Bragança (2)						1 ¹¹			2PP/3PP ¹² 3PS ¹³ 2PS ¹⁴
Castelo Branco (1)								X	2PP/3PP ¹⁵ 3PS ¹⁶
Castelo Branco (2)			2 ¹⁷				1 ¹⁸		2PP/3PP ¹⁹ 2PP
Coimbra (1)							1 ²⁰		2PP 2PS ²¹ 3PS ²² 2PP/3PP ²³
Coimbra (2)							1 ²⁴		2PP

Guarda (1)									X	3PS ²⁵
Guarda (2)						4 ²⁶				3PP ²⁷
Porto (1)									X	3PS ²⁸
Porto (2)									X	3PS ²⁹
Viana do Castelo (1)									X	2PS ³⁰
Viana do Castelo (2)			1 ³¹				1 ³²			2PP 3PS ³³
Vila Real (1)									X	2PP/3PP ³⁴
Vila Real (2)									X	3PS ³⁵
Viseu (1)									X	2PP/3PP ³⁶ 2PS ³⁷
Viseu (2)									X	3PS ³⁸

Now, a specific view:

We see that there are no productions of *vós* or *vocês*. The explicit subject with one of these pronouns is inexistent in the *corpus*. Instead of “*Vós* + 2PP Verb” or “*Vocês* + 3PP Verb” (both grammatical in PEC), we can observe productions like “[–] + 3PP Verb” (cf. footnote 17). Looking at the data, we can see a clear choice to use demonyms as forms of address (especially with the well-known form *caro/cara/caros/caras* – *dear*). Knowing the type of text we selected, this is not a surprise. However, we think a point should not be ignored: traditionally, demonyms are used as the initial form of address and then, in the body text, pronouns take place. In contrast, most of the texts of this *corpus* have no pronominal choices but have the selection of the demonyms throughout the message (cf., for instance, footnotes 40 and 42). That is to say, the authors preferred to choose nominal forms of address to retake the allocutionary notion throughout the text.

In relation to the object position (*-vos* or *-lhes*), we can see that, although, with poor representation (explained by the use of the formula “DET+ demonyms” mentioned above), the element from *the vós* paradigm prevails over *-lhes*, and there is a similar *vós* paradigm choice scenario when it comes to possessive pronouns and/or determiners. On the contrary, in the verbal forms of address, we see the growth of the elements from *the vocês* paradigm.

There are also a few cases of elements from the singular paradigm

production, for example, in footnotes 8, 34 and 36, but that would be analysed inside the duality addressee singular-plural and the pragmatic implications of that choice, that we do not specifically take here.¹ However, we do not hide some curiosity finding the duality present in some of the analysed documents: “*Vota X*” (2PS verbal) and “*Conheça as nossas propostas*” (3PS verbal) are written in the same document, so the addressee is faced either as the second person either as the third person. Notwithstanding this duality, we should emphasise that every time this occurs, the second person comes in the imperative key-phrase “*Vota X*” (instead of *Vote X* – 3PS)” and the 3PS in the body text “*Conheça as nossas propostas*” (instead of “*Conhece as nossas propostas*” -2PS). This alternation is probably chosen to catch the attention of electors from a broader spectrum (older and younger, we might say).²

Another issue not related to the *vós-vocês* confrontation is the gender question, which is visible across almost all the documents (we request some attention to the bizarre production of “C@ro amig@” where the first “@” is misplaced). Furthermore, if we look closely, we will notice that the majority of the gender tags (6 out of 9) firstly refer to the feminine form: *Estimada e estimado*; *Caras amigas e caros amigos*, etc., when the form “*Caros Amigos*” used to be undoubtedly (and peacefully) acceptable to embrace all electors.

Conclusions

We believe the collected data only allows us to do some limited comments and no extrapolations. The inexistence of explicit subjects appears to be hand in hand with the idea present in Aguiar & Paiva (2017: 137) about the propensity to produce null subjects in CEP. We think we might also speak about a tendency to use demonyms to take – if we want to get back to Carreira’s (2002) division: *elocutives*, *delocutives* and *alocutives* – a typical *delocutive* form “they” with an *allocutive* feature. Of course, speaking about the particular case of this kind of text, headed to electors of a specific council. In general cases, we would only underline the confirmation of the idea of the propensity of null subjects, reminding here the zero degree of deference dimension in Carreira (2002: 175) and also the Hammermüller’s

¹ It would take two parts: first, if it is chosen a singular or a plural addressee, and second, if it is singular, 2PS or 3PS, that is to say “*Vota*” or “*Vote*”.

² We only underline the presence of both 2PS and 3PS in the same text. However, with a lot more data, it would be interesting to see if the 2PS is always used by the same party, reminding here the considerations left in the section “Group style with the pronouns of address” in Brown & Gilman (1960).

reflection on “L’adresse verbale comme instrument formel d’évitation” (Hammermüller 2004: 7). We should also note that there is no production of null subjects with 2PP verbs, giving someplace for the decay of the fifth person idea. Conversely, in relation to the object position (*-vos* or *-lhes*), we can see that, although, with poor representation, the element from the *vós* paradigm prevails over *-lhes*, which reminds us of what is also written in Aguiar & Paiva (2017:149) and also in Duarte & Marques (2019:246) where the authors underline the differences of production depending on the syntactic position and the maintenance of the elements form *vós* paradigm.

We think it is not possible to draw any conclusions about a geographic reading with the collected data (we would need more and broader data). Nevertheless, we think it is curious to observe the presence of elements form the *vós* paradigm in Castelo Branco (although – we are aware – in the object position, considered the most resistant form of the *vós* paradigm nowadays (cf. Aguiar & Paiva 2017: 149)) and elements from the *vocês* in Braga and Bragança, as this could be seen as a tiny clash with the traditional idea that the *vós* paradigm only endures in the northern regions (in particular in Braga and Bragança). Nevertheless, we once more emphasise the scarcity of the data and the consequent impossibility of taking the points above as substantial. In fact, we find that the collected data did not really work as assertive evidence to this or that in the specific confrontation *vós-vocês* unless in a way we might linguistically translate like this: speakers do not express “*vós*” but at the same time did not replace it by “*vocês*”; they found other constructions (namely the demonyms in allocutive use) to head electors, so something is not pacific regarding that alleged natural replacement, and it should be better documented.

Despite the scarcity aforesaid, we believe the data told us something about gender questions that we think are going to be more and more prominent in the following times in texts like those we analysed due to the changes taking place in Portuguese society (following here the observations mentioned on our second footnote).

We think the collection of documents from every parish would be even more interesting (because it would be more extensive and closer to the speakers’ real *corpus*) than the work done here; however, it was impossible to do in our time window. We underpin that idea on the fact that, in many cases, the linguistic information contained in those texts is less standardised and closer to the actual speakers’ production.

As we have mentioned above, this work is just a tiny sample of a possible

search for the production of the elements from *vós* and *vocês* paradigms in CEP, and it should be seen like that and nothing more.

Bibliographic references

Aguiar, Joana; Paiva, Maria Conceição. 2017. “Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso” In Barbosa, P. Paiva, M da C., Rodrigues, C. *Studies on variation in Portuguese*. Amsterdam: John Benjamins:135-150.

Bakhtin, Mikhail Mikhailovich; Voloshinov, Valentin Nikolaevich. 1973. *Marxism and the philosophy of language*. New York: Academic.

Brown, Roger; Gilman, Albert. 1960. The Pronouns of Power and Solidarity. In Thomas Albert Sebeok (ed.), *Style in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press: 253-276.

Carreira, Maria Helena. 2001. Formas de tratamento de português como designação do outro e de si: perspectivas de investigação e transposição didáctica. Cadernos de PLE 1. <https://docplayer.com.br/62394758-Formas-de-tratamento-de-portugues-como-designacao-do-outro-e-de-si-perspectivas-de-investigacao-e-transposicao-didactica.html> (15-10- 2021).

Carreira, Maria Helena. 2002. «La désignation de l’autre en portugais européen: instabilités linguistiques et variations discursives», in: *Instabilités linguistiques dans les langues romanes, sous la direction de Maria Helena Araújo Carreira*, Paris: Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, Arts, Lettres, Sciences Humaines, Sciences et Techniques, 173-184.

Carreira, Maria Helena. 2004. Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. In *Colóquio pronombres de segunda persona y formas de tratamiento en las lenguas de Europa*. Paris: Instituto Cervantes de Paris. http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf (07-10-2021).

Carbaugh, Donald. 1996. *Situating Selves: the communication of social identities in American scenes*. Albany: State University of New York Press.

Cintra, Luis Filipe Lindley. 1972. *Sobre as formas de tratamento*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cook, Manuela. 2001. Da lingüística à literatura: a segunda pessoa em Michaëlis de Vasconcelos e em Nemésio. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, 21. Minas Gerais: 49-62. <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/7872/6832> (05-10-2021)

Duarte, Isabel Margarida & Maria Aldina Marques. *Vós and other pronominal forms of address (tu, você, vocês): speakers’ perceptions and differences between Brazilian and European Portuguese*. In Nicole Baumgarten & Roel Vismans (eds.), *Address in Contrastive Contexts* John Benjamins. (in press)

Faraco, Carlos Alberto. [1996] 2017. O tratamento “você” em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, 3 (2), 114-132. <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v3i2.17150> (16-10-2021).

Gouveia, Carlos. 2008. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In Isabel Margarida Duarte & Fátima Oliveira (eds.). *O fascínio da Linguagem*. Porto: FLUP: 91-99.

Hajek, John; Kretzenbacher Heinz Leo; Lagerberg Robert. 2013. Towards a linguistic typology of address pronouns in Europe – past and present. In: John Henderson, Marie-Eve Ritz & Celeste Rodríguez Louro (eds.), *Proceedings of the 2012 Conference of the Australian Linguistic Society*. Perth: Australian Linguistics Society. https://minerva-access.unimelb.edu.au/bitstream/handle/11343/129763/Towards_a_linguistic_typology_2013.pdf?sequence=5&isAllowed=y (12-10-2021)

Hammermüller, Gunther. 1980. “Você é estrubaria?”, In: *Iberoromania* 12, 30-40.

Hammermüller, Gunther. 2004. Adresser ou éviter, c’est la question... Comment s’adresser à quelqu’un en portugais sans avoir recours à un pronom ou à une autre forme équivalente. http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_hammermueller.pdf (10-10-2021).

Lara-Bermejo, Víctor & Guilherme, Ana. 2021. The Diachrony of Pronouns of Address in 20th-century European Portuguese. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics* 14(1). Berlin: De Gruyter Mouton: 39–79.

Marques, Maria Aldina. 2016. Todos os rios vão dar a marçó. O movimento dos indignados e a construção de um ethos coletivo. In Zilda Aquino & Paulo Roberto Gonçalves-Segundo (eds.), *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. S. Paulo: Ed. Paulistana, 7-24.

Marques, Maria Aldina; Duarte, Isabel Margarida; Seara Isabel. 2019. Argumentação ad hominem, formas de tratamento e protesto político. *Redis: revista de estudos do discurso*, 8: 122-139. DOI10.21747/21833958/red7a3

Oliveira, Sandi Michele. de 1996. Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal. In J. M. Carrasco González, & A. Viudas Camarasa (eds.), *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera: (Cáceres, 1 a 3 de diciembre de 1994)* (Vol. II) Universidad de Extremadura, 123-139.

Pountain, Christopher. 2003. “Pragmatic and Structural Reflections on the Expression of the Second Person Notion in Romance with Special Reference to Spanish and Portuguese”. In: *Bulletin of Spanish Studies*, 80(2), 145-160. DOI:10.1080/14753820302029.

Tables footnotes

¹ We tried to get in touch with the contact person several times (calls and emails), but we received no answer.

² “Preocupamo-nos com a sua felicidade, com o seu bem-estar e com a sua qualidade de vida. **Junte-se a nós e venha** fazer parte deste projeto!”

³ “**Vota X**”.

⁴ “**Caro(a)Bracarense,**

Ao longo dos últimos anos e, em concreto, nos dois atos eleitorais em que merecemos a confiança dos Bracarenses para a condução dos destinos do Nosso Concelho, apresentámos aos Bracarenses um conjunto de propostas, ambiciosas, mas realistas; abrangentes, mas concretas em todas as áreas da governação municipal; ajustadas às necessidades do dia-a-dia, mas alicerçadas numa visão de longo prazo, construída num profícuo diálogo com cidadãos e instituições.”

⁵ “Vota X”

⁶ “É neste contexto que vos quero dizer (...)”; “(...) motivo por que vos escrevo (...)”; “(...) para vos dizer (...)”; “(...) para vos dar (...)” e “(...) dizer-vos (...)”

⁷ “(...) mas deixem-me (...)”; “(...) quero muito que venham comigo (...)”

⁸ “**C@ro [sic] amig@ e camaradas**”

⁹ “Sei que com o vosso apoio vamos (...)”

¹⁰ “**Caras amigas, Caros amigos**”

¹¹ “**Podem** contar comigo (...)”

¹² “**Caras Amigas e Caros Amigos**” e “**Caros e Caras Brigantinos**”.

¹³ “**Vote X**”.

¹⁴ “(...) não **fique** em casa. (...) Sem receios, não **faça** parte da abstenção, **venha** votar (...). **Junte-se** a este projeto (...). (...). **Acredite**, é possível (...)”

¹⁵ “**Estimad@s** Albicastrenses”.

¹⁶ “**Vote X**”.

¹⁷ “(...) para vos ouvir e vos fazer acreditar.”

¹⁸ “Contamos **convosco**.”

¹⁹ “**Caros amigos**”.

²⁰ “(...)para isso apelo à vossa participação, (...)”

²¹ “**Vota X**”.

²² “**Vote X**”.

²³ “**Caras e Caros concidadãos**”.

²⁴ “(...) obrigado a todos e a todas pela vossa presença (...)”

²⁵ “**Vote X**”.

²⁶ “**Contem** com a minha ambição. **Contem** com a minha determinação. **Contem** com a minha audácia. **Contem** com a minha capacidade de diálogo.”

²⁷ “**Aos Guardenses**”.

²⁸ “(...) contamos com o **seu** voto”.

²⁹ “**Caro/a** Portuense”; “**Caro (a)** Portuense”; “**Pode** consultá-las”; “(...) a decisão é **sua**. Não **desista** do Porto. O Porto precisa de **si**.” e “conto **consigo**”.

³⁰ “O **teu** voto. A **tua** voz. Acredita no teu voto”, “**Vota X**”.

³¹ “(...) quero lançar-vos o desafio (...)”.

³² “(...) estarei ao vosso lado (...)”.

³³ “Vote X”.

³⁴ “**Caras amigas e caros amigos**” “Convidamos os **vila-realenses** a conhecerem (...)”.

³⁵ “**Cara(o) amiga(o)**”.

³⁶ “**Caras e caros** Viseenses: É com enorme honra que nos dirigimos a todos os **Viseenses**”.

³⁷ “**Receba caro Concidadão** os mais sinceros cumprimentos, saudações amigas e a consideração pessoal, com a confiança que nos **irá** ajudar, como sempre, a fazer crescer, harmoniosamente, Viseu”.

³⁸ “**Estimada e Estimado** Viseense”; “**Vote X**”.

TRANSLATING THE COLOURS OF KATHERINE MANSFIELD'S 'THE DOLL'S HOUSE' INTRALINGUISTICALLY

Roberta Rego Rodrigues
(Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

ABSTRACT

This paper does an intralinguistic translation of Katherine Mansfield's 'The Doll's House' (Mansfield 2001: 383-391) by taking into account that colours, as Epithets (Halliday 1994: 194-196), define the Things (Halliday 1994: 194-196) in nominal groups (Halliday 1994: 38). It aims to translate intralinguistically the colours in this literary text. The short story was converted into an electronic format, and the colours were identified manually. The colours are realised in eight distinct phases of discourse (Martin and Rose 2007: 34). Results show that 'white', 'red', and 'yellow' are prominent colours in the aforementioned short story. It can be concluded that interpreting colours of literary texts in one single language can be regarded as an instance of intralinguistic translation for it helps us understand other characteristics of these texts by means of Epithets and Things (Halliday 1994: 194-196).

Keywords: Intralinguistic Translation; Colours; The Doll's House; Katherine Mansfield.

RESUMO

Este artigo traduz de forma intralinguística o conto "The Doll's House", de Katherine Mansfield (2001: 383-391), ao considerar que as cores, como Epítetos (Halliday 1994: 194-196), definem os Entes (Halliday 1994: 194-196) em grupos nominais (Halliday 1994: 38). Tem por objetivo empreender uma tradução intralinguística das cores nesse texto literário. O conto foi convertido para um formato eletrônico e as cores foram identificadas manualmente. Elas se realizam em oito fases distintas do discurso (Martin and Rose 2007: 34). Os resultados mostram que o "branco", o "vermelho" e o "amarelo" são cores que se destacam no referido conto. Pode-se concluir que interpretar as cores de textos literários em uma única língua pode ser considerado como uma instância de tradução intralinguística, uma vez que nos auxilia entender outras características desses textos por meio de Epítetos e Entes (Halliday 1994: 194-196).

Palavras-chave: Tradução Intralinguística; Cores; The Doll's House; Katherine Mansfield.

Recebido em 11 de fevereiro de 2025.

Aceite em 27 de março de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.268

Introduction

This paper examines the use of colours in Katherine Mansfield's 'The Doll's House'. More specifically, it aims to do an intralinguistic translation (Jakobson 2007 [1959]: 64) by considering that colours, as Epithets (Halliday 1994: 194-196), specify the Things¹ (Halliday 1994: 194-196) in nominal groups, as well as in prepositional phrases, and in Circumstances² (Halliday 1994: 212-213, 151).

Colour is a topic, studied by researchers such as Berlin and Kay (1969: 1-2), Biggam (2015: 22-23), and van Leeuwen (2011: 46-47). Berlin and Kay treat colours as universals, whereas Biggam approaches them from a historical perspective, and van Leeuwen introduces the universe of colours. These researchers' contributions are complemented by colours definitions from the *Longman Dictionary of English Language and Culture* (2000).

The research question that guides this paper is:

(1) How can colours be translated intralinguistically in Katherine Mansfield's short story 'The Doll's House'?

To my knowledge, this short story has not yet been investigated from the perspective of colours based on the theoretical framework and the methodology established herein.

Next I present the theoretical framework.

1. Theoretical Framework

In one of his seminal works, Jakobson (2007 [1959]: 64) proposes a classification system that comprises three types of translation. According to him, intersemiotic translation occurs from one verbal sign to a non-verbal one. Interlinguistic translation occurs from one language to another. And, finally, intralinguistic translation occurs within the same language.

Finatto and Tcacenco (2021: 33) point out that simplification is a type of intralinguistic translation. Jesus (2024: 99) confirms this, by adding that explicitation can also be included in this type of translation. According

¹ According to Halliday (1994: 189), the Thing 'is the semantic core of the nominal group'. According to the same author (1994: 184), 'the Epithet indicates some quality of the subset, e.g. *old, long, blue, fast*'.

² A Circumstance can be either an adverbial group or a prepositional phrase (Halliday 1994: 109).

to these authors, simplification and explicitation make texts more accessible to specific target audiences. In the context of corpus-based translation studies, these categories are related to translation universals (Baker 2020 [1993]: 18-19), considering interlinguistic translation, but they are renewed when used as types of intralinguistic translation. This is because simplification and explicitation in intralinguistic translation seek to make the reader comfortable with the text they are reading (Finatto and Tcacenco 2021: 36; Jesus 2023: 99). Furthermore, paraphrasing can also be considered a type of intralinguistic translation, although there is resistance to its use in literary texts, because they are aesthetically written (Beauvais 2019: 17).

There can be other types of intralinguistic translation. As I said in the Introduction, I consider that Epithets (Halliday 1994: 194-196) can intralinguistically translate the Things (Halliday 1994: 194-196), by specifying them. For instance, let us take the following nominal group: ‘red carpet’ (Mansfield 2001: 384). ‘Red’ is the Epithet and ‘carpet’ is the Thing. This can also occur in nominal groups within prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213), such as, ‘gleaming with yellow varnish’ (Mansfield 2001: 383). We will also examine other occurrences of specification in the results section.

In their seminal work, Berlin and Kay (1969: 1-2) argue that colours present semantic universals. This is somewhat true if one considers, for instance, that every language presents a grammatical Subject (Chomsky 1981 as cited in Song 2011: 33). Nonetheless, this view may limit how cultures express colours in particular ways (van Leeuwen 2011: 46-47). Furthermore, Biggam (2015: 22-23) notes that the semantics of colour is historically constructed. For Berlin and Kay (1969: 2), there are eleven basic colour terms, namely, ‘white, black, red, green, yellow, blue, brown, purple, pink, orange, grey’. The authors also recognise that there are variations and graduations of these terms, such as ‘scarlet’ (Berlin and Kay, 1969: 5). Finally, in their pivotal work, Kress and van Leeuwen (2006: 160) consider that colours are linked to the Hallidayan interpersonal metafunction, which is the metafunction of interaction.

The Longman Dictionary of English Language and Culture (LDELIC henceforth) offers some interpretations of colours that are current in American and British cultures (LDELIC 2000: 785-786). The words that express the different interpretations are used to translate colours intralinguistically in Mansfield’s short story. If a colour is not included in this dictionary, I draw upon Berlin and Kay, Biggam, and van Leeuwen’s considerations in the results section.

LDELIC (2000: 785-786) lists eight colour basic terms (Berlin and Kay 1969: 2). A summary of each colour is given below.

White

In the US and UK, 'white' is connected with purity and virginity. In a traditional way, women wear 'white' dresses in weddings. 'White' is also connected with moral goodness. People think that God and angels wear 'white', and that heaven has a lot of 'white' clouds (LDELIC 2000: 786).

Black

In the UK and US, 'black' is a quite popular colour for all types of outfits, especially formal ones. If you want to show respect and sadness at funerals, you wear 'black' outfits (LDELIC 2000: 786).

Red

'Red' notifies one of danger. People think that the devil is 'red'. 'Red' heart shapes and 'red' roses are related to romantic love. 'Red' is also considered an exciting colour. Traditionally, kings, queens, and presidents are welcomed on a 'red' carpet (LDELIC 2000: 785).

Green

American and British people consider 'green' as the colour that symbolises nature. 'Green' is also related to the environment, and it is also used to talk about somebody who is young and inexperienced at work. Finally, 'green' symbolises jealousy (LDELIC 2000: 785).

Blue

In the UK and US, it is quite common for outfits to be 'blue'. This colour is associated with coldness (LDELIC 2000: 785).

Purple

'Purple' is connected with queens, kings and Roman Emperors; previously, only people bearing these titles were given permission to wear 'purple' outfits. This colour is also associated with the Pope (LDELIC 2000: 785).

Pink

In the US and UK, 'pink' is considered a beautiful colour, historically, favoured by girls and women (LDELIC 2000: 786).

Grey

In the UK and US, 'grey' is associated with being dull and boring. However, it is also an ordinary colour for both men's and women's outfits (LDELIC 2000: 786).

Chico and Rodrigues (2022: 125, 135-136, 137, 139, 145-149, 150) investigate the basic colour terms in an excerpt of the comics *Ms. Marvel, Volume 1: No normal*. Ms. Marvel is the heroic form of Kamala Kahn, an

American teenager of Pakistani descent. The colours were collected and placed in two spreadsheets. In the first spreadsheet, the occurrence or non-occurrence of basic colour terms for each panel (i.e. the drawing with or without a speech bubble) was signalled as ‘yes’ or ‘no’, respectively. For those panels, which manifested basic colour terms, each of the most frequent colours was signalled in the second spreadsheet. The quantification of ‘yes’ occurrences in the first spreadsheet was done using the function CONT.SE, and the quantification of the most frequent basic colour terms in the second spreadsheet was done manually. The results show that 37 panels out of 40 contain basic colour terms. The results also show that 7 basic colour terms are manifested in the panels with ‘red’, ‘yellow’, and ‘white’ being prominent, which corresponds to the colours of the super-heroine’s outfit. The authors conclude that Kamala Khan, as Ms. Marvel, may wear predominantly the exciting colour red to attract readers.

Rodrigues and Oliveira (2022: 1-6, 7, 9-10) investigate the Epithets in the short story analysed in this paper and in two of its translations into Brazilian Portuguese, by Denise Bottmann and by the translator duo Carlos Eugênio Marcondes de Moura and Alexandre Barbosa de Souza. The Epithets were annotated with specific labels, which were quantified on the linguistic software AntConc. The authors note that the colour “amber” has been translated as prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213) in the two translations, namely, ‘de âmbar’ and ‘cor de âmbar’, respectively. The authors conclude that context is relevant for classifying the Epithets because the one and the same Epithet can have different connotations in a text.

Next I present the methodology.

2. Methodology

Katherine Mansfield (1888-1923) was born in New Zealand and educated in the United Kingdom. She was an important short story writer. She was in poor health and died of tuberculosis at the age of 34. Her short stories were poetic and symbolic, by exploring psychological conflicts and social dilemmas in a fierce and subtle way. She was influenced by the writings of Anton Chekhov.¹

Narrated in third person, the literary text tells the story of a doll’s house owned by the Burnell girls. This doll’s house arouses the envy of the Burnell girls’ classmates, including the Kelvey girls, who are shunned by the

¹ <https://www.antofagica.com.br/product-author/katherine-mansfield/>

other pupils because they are poor. The short story clearly addresses issues of social class. There is also the doll's house lamp, which can be seen as an epiphanic symbol for Kezia Burnell, Else and Lil Kelvey.

First, the short story was converted into an electronic format. Then I read it several times, and identified the excerpts in which colours were mentioned. This process revealed that they occurred in eight different phases of discourse. According to Martin and Rose (2007: 34), they correspond to logically sequenced sentences on distinct events. The colours in these phases of discourse are translated intralinguistically in the next section of this paper.

3. Results

As showed in Tables 1-8, the colours are realised in eight different phases of discourse (Martin and Rose 2007: 34). First, each phase of discourse is explained. Second, the colours are intralinguistically translated, according to the methodology and the theoretical framework. Finally, the colours in italics are mine. It should be noted that the intralingual translation is neither exhaustive nor definitive.

Table 1. Phase of the Discourse 1

There stood the doll's house, a dark, oily, *spinach green*, picked out with bright *yellow*. Its two solid little chimneys, glued on to the roof, were painted *red and white*, and the door, gleaming with *yellow* varnish, was like a little slab of *toffee*. Four windows, real windows, were divided into panes by a broad streak of *green*. There was actually a tiny porch too, painted *yellow*, with big lumps of congealed paint hanging along the edge.

Mansfield (2001: 383)

Phase of the discourse 1 refers to the detailed description of the doll's house. In this phase, the colours are almost not presented in nominal groups (Halliday 1994: 38). They are presented cataphorically, e.g. 'spinach green'; as Circumstances (Halliday 1994: 151), e.g. 'red and white', which can be intralinguistically translated as 'in a red and white manner'; and in prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213), e.g. 'by a broad streak of green'. As we can see, there is a diversification of structures to introduce the colours in this phase of discourse. 'Spinach green' is not a basic colour term (Berlin; Kay, 1969: 5), because it presents a variation of the colour 'green'. Even so, this type of green is connected with the vegetable spinach, which has 'soft loose green leaves' (LDELC 2000: 1303). In both 'spinach green' and 'by a

broad streak of green’, the colours seem to evoke aspects of nature (LDELC 2000: 785). Moreover, according to Biggam (2015: 10), the basic colour term ‘yellow’ is associated with ‘people who are considered to be jealous, or cowardly [...]’. Nevertheless, this colour is used to describe the doll’s house, and it may bring with it a sense of brightness, as in ‘bright yellow’. Furthermore, ‘red and white’ combine an exciting colour with a peaceful one (LDELC 2000: 785-786) on the little chimneys, which creates a sense of contrast. Finally, the narrator makes use of a brown sweet, namely, ‘toffee’ (LDELC 2000: 1417), to describe the little slab. Note that a substance is used to describe the colour of a part of the doll’s house.

Table 2. Phase of the Discourse 2

There were pictures on the walls, painted on the paper, with *gold* frames complete. *Red* carpet covered all the floors except the kitchen; *red* plush chairs in the drawing-room, *green* in the dining-room; tables, beds with real bedclothes, a cradle, a stove, a dresser with tiny plates and one big jug. But what Kezia liked more than anything, what she liked frightfully, was the lamp. It stood in the middle of the dining-room table, an exquisite little *amber* lamp with a *white* globe.

Mansfield (2001: 384)

Phase of the discourse 2 is an additional description of the doll’s house with a focus on the lamp. In this phase, there are additional occurrences of nominal groups (Halliday 1994: 38), such as ‘red carpet’ and ‘red plush chairs’. There are also prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213), e.g. ‘with gold frames complete’ and ‘with a white globe’. There is an Epithet whose main Thing (Halliday 1994: 194-196) is elided: ‘green in the dining-room’. Again a substance, in this case ‘gold’, is used to signify a colour, more specifically ‘yellow’, according to LDELC (2000: 564). That the carpet and the plush chairs in the dining-room are red, a colour that evokes nobility (LDELC 2000: 785), reinforces the notion that the Burnells pertain to a high social class. There are ‘green [plush chairs] in the dining-room’, a place where people have meals, and also a place that can evoke the environment (LDELC 2000: 785), thanks to the presence of vegetables and fruits. Finally, in ‘an exquisite little *amber* lamp with a *white* globe’, ‘amber’ is yet another substance (LDELC 2000: 34) that is used to describe colour, evoking the basic colour term ‘yellow’ (Berlin and Kay 1969: 2). As mentioned before, in Brazilian Portuguese ‘amber’ can be used in prepositional phrases (Rodrigues and Oliveira 2022: 7). The basic colour term ‘white’ contributes to the ethe-

real aspect of the lamp (LDELC 2000: 786), which can be considered a decisive symbol of epiphany in the short story, as already mentioned.

Table 3. Phase of the Discourse 3

Lil, for instance, who was a stout, plain child, with big freckles, came to school in a dress made from a *green* art-serge tablecloth of the Burnells', with *red* plush sleeves from the Logans' curtains. Her hat, perched on top of her high forehead, was a grown-up woman's hat, once the property of Miss Lecky, the postmistress. It was turned up at the back and trimmed with a large *scarlet* quill. What a little guy she looked! It was impossible not to laugh. And her little sister, our Else, wore a long *white* dress, rather like a nightgown, and a pair of little boy's boots. But whatever our Else wore she would have looked strange. She was a tiny wishbone of a child, with cropped hair and enormous solemn eyes – a little *white* owl.

Mansfield (2001: 386)

Phase of the discourse 3 describes the Kelvey sisters' outfits. The colours appear both in nominal groups (Halliday 1994: 38), e.g. 'a long white dress', and in prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213), e.g. 'with red plush sleeves'. Again the basic colour term (Berlin; Kay, 1969: 5) 'green' can be referred to meals because the tablecloth presents this colour. Lil's dress is made of the green tablecloth, and it has 'red' plush sleeves. 'Red' is an exciting colour (LDELC 2000: 785), and contrasts with the 'green' tablecloth, whose colour is not regarded as being exciting (LDELC 2000: 785). The prepositional phrase 'with a scarlet quill' is still related to Lil's outfit. 'Scarlet' is not a basic colour term (Berlin and Kay, 1969: 5); rather, it is a very bright red (LDELC 2000: 1201), which makes her outfit even more jarring. Else's dress is 'white' and long, and the narrator says she looks like 'a white owl'. As we can see, Else's dress is more discrete than Lil's. Else's has a peaceful colour, namely, 'white' (LDELC 2000: 786) when compared to her sister's. Despite that, the description of the Kelvey sisters' outfits seems to serve to 'mock' them, and to show that they cannot afford clothes.

Table 4. Phase of the Discourse 4

"Oh yes," said Isabel, "and there's a teeny little lamp, all made of *yellow* glass, with a *white* globe that stands on the dining-room table. You couldn't tell it from a real one."

Mansfield (2001: 387)

Phase of the discourse 4 corresponds to a speech by Isabel Burnell, Kezia's sister, talking about the lamp. Interestingly, the colours 'yellow' and 'white', which refer to the lamp, are found in prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213), namely, 'of yellow glass' and 'with a white globe'. This indicates that they are located in a lower part of the rank scale (Halliday, 1994: 35), if compared to an independent nominal group. We can then say that the colours in these prepositional phrases are less prominent than if they were located in the main nominal groups. As for 'yellow' and 'white', they are basic colour terms (Berlin; Kay, 1969: 5) already mentioned directly or indirectly in phase of the discourse 2. Van Leeuwen (2011: 56) cites some painters and authors who describe the colour 'yellow' and provide us with different interpretations for this colour (van Leeuwen, 2011: 56). In the context of the short story, I believe that Goethe's interpretation of the colour 'yellow' is the most accurate one. In his words, this colour is 'bright, serene, gay, softly exciting', 'warm', and 'agreeable' (Goethe, 1970: 307 as cited in van Leeuwen, 2011: 56). As such, the lamp seems to be both a bright and heavenly (LDEL 2000: 786) symbol because of the 'yellow' and the 'white' colours, respectively.

Table 5. Phase of the Discourse 5

While always, as near as they could get, sat the Kelveys, our Else holding on to Lil, listening too, while they chewed their jam sandwiches out of a newspaper soaked with large *red* blobs.

Mansfield (2001: 387)

Phase of the discourse 5 refers to the Kelvey sisters having a snack. The only occurrence of a basic colour term (Berlin; Kay, 1969: 5), namely 'red', is in a prepositional phrase (Halliday 1994: 212-213), 'with large red blobs'. As we already know, 'red' is an exciting colour (LDEL 2000: 785). However, in this phase of discourse, it is used in a negative sense to describe the newspaper in which the simple sandwiches the Kelveys eat are wrapped.

Table 6. Phase of the Discourse 6

"You can come and see our doll's house if you want to," said Kezia, and she dragged one toe on the ground. But at that Lil turned *red* and shook her head quickly.

Mansfield (2001: 389)

Phase of the discourse 6 is about Kezia Burnell's invitation for the Kelveys to visit the doll's house. The basic colour term (Berlin; Kay 1969: 5) 'red' is present in 'Lil turned red', which functions as a Circumstance (Halliday 1994: 151), similar to 'red and white', an occurrence in phase of the discourse 1. According to LDELIC (2000: 785), 'red' can be related to romantic love. However, in this instance, it shows that Lil feels embarrassment.

Table 7. Phase of the Discourse 7

They did not need telling twice. Burning with shame, shrinking together, Lil huddling along like her mother, our Else dazed, somehow they crossed the big courtyard and squeezed through the *white* gate.

Mansfield (2001: 390)

Phase of the discourse 7 is about the Kelveys visiting the doll's house. In this phase, the basic colour term (Berlin; Kay, 1969: 5) 'white' is realised in the prepositional phrase (Halliday 1994: 212-213) 'through the white gate'. 'The white gate' can represent an entrance to heaven (LDELIC 2000: 786) for Lil and Else by allowing them to visit the doll's house.

Table 8. Phase of the Discourse 8

When the Kelveys were well out of sight of Burnells', they sat down to rest on a big *red* drainpipe by the side of the road.

Mansfield (2001: 391)

Phase of the discourse 8 describes the Kelvey sisters leaving the Burnells' house after being expelled by Kezia and Isabel's aunt Beryl. The only occurrence in this excerpt is of the basic colour term (Berlin; Kay, 1969: 5) 'red', in the nominal group within a prepositional phrase (Halliday 1994: 212-213), 'on a big red drainpipe'. This phase occurs at the end of the short story, and the colour 'red' (LDELIC 2000: 785) seems to contribute to end it with a flourish and excitement, because Lil and Else were able to visit the beloved doll's house.

Let me now turn to the concluding remarks of this paper.

4. Concluding Remarks

Katherine Mansfield's short story 'The Doll's House' is rich in colour. The basic colour terms (Berlin and Kay 1969: 2) 'white', 'red', 'green', and 'yellow' have manifested themselves with the prominence of 'white', 'red', and 'yellow'. Such emphasis is also verified in Chico and Rodrigues' study (2022: 148). Colours with variations and graduations (Berlin and Kay 1969: 5) are present in the text, e.g. 'spinach green' (see phase of the discourse 1) and 'scarlet' (see phase of the discourse 2). Colours, represented by substances, were also found, e.g. 'a little slab of toffee' (see phase of the discourse 1) and 'an exquisite little amber lamp' (see phase of the discourse 2). In particular, colours have been realised in nominal groups (Halliday 1994: 38) and in nominal groups within prepositional phrases (Halliday 1994: 212-213). As we can see, the interpretation of colours in literary texts in one single language can be considered an instance of intralinguistic translation since it enables us to understand other features of these texts through Epithets and Things (Halliday, 1994: 194-196). But Beauvais (2019: 7) states that there is resistance to the use of paraphrases in literary texts since these texts are aesthetically written.

I hope to have contributed to the study of this type of translation with a focus on colours.

5. Acknowledgements

I would like to thank the referee for the valuable suggestions.

Many thanks, Bianca R. Teixeira, for copyediting the manuscript.

Many thanks, Mum (*in memoriam*), Dad, Rey Rey, and Aunt Lena for all the support and care.

Bibliographic references

Baker, Mona. 2020 [1993]. 'Corpus linguistics and translation studies: implications and applications' In: Kim, Kyung Hye; Zhu, Yinfan (ed.). *Researching translation in the age of technology and global conflict: selected works of Mona Baker*. London and New York: Routledge. p. 9-24.

- Berlin, Brent; Kay, Paul. 1969. *Colors terms: their universality and evolution*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Beauvais, Clementine. 2019. An Emergent Sense of the Literary: Doing Children's Poetry Translation in the Literature Classroom. *Journal of literary education*, n. 2, p. 8-28.
- Biggam, Carole P. 2015. *The semantics of colour: a historical approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chico, Márcia Tavares; Rodrigues, Roberta Rego. 2022. 'A linguagem verbal e visual em uma passagem de e em suas traduções para o português brasileiro e europeu.' *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 124-153.
- Finatto, Maria José Bocorny; Tcacenco, Lucas Meirelles. 2021. 'Tradução intralinguística, estratégias de equivalência e acessibilidade textual e terminológica.' *TradTerm*, São Paulo, v.37, n. 1, p. 30-63.
- Halliday, Michael Alexander Kirkwood. 1994. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold.
- Jakobson, Roman. 2007 [1959]. Aspectos linguísticos da tradução. Translation by Izidoro Blikstein and José Paulo Paes. In: Jakobson, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, p. 63-72.
- Jesus, Silvana Maria de. 2024. 'Investigando a tradução intralingual.' *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, número 50, p. 88-102.
- Kress, Gunther; van Leeuwen, Theo. 2006. *Reading images: the grammar of visual design*. 2 ed. London and New York: Routledge.
- Longman Dictionary of English Language and Culture*. 2000. Harlow: Longman.
- Mansfield, Katherine. 2001 [1922]. 'The Doll's House.' In: Mansfield, Katherine. *The collected stories*. London and New York: Penguin, p. 383-390.
- Martin, James Robert; Rose, David. 2007. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London and New York: Continuum.
- No author. *Katherine Mansfield*. <https://www.antofagica.com.br/product-author/katherine-mansfield/>
- Rodrigues, Roberta Rego; Oliveira, Lilian Becker. 2022. 'Os epítetos em *The Doll's House* e em dois de seus textos-alvo brasileiros'. *Revista Translatio*, Porto Alegre, n. 24, p. 1-11.
- Song, Hee-Jeong. 2011. 'The Interpretation of Pronouns in Second Language Acquisition.' *University of Southampton's Doctoral Research Journal*. Issue 2, p. 33-38.
- Van Leeuwen, Theo. 2011. *The language of colour: an introduction*. London and New York: Routledge.

**LAS ANOTACIONES MANUSCRITAS DE D. ALONSO
DE ALCALÁ Y HERRERA EN LA *ORTHOGRAPHIA*,
O MODO PARA ESCREVER CERTO NA LINGUA
PORTUGUESA (1631) DE ÁLVARO FERREIRA
DE VERA¹**

Rolf Kemmler (UTAD / CEL)

Susana Fontes (UTAD / CEL)

Sónia Coelho (UTAD / CEL)

ABSTRACT

In 1631, Álvaro Ferreira de Vera (fl.1631-1646) published his *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa* (1631), a linguistic-didactic set comprising four booklets that were published in Lisbon. Among the copies available for online consultation, the one belonging to the National Library of Portugal stands out because it contains a series of hitherto unstudied handwritten annotations of a philological-linguistic nature. The analysis of these notes allows us to conclude that they were written by the book's former owner, D. Alonso de Alcalá y Herrera (1599-1682), a scholar who proved that he had read Vera's work carefully, being an expert in Portuguese and Castilian languages. The purpose of this paper is to present these annotations and to analyze the author's perspective on the issues addressed in his comments, by contrasting the additional handwritten information that appears in the cited copy with that found in contemporary Spanish metalinguistic works.

Keywords: Linguistic historiography, philology, Portuguese orthography, handwritten annotations, Álvaro Ferreira de Vera, Alonso de Alcalá y Herrera.

RESUMEN

En 1631, Álvaro Ferreira de Vera (1631-1646) publicó en Lisboa su *Orthographia, o modo para escrever certo na lingua Portuguesa* (1631), un conjunto lingüístico-didáctico compuesto por cuatro cuadernos. Entre los ejemplares disponibles para su consulta en línea destaca el perteneciente a la Biblioteca Nacional de Portugal, que contiene un conjunto de anotaciones manuscritas aún no estudiadas, realizadas por D. Alonso de Alcalá y Herrera (1599-1682), un erudito que demostró haber leído atentamente la obra de Vera y ser un experto en las lenguas portuguesa y castellana. El objetivo de este trabajo es presentar dichas anotaciones y analizar la perspectiva de su autor sobre las cuestiones tratadas en sus comentarios, para lo que se recurre al contraste entre la información manuscrita

¹ Los autores agradecen a los revisores anónimos sus útiles comentarios.

adicional que aparece en el ejemplar citado y la recogida en obras metalingüísticas españolas contemporáneas.

Palabras clave: Historiografía lingüística, filología, ortografía portuguesa, anotaciones manuscritas, Álvaro Ferreira de Vera, Alonso de Alcalá y Herrera.

Recebido em 12 de maio de 2023.

Aceite em 27 de maio de 2023.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.430

Introducción

Álvaro Ferreira de Vera (fl. 1631-1646) fue un humanista portugués del siglo XVI del que hoy se sabe poco,¹ a pesar de haber legado a las generaciones posteriores obras suyas con gran importancia en varias áreas. Encontramos referencias a su vida, por ejemplo, en la *Bibliotheca Lusitana* (1741) de Diogo Barbosa Machado (1682-1772), en el *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1859, I: 46) de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1872) y en la *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (GEPB s.d., XXXIV: 612), todas ellas muy breves en cuanto a la información que ofrecen sobre la vida de este autor, como podemos ver en el siguiente extracto de la obra del bibliógrafo portugués Barbosa Machado:

ALVARO FERREYRA DE VERA. Naceo em Lisboa, de Pays illustres, e no Collegio de Santo Antão dos Padres Jesuitas aprendeo as letras humanas, e as disciplinas Mathematicas, das quaes teve por Mestre o Padre Christovão Borro insigne professor nesta faculdade. Depois de se instruir na lição da Historia profana se applicou com o mayor disvelo por todo o tempo da sua vida a alcançar a noticia das Familias illustres deste Reyno revolvendo para este fim todos os Cartorios, e Archivos da Corte, e principalmente o Real, onde continuamente assistia por ter contrahido estreita amizade com o Guarda mór della. Naõ satisfeito das noticias, que a sua incansavel deligencia tinha colhido em Portugal passou a Madrid, onde viveo até o anno de 1645. occupado no estudo Genealogico das Familias de Espanha [...] (Machado 1741, I: 102).²

Efectivamente, como alude este autor, una de las áreas en las que Vera³ destacó fue en la elaboración de tratados genealógicos en portugués y español. Un ejemplo de ello es la obra *Origem da Nobreza Politica, Blasoës de armas, appellidos, cargos, e títulos nobres* de 1631 que, con un total de tres ediciones, se centró “[...] na definição histórica e na conceptualização dos diversos graus de nobreza [...]” (Seixas 2010: 384). Ese mismo año, Vera publicó en la tipografía lisboeta de Matias Rodrigues (fl.1629-1649) [cf. Wilkinson

¹ Algunos apuntes sobre su vida pueden consultarse en Assunção et al. (2020: IX -XI).

² En las citas siguientes, los textos originales se reproducen sin cambios. Esto también se aplica al texto en letras itálicas o a caracteres especiales que aparecen en los respectivos textos originales.

³ A partir de ahora nos referiremos a él y a otros autores portugueses con esta forma corta, según la tradición bibliográfica portuguesa.

e Ulla Lorenzo (2015, II: 168, 469) y Wilkinson e Ulla Lorenzo (2015, III: 1870, 2365)] una de sus obras aún hoy más conocidas: *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa: Com hvm trattato de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina*. Es un conjunto lingüístico-didáctico en formato in-4.º, que ocupa [8] folios no numerados seguidos de 88 folios numerados secuencialmente y divididos en los siguientes cuatro cuadernillos:

1.º *Orthographia, ov arte para escrever certo na lingua Portuguesa* (Vera 1631a);

2.º *Modo para saber contar per Calendas, Nonas, & Idus: & pelas notas, & abbreviaturas dos Romanos, & Gregos* (Vera 1631b);

3.º *Memoria artificial ov modo para adquirir memoria per arte* (Vera 1631c);

4.º *Breves lovvores da lingua portugvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua Latina* (Vera 1631d).

Vera dedica este conjunto a un noble identificado como “Manuel d’Eça”, quien podría ser descendiente del noble cuatrocentista D. Fernando de Eça (1379-1478), el cual a su vez era nieto por parte de padre de D. Pedro I (1320-1367), rey de Portugal entre los años 1357 y 1356. Lamentablemente, no nos ha resultado posible ahondar en la identificación de esta figura histórica, por lo que desconocemos su relevancia en la Lisboa de la época.

A partir del estudio realizado por Assunção et al. (2020), se considera que sólo existen las siguientes cuatro ediciones de la *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa*:

(¹1631): «*Orthographia, ov arte para escrever certo na lingua Portuguesa*», en: Vera, Álvaro Ferreira de (1631a): *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa: Com hvm trattato de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina*, Author Alvaro Ferreira de Véra, natural da inclyta cidade de Lisboa, Dirigido a Dom Manoel d’Eça &c. Em Lisboa: Per Mathias Rodriguez, fols. 1r-47v.

(²2009): *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua Portuguesfa*, Apresentação, transcrição e notas de Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Paulistana Editora (Coleção Documentos da Língua Portuguesa), DOI doi.editoracubo.com.br/10.4322/85-99829-04-1.

(³2011): Tōru Maruyama: *Keyword in Context Index of the Orthographia ou modo para escrever certo na Lingua Portuguesa (1631) by Alvaro Ferreira de Vera*. Nagoya: Department of Japanese Studies, Nanzan University.

(⁴2020): Carlos Assunção, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes, Teresa Moura. *A Orthographia ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa: com hum trattato de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina (1631) de Álvaro Ferreira de Vera: Estudo introdutório e edições (= Ortógrafos Portugueses, 3)*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras.

Entre los ejemplares identificados y consultados se encuentra el conservado en la *Biblioteca Nacional de Portugal* (BNP; cuota L. 321 V.), accesible en la *Biblioteca Digital Nacional* (BND; cf. Vera 1631a). El rasgo que distingue a este ejemplar, que se dice perteneció a D. Alonso de Alcalá y Herrera, de los otros identificados en Assunção et al. (2020: XV-XVI) son las anotaciones manuscritas de carácter filológico-lingüístico presentes en los márgenes del texto.

Porque aún se han estudiado hasta ahora, nuestro objetivo principal en estas páginas es dar a conocer estas anotaciones. Para ello, tras una breve presentación de la biografía de su autor, las analizaremos a continuación, contrastando la información manuscrita de este ejemplar con diferentes teorías ortográficas de la época.

1. Alonso de Alcalá y Herrera (1599-1682)

El poeta y erudito hispano-portugués D. Alonso de Alcalá y Herrera, hijo de los nobles toledanos D. José de Alcalá y Herrera y D. Inés de Robles, nació en 1599 en Lisboa y murió en la misma ciudad en 1682.

El ya mencionado bibliógrafo portugués del siglo XVIII, Diogo Barbosa Machado, ofrece la siguiente breve biografía de su compatriota:

AFFONSO DE ALCALA, E HERRERA oriundo de Castella, mas nacido em Lisboa a 12. de Setembro de 1599. de Pays nobres naturaes de Toledo, quaes forão Joseph de Alcalá, e Herrera, e D. Ignez de Robles. Foy sciente nas linguas Latina, Castelhana, Italiana, e Portugueza. Desde a primeira idade se applicou á lição das letras humanas, e da Poesia, cujo estudo cultivou até a velhice. Ainda que a mayor parte da vida passou recolhido em casa revolvendo os Livros, em que unicamente achava divertimento, era summamente agradável, e urbano para

todos aquellos, que familiarmente o tratavaõ. Foy dotado de grande engenho, de summa piedade para com Deos, e de cordial devaçãõ a Maria Santissima, como testemunhaõ muitas das suas composicoens. As virtudes Christaãs, que exercitou toda a vida, e conservou no estado do Celibato, em que viveo, o dispuzeraõ para acabar com morte placida em Lisboa a 21. de Novembro de 1682. com mais de 83. annos de idade. (Barbosa Machado 1741, I: 27-28)

De acuerdo con el testimonio del biógrafo de la orden de los teatinos en Portugal, D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797), se sabe, además, que D. Alonso¹ fue el tío abuelo y padrino del teatino y gramaticógrafo setecentista Jerónimo Contador de Argote (1676-1749):

[...] [por ser] irmão da dita sua avó paterna [D. Francisca de Robles; RK]; em cuja casa, e companhia se creou o Padre D. Jeronymo Contador até a idade de sete annos, na mesma Villa de Collares, juntamente com huma sua irmã, quasi da mesma idade. (Bem 1794, II: 200; cf. Kemmler 2012: 78)

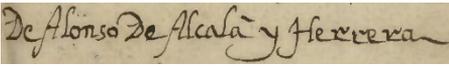
Que se sepa, no se puede atribuir a D. Alonso de Alcalá y Herrera la autoría de una obra metalingüística. Sin embargo, a partir de 1641 se centró en la publicación de escritos literarios, entre los que destaca *Varios effetos de amor en cinco novelas exemplares* (Alcalá y Herrera 1641). Esta obra, de [16], 140 folios, contiene cinco novelas lipogramáticas, en cada una de las cuales el autor omitió una vocal.² Por otra parte, los más de 600 textos literarios reunidos en la obra trilingüe *Iardim anagrãmatico de divinas flores lvsitanas, hespanholas, e latinas* tienen un trasfondo principalmente religioso (Alcalá y Herrera 1654).

2. Las anotaciones manuscritas en el ejemplar de la *Orthographia* de la BNP

La primera anotación manuscrita es su nombre y aparece en el anverso de la obra, indicando que él era posiblemente el propietario del libro:

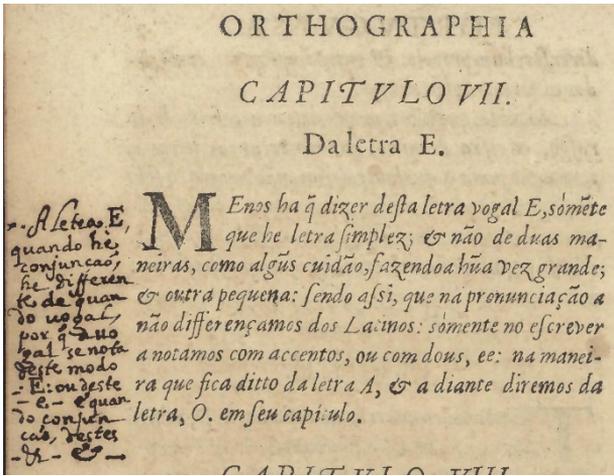
¹ A partir de ahora nos referiremos a él con esta forma corta.

² Esta obra, así como su segunda edición lisboeta (Alcalá y Herrera 1671) y el tratado lipogramático *Novo Modo Curioso Tratado* (Alcalá y Herrera 1679) han recibido cierta atención en la literatura moderna (cf. Medina Pérez e Moreno López 2013; Moíño Sánchez 2010).

	De Alonso De Alcalá y Herrera
Vera (1631a: fol. 1r; ejemplar de la BNP,	localización L. 321 V)

En el ejemplar encontramos otras tres notas, además de la corrección de un error tipográfico; todo ello escrito en una letra que, debido a similitudes grafémicas que se hicieron evidentes durante la lectura de otros documentos manuscritos coetáneos, creemos característica del siglo XVII.

La primera se encuentra en el margen izquierdo del capítulo relativo a la 'letra E'. En ella, el anotador se empeña en diferenciar la vocal usando las dos realizaciones en minúscula y mayúscula ya referidas por el ortógrafo portugués <e, E>, quien no hace alusión al uso de la misma vocal en la conjunción portuguesa *e*, como derivación del latín *ET*, lo que Vera (1631), solía representar la mayoría de las veces por la variante itálica del signo tironiano,¹ como se ve a continuación en el texto original:

	A letra E, quando he conjunçãõ, he diferente de quando uogal, por q̃ a uogal se nota deste modo - E: ou deste - e - e quando conjunçãõ, destes - & - C -
Vera (1631a: fol. 7v; ejemplar de la BNP)	

La segunda trata sobre la 'letra L', Vera (1631a: fol. 12r), distinguiendo para el portugués entre la lateral alveolar [l] y la lateral palatal [ʎ]:

¹ Por regla general, a partir del fol. [5r], nuestro ortógrafo portugués sólo escribe esta conjunción aditiva con su forma vocálica mayúscula <E> cuando comienza una frase, añadiendo así información a la frase anterior.

<p style="text-align: center;">ORTOGRAPHIA</p> <p>Os Castelhanos a querem suprir com dous ll: & d'õde nos dizemos Castelhanos; dizem elles: Castellanos: ou a mudãõ em j: como nestes vocabulos, <i>semelhança, telha, trabalho, mulher</i>, & dizem <i>semejança, teja, trabajo, mujer</i>. E daqui vem escreverem mal todos os vocabulos Latinos, que tem dous ll. quena sua lingua Castelhana guardãõ o sohido Latino, por estarem incorruitos: porque necessariamente lhe tirãõ hum dos dous ll: como nestas palavras, <i>syllaba, Tullio</i>, escrevẽ <i>Tulio, sylaba</i>. Porque escrevendoas como de vera se ficariãõ dizendo <i>Tulhio, sylhaba</i>. Ao que elles respõ-</p> <p><i>muger se escreue cõ .g. enãõ cõ .j. -</i></p>	<p>muger se escreue cõ, .g. e naõ cõ .j.</p>
Vera (1631a: fol. 12v; ejemplar de la BNP)	

Al afirmar “*porem nõs atemos de maneira aspirada, ou tenue nesta maneira per lh [...]*”, el ortógrafo parece mezclar el plano hablado con el plano escrito, ya que el dígrafo portugués <lh> no tiene ningún elemento de ‘aspiración’, pues la <h>, que constituye la segunda parte de los tres dígrafos vernáculos <ch, lh, nh> de la lengua portuguesa, no era aspirada.

En el texto al que se refiere la segunda anotación, la ‘letra L’, Vera (1631a1: fol. 12r) trata de la distinción, para el portugués, entre la lateral alveolar [l] y la lateral palatal [ʎ]. Al afirmar “*porem nõs atemos de maneira aspirada, ou tenue nesta maneira por lh [...]*”, el ortógrafo parece mezclar el plano hablado con el plano escrito, ya que el dígrafo portugués <lh> no tiene ningún elemento de ‘aspiración’, pues la <h>, que constituye la segunda parte de los tres dígrafos vernáculos <ch, lh, nh> de la lengua portuguesa, no fue aspirada. En el párrafo anotado por D. Alonso, Vera afirma con razón que, en castellano, el equivalente gráfico del sonido [ʎ] portugués es <ll>. En cuanto a las grafías de palabras como ‘*semelhança, telha, trabalho, mulher*’ (que en portugués también tienen el dígrafo intervocálico <-lh->), sobre las que hoy día sabemos que han sufrido varios cambios fonéticos divergentes entre el latín y cada una de las dos lenguas vernáculos iberorrománicas, Vera (1631) afirma que ‘*a mudãõ em j*’ y presenta las formas ‘*semejança, teja, trabajo, mujer*’.¹

De forma bastante simple, el anotador critica la supuesta grafía castellana ‘*mujer*’ de Vera (1631) y corrige que el sustantivo español debe escribirse con <-g->. En el *Tesoro de la lengua castellana* (1611), publicado poco

¹ El comentario de Vera también es estudiado por Duarte (2016: 351), quien señala que se registra “[...] em Vera uma apreciação negativa dos resultados gráficos (em castelhano) de certos termos, interpretando esses resultados como representativos de maior corrupção e de menor coerência da ortografia castelhana [...]”.

antes de la obra de Vera, su autor, Sebastián de Covarrubias y Orozco (1539-1613), utiliza la variante gráfica <mvger> y da la siguiente definición:

MVGER, del nombre Lat. mulier, â mollitie (vt inquit Varro) immutata & detracta litera, quasi mollier, & proprie mulier dicitur, quæ virgo non est.¹ Muchas cosas se pudieran dezir en esta palabra; pero otras las dizen, y con mas libertad de lo que seria razón. (Covarrubias 1611: fol. 558r)

En el siglo XVIII, la misma grafía se recoge en el cuarto volumen del *Diccionario de Autoridades de la Real Academia Española*:

MUGER. n.f. Criatura racional del sexo femenino. Es del Latino *Mulier*, que significa lo mismo [...]. (RAE 1734, IV: 626)

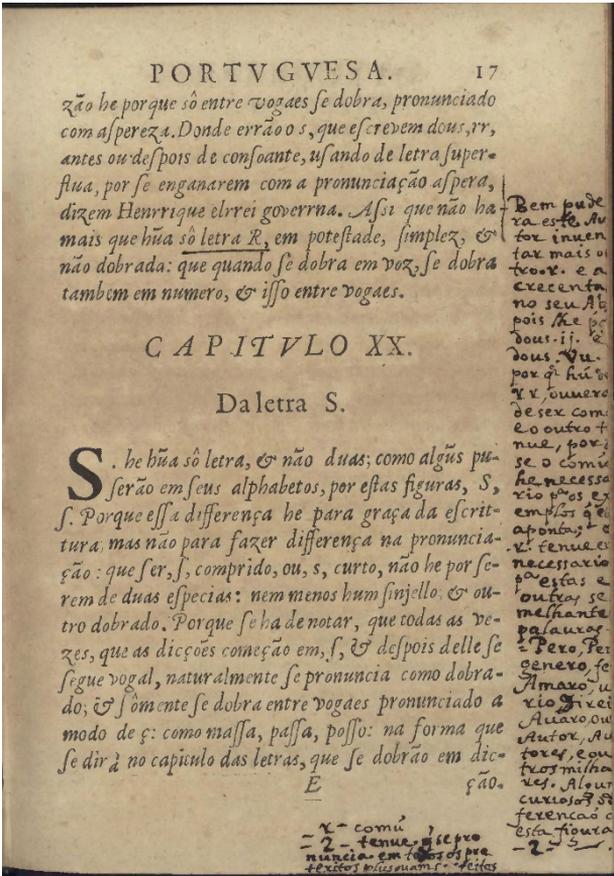
En cuanto a la pronunciación de esta palabra española en este momento, según el importante manual *A History of the Spanish Language* (1991, 2002) del hispanista inglés Ralph John Penny (n.1940) y el algo más reciente trabajo de Allen (2002: 97), son de considerar los siguientes cambios fonéticos del sustantivo latino MULIËRE-: > en el protorrománico *mugier* (cf. Penny 2002: 64) > en la Edad Media *muger* con la realización fonética [mu'ʒer] > en el siglo XVI, desonorización a [mu'ʃer] > desde el siglo XVIII, realización de la consonante intervocálica en <muger> como fricativa velar sorda [x] en [mu'xer].

En el contexto del “CAPITVLO XIX. Sobre la letra R.” (1631a: fols. 16r-17r), Vera discute la existencia en la lengua portuguesa de la vibrante alveolar simple en oposición a la vibrante múltiple. Siguiendo la estela del ortógrafo quinientista Duarte Nunes de Leão (1576: fols. 18v-19r; cf. también Assunção et al. 2019: 44-45), quien rechazó la existencia de dos grafemas para lo que consideraba una única ‘letra’, Vera también condena las grafías diferentes para la realización en posición inicial y medial por delante de la realización en posición medial y final.

¹ De hecho, la cita latina del lexicógrafo castellano, atribuida al gramático latino Marco Terencio Varro (Marcus Terentius Varro; 116 a.C.-27 a.C.), se encuentra ya al principio de su definición en la primera edición (entonces únicamente monolingüe) del *Calepinus: Ad librum*, publicado por el lexicógrafo italiano Ambrogio Calepio (conocido como Calepino; ca.1435-ca.1511): “Mulier, a mollicie ut inquit Var. dicta est imutata & detracta litera, q̄si mollier. Vlo. mulier dr̄, q̄ virgo nō est” (Calepinus 1502: fol. [261r]). Teniendo en cuenta la singular repercusión que Calepino tendría en la lexicografía a lo largo de más de doscientas ediciones y emuladores hasta fines del siglo XVIII, no es de extrañar que Covarrubias, y con él otros importantes lexicógrafos, llegaran a aprovechar la fuente latina.

En su crítica Vera se refiere a un ‘autor moderno’ que no identifica explícitamente:

Polo que se enganou com ella hum author moderno, dizendo que hũa cousa he, r, dobrado; & outra 2. singello: que o primeiro serve no principio, & meio das dicções; & o segundo só no meio, & fim dellas. (Vera 1631a: fol. 16r)

 <p>PORTVGVESA. 17</p> <p><i>zão he por que sô entre vogaes se dobra, pronunciado com asperéz. Donde errão o s, que escrevem dous, rr, antes ou despois de consoante, usando de letra superflua, por se enganarem com a pronunciação aspera, dizem Henrri que elrei governa. Assim que não ha mais que hũa sô letra R, em potestade, simplez, & não dobrada: que quando se dobra em voz, se dobra tambem em numero, & isso entre vogaes.</i></p> <p>CAPITVLO XX.</p> <p>Da letra S.</p> <p>S he hũa sô letra, & não duas; como algũs pũserão em seus alphabets, por estas figuras, S, s. Porque essa differença he para graça da escriptura, mas não para fazer differença na pronunciação: que ser, s, comprido, ou, s, curto, não he por serem de duas especies: nem menos hum sinjello. & outro dobrado. Porque se ha de notar, que todas as vezes, que as dicções comẽção em, s, & despois d'elle se segue vogal, naturalmente se pronuncia como dobrado; & sômente se dobra entre vogaes pronunciado a modo de ç: como massa, passa, posso: na forma que se dirã no capitulo das letras, que se dobrão em dicção.</p> <p><i>Bem pude ra este Au tor inuen tar mais o troar. e a crecenta no seu A. b. pois he por dous. ij. e dous. Vu. por q̄ hũ b. r. numero de sex com e o outro t nue, por se o comũ he necessa rio p̄ os ex emplos q̄ e apontã e. r. tenue e necessario p̄ estas e outras se melhante palauras. Pero, Per genero se Amaro u rio, Fizei Auaro ou Autor, Au tores, e ou tros milha res. Algu r curiozã s̄ ferença c̄ esta figura - 2 -</i></p> <p>- r - comũ - - 2 - tenue q̄ se pronuncia em todos os preteritos plusquamperfeitos.</p>	<p>Bem pude- ra este Au- tor inuen- tar mais o {u}- tro .r. e a- crecenta {r} no seu A.b. {c.} pois lhe po{ẽ} dous ij. e dous .Vu. por q^{er} hũ d{os} .rr., ouuera de ser com{ũ} e o outro t{e-} nue, por {q̄} se o comũ he necessa- rio p^a os ex- emplos q̄ ell{e} aponta; o r tenue {era} necessario p^a estas e outras se- melhante{s} palauras = Pero, Per{,} genero, fe{ro,} Amaro, {ua-} rio, direi Auaro, ou{ro,} Autor, Au- tores, e ou- tros milha- res. Algun{s} curiosos o d{e-} ferença c{õ} esta figura -2</p>
<p>Vera (1631a: fol. 17r; exemplar da BNP)</p>	

Como se verá en la reproducción *supra*, el folio 17r de Vera tiene una ‘línea de corte’ que en parte imposibilita una lectura fiable, lo que nos obliga a ofrecer la siguiente conjetura:

Bem pudera este Autor inuentar mais outro .r. e acrecentar no seu A.b.c. pois lhe poẽ dous ij. e dous .Vu. por *qualquer* hũ dos .rr., ouuera de ser comũ e o outro tenue, por *que* se o cõmũ he necessario *pera* os exemplos *que* elle aponta; o r tenue era necessario *pera* estas e outras semelhantes palauras = Pero, Per, genero, fero, Amaro, uario, direi Auaro, ouro, Autor, Autores, e outros milhares. Alguns curiosos o deferenção cõ esta figura:

- 2 -
 - r - comũ -
 - 2 - tenue *que* se pronuncia em todos os preteritos plusquamperfeitos.¹

Dado que no hubo ningún autor portugués que Vera considerara ‘moderno’, podemos identificar a Mateo Alemán y de Enero (1547-ca.1614), autor del tratado metaortográfico *Ortografía Castellana* (1609), además de la novela *Guzmán de Alfarache* (I: 1599: I y II: 1604), como la fuente algo sorprendente de las consideraciones criticadas anteriormente. En la obra de Mateo Alemán encontramos la siguiente explicación:

Dejemos esto, i bolvamos à la r, una de las ã mas impo2tan, i menos cuenta hazen della. Si no se duda, ã tenemos r i 2, i ã la r se p2onuncia siemp2e doblada, diziendo ra re ri ro ru, i la 2 como senzilla dize, 2a 2e 2i 2o 2u: i se2majima de A2istoteles, tene2se po2 impe2tinate, haze2 po2 mas, lo ã se puede con menos, pa2aã se tiene de duplica2 la r, diziendo querria? supuesto, ã pa2a ã diga, ra re ri ro ru, no impo2ta mas efa2 en medio ã al p2incipio de la dicion. (Alemán 1609: fol. 33r)

Ante la existencia de las tres grafías que en la época eran habituales para representar la vibrante alveolar simple o múltiple (González Salgado 2001: 37), Alemán sigue el razonamiento del filósofo griego Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) y, juzgando que sería innecesario, o incluso censurable, du-

¹ Hemos optado aquí por desdoblar las abreviaturas para facilitar la lectura. En este punto, expresamos nuestro agradecimiento sincero al Dr. Pedro Mesquita, Jefe del Área de Reservados Impresos de la Biblioteca Nacional de Portugal, quien tuvo la amabilidad de cotejar la digitalización con el original y aportar algunas correcciones a nuestra lectura inicial del texto manuscrito truncado.

plicar el grafema cuando podría ser simple, propone el uso de dos grafemas para dos sonidos diferentes. Para la representación del vibrante múltiple, defiende la ortografía simple de <r-, -r->. Por el contrario, tal como propone en este pasaje, el ortógrafo emplea sistemáticamente a lo largo de su obra el grafema <-ʀ-, -ʀ>, ya ampliamente conocido desde la tradición manuscrita y los primeros tiempos de la tipografía, que Heredia[-Mantis] (2016: 210) identifica como “[...] r de tambor o r de panza, por su trazo curvado en forma de tambor o de panza, propio de las escrituras góticas”.

Más adelante, nuestro ortógrafo continúa con la censura de su fuente:

Polo que entenda, & não se admire este author de se escrever as palavras, que elle tras (rebuelta, rueda) com hum sò, r, no principio; & no meio da dicção o dobrems, dizêdo, arrastar, derramar (Vera 1631a: fol. 16v).

En cuanto a los ejemplos mencionados en este pasaje, en contra de lo que da a entender el ortógrafo portugués, observamos que en su capítulo “De la r ñ llamamos re, i de la ʀ ʀe” Alemán (1609: fols. 68v-69r) aprovechó una vez más para mostrar su incomprensión por la insistencia de algunos en repetir el mismo grafema <rr>, cuando ya había dos grafemas para diferenciar realidades fonéticas distintas:

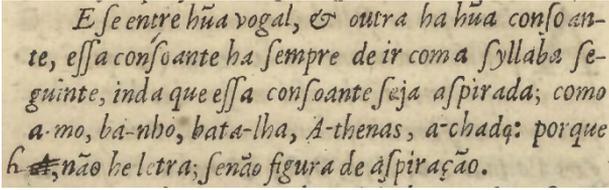
[...] con pasion i contra razón, se an descuidado mas de lo justo; pues la r siempre haze re así en el principio como en el medio de la dicion, i no aí alguna letra ñ dejenez de lo ñ una ves asido, por ñ siépze la hallazán en toda parte con su misma fuezça, si acaso con otra mayor no se la rompen; i no sê ñ razon milite, à ñ con la sola r se diga rebuelta, rueda, redondo i otros, i en medio de la dicion la doblemos, diziendo derramaʀ, arrastaʀ, i semejantes; locual, es inpropio, en especial, teniendo ʀ, con ñ cesa qualquier inconveniente. (Alemán 1609: fols. 68v-69r)¹

Considerando, por último, que a través de su obra reformadora de 1609 Mateo Alemán ya había demostrado que el empleo diferenciador de los dos grafemas <r> ~ <ʀ> en los contextos <r-, -r-> y <-ʀ-, -ʀ> era factible para la lengua castellana, no es de extrañar que nuestro anotador optara por presentar

¹ En sus estudios sobre el castellano en la ortografía de Álvaro Ferreira de Vera, Sónia Duarte (2016, 2017) no hace alusión ni al contexto propiamente castellano ni a la influencia directa ejercida por Mateo Alemán.

exactamente la misma solución gráfica en la tercera anotación.¹

En cuanto a la cuarta anotación, consiste en una simple corrección de un error tipográfico evidente, ya que tradicionalmente no es la vocal <A> la que se considera ‘sinal de aspiração’, o sea, ‘signo de aspiración’, sino el grafema consonántico <h>:

 <p><i>E se entre hũa vogal, & outra ha hũa consoante, essa consoante ha sempre de ir com a syllaba seguinte, inda que essa consoante seja aspirada, como a-mo, ba-nho, bata-lha, A-thenas, a-chada: porque h}Æ, não he letra, senão figura de aspiração.</i></p>
<p><i>E se entre hũa vogal, & outra ha hũa consoante, essa consoante ha sempre de ir com a syllaba seguinte, inda que essa consoante seja aspirada; como a-mo, ba-nho, bata-lha, A-thenas, a-chado: porque {h}Æ, não he letra; senão figura de aspiração.</i></p>
<p>Vera (1631a: fol. 27r; copia BNP)</p>

Conclusión

La *Ortografia* de Álvaro Ferreira de Vera se mueve dentro de la tradición metaortográfica portuguesa de sus precursores, a saber, Pero de Magalhães de Gandavo (fl.1574-1576) y Duarte Nunes de Leão (ca.1530-1608).

El ejemplar conservado en la *Biblioteca Nacional de Portugal* está enriquecido con tres anotaciones filológico-lingüísticas y la corrección de un error tipográfico. Tras un cuidadoso análisis, creemos poder decir que su anotador coincide con quien fue el propietario del libro, el intelectual contemporáneo de origen español, D. Alonso de Alcalá y Herrera (1599-1682).

Las notas manuscritas demuestran una gran erudición y revelan el particular interés de su autor por cuatro aspectos de la ortografía de Vera en el

¹ Aunque Esteve Serrano (1982: 43) identifica la ortografía de Mateo Alemán como “el primer intento notable de reforma ortográfica en el siglo XVII [...]”, hay que señalar que su reforma de los vibrantes no tuvo seguidores. Si bien es cierto que los ortógrafos castellanos posteriores aprovecharon elementos de la reforma propuesta por Alemán (cf. Calero Vaquera 1994; Heredia[-Mantis] 2016: 214), no ocurre lo mismo con las vibrantes. En la descripción de las vibrantes en la *Ortografia kastellana* (1630) de Gonzalo Correas (1571-1631), que fue el primer ortógrafo que siguió los pasos de Alemán, vemos que éste, aunque reconozca explícitamente la división de su precursor Mateo Alemán, acaba señalando que esta división sería ya innecesaria: “[...] mas ésta iá no es menester, ni konviene por estrañarse mucho de la mauskula” (Correas 1630: 35).

contexto intelectual específico de la Unión Ibérica (1580-1640), en el que la lengua castellana tenía una importancia especial.

En la primera, D. Alonso se refiere al uso de la grafía <e, E> como vocal y conjunción en la lengua portuguesa y señala que, en el caso de esta última, debe utilizarse el signo tironiano.

La segunda anotación surge en el contexto del tratamiento de Vera del grafema <l>, en el que para el portugués distingue la lateral alveolar [l] y la lateral palatal [ʎ]. El anotador critica la ortografía de la palabra castellana ‘mujer’ utilizada por Vera, considerando que debería escribirse con <-g->.

Vera defiende también que la vibrante <r> debe representarse por <r> cuando corresponde a una sola vibrante alveolar y por <rr> cuando es una vibrante múltiple, no siendo necesario utilizar otro grafema. La tercera anotación surge en el contexto de esta discusión, siendo D. Alonso partidario del uso diferenciado de los dos grafemas <r> ~ <ʀ> en los contextos <r-, -r-> e <-ʀ-, -ʀ>, como en inicios del siglo XVII lo habría hecho Mateo Alemán, discrepando con ello de la propuesta hecha por Vera para la ortografía de la lengua portuguesa.

En definitiva, el análisis permite concluir que D. Alonso de Alcalá y Herrera dominaba a la perfección las lenguas portuguesa y española y que, además de ser propietario de un ejemplar de la obra de Vera, también fue conocedor de una de las principales obras del mismo género metalingüístico proveniente del Imperio español de la época, la importante *Ortografía Castellana* (1609) del ortógrafo español Mateo Alemán.

Referencias bibliográficas

Alcalá y Herrera, Alonso de. 1641¹. *Varios effetos de amor en cinco novelas exemplares: Y nvevo artificio de escreuir prosas, y versos, sin vna de las cinco letras Vocales, excluyendo Vocal diferente en cada Nouela*, Avtor Alonso de Alcalá y Herrera, residente y natural de la inclyta ciudad de Lisboa, Dirigidas a diuersas personas, A custa de Frâncisco da Costa mercador de liuros. Lisboa: Por Manuel da Sylva.

Alcalá y Herrera, Alonso de. 1654. *Iardim anagrâmatico de divinas flores lusitanas, hespanholas, e latinas: Contem seis centos e oitenta e tres Anagrammas em prosa, e verso, e seis Hymnos Chronologicos, Dividese em seis opusculos nas tres linguas, Consagrasede Ao Supremo Conselho da Sancta e geral Inquisição destes Reynos e Senhorios de Portugal*, Avtor Alonso de Alcalá y Herrera, natural da Inclyta Cidade de Lisboa. Lisboa: Na Officina Craesbeekiana.

Alcalá y Herrera, Alonso de. 1671². *Varios effetos de amor en cinco novelas exemplares: Y nvevo artificio de escreuir prosas, y versos, sin vna de las cinco letras vocales, excluyendo vocal diferente en cada Nouela, con vna carta sin la letra A añadida en esta vltima*

impression, Avtor Alonso de Alcalá, y Herrera, residente y natural de la inclyta Ciudad de Lisboa. Lisboa: Na Officina de Francisco Villela.

Alcalá y Herrera, Alonso de. 1679. *Novo Modo Curioso Tratado, e Arteficio de Escrever, Assim ao Divino, como Ao Humano, com hũa vogal sómente, excluindo quatro Vogaes, o que muitos tiverão por impossível, Primeira, & segunda parte, Contem 12 Decimas 5 em Hespanhol, & 7 no Idioma Lusitano*, Composto por Alonso de Alcalá y Herrera, Em Lisboa, Na officina de Francisco Villella.

Alemán, Mateo. 1609. *Ortografia Castellana*, A Don Ivan de Billela, del consejo del rei nuestro señor, presidente de la real audiencia de Guadalajara, visitador de la Nueva España, Por Mateo Aleman, criado de su majestad. Mexico: En la emprenta de Ieronimo Balli.

Allen, Dana Lynne. 2002. *The History of the Sibilants of Peninsular Spanish from the Eleventh to the Sixteenth Centuries*. Ph. D. Thesis. London: Queen Mary University of London.

Assunção, Carlos, Kemmler, Rolf, Fernandes, Gonçalo, Coelho, Sónia, Fontes, Susana, e Moura, Teresa. 2019. *A Orthographia da Lingoa Portuguesa (1576) de Duarte Nunes de Leão: Estudo introdutório e edição*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras (Ortógrafos Portugueses; 2), ISBN: 978-989-704-388-8, e-ISBN: 978-989-704-389-5. In: https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_2.pdf (última consulta: 24 de febrero de 2023).

Assunção, Carlos, Kemmler, Rolf, Fernandes, Gonçalo, Coelho, Sónia, Fontes, Susana, e Moura, Teresa. 2020. *A Orthographia ou Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa: com um tratamento de memória artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina (1631) de Álvaro Ferreira de Vera: Estudo introdutório e edições*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras (= Ortógrafos de Portugal, 3), ISBN: 978-989-704-418-2 / e-ISBN: 978-989-704-419-9, en: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/03/CEL_Portuguese-Orthographers_3.pdf (última consulta: 24 de febrero de 2023).

Bem, Tomás Caetano de. 1792, I. *Memorias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal, e suas Conquistas na India Oriental: Tomo II*, Escritas por D. Thomaz Caetano de Bem, Clerigo Regular, Mestre jubilado em Sagrada Theologia, Qualificador do Santo Officio, Socio do Numero, e Censor da Real Academia, e Chronista da Real Casa de Bragança, Tomo II. Lisboa: Na Regia Officina Typografica

Calepinus, Ambrosius. 1502¹. *Calepinus: Ad librum, Mos est putidus & nouus repertus, Ingens materia ut queat uideri, Præclarus liber, bonus totus, Versus addere nominis probati, Mentitis titulis, rubore nullo, Obscuri viri, rudis vatis, Auctor sic quasi tunc, bonus fiat, Nullis mobile ueritas, fides est, Iis demptis liber exeat aperta, In uulgus facie, favore nullo, Et graiis galeatus, & latinis, Nam, credas, alij magis, q̄ ipse, Quærent auxilium, petas ab illis, Sed si flatus olet, proba, legasque*. Impssum Rhegii Lingobardiæ, ãndustria presbyteri Dionysii Berthochi imp̃ssoris.

Calero Vaquera, María Luisa. 1994, “El primer tratado de ortografía castellana publicado en el Nuevo Mundo”. In: Ricardo Escavy Zamora, José Miguel Hernández

Terrés & Antonio Roldán Pérez (eds.), *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística: Nebrija V Centenario (1492-1992)*, vol. II. Murcia: Universidad de Murcia, 55-62.

Correas, Gonzalo. 1630. *Ortografía kastellana nueva y perfecta*, Dirigida al Príncipe Don Baltasar N. S., *I El Manual de Epikteto i la Tabla de Kebes, Filósofos Estoikos*, Al Ilustrissimo Señor Konde Duke, Traduzidos de Griego en Kastellano, por el Maestro Gonzalo Korrea, Katdetratiko de propiedad de lenguas xubilado, i de Maiores de Griego en la Universidad de Salamanka, konforme al orixinal Greko Latino, korreto i traduzido por el mesmo, Uno i otro lo primeiro ke se á impreso kon perfeta ortografía, Kon privilexio Real. Salamanka: en kasa de Xazinto Tabernier, impresor de la Universidad.

Covarrubias y Orozco, Sebastián de. 1611. *Tesoro de la Lengua Castellana, o Española*, Compvesto por el Licenciado Don Sebastian de Covarruiias Orozco, Capellan de su Magestad, Mastrscuela y Canonigo de ka santa Yglesia de Cuenca, y Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion, Dirigido a la Magestad Catolica del Rey Don Felipe III. nuestro señor. Madrid: por Luis Sanchez, impresor del Rey N.S.

Duarte, Sónia. 2016. “O castelhano na ortografia setecentista portuguesa: Álvaro Ferreira de Vera”. In: *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 1: 345-366.

Duarte, Sónia. 2017. *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa: gramáticas y ortografías (siglos XVI-XIX)*. León: Universidad de León, Departamento de Filología Hispánica y Clásica Facultad de Filosofía y Letras Universidad de León.

Esteve Serrano, Abraham. 1982. *Estudios de teoría ortográfica del español*. Murcia: Universidad Murcia, Departamento de Lingüística General y Crítica Literaria (Publicaciones del Departamento de Lingüística General y Crítica Literaria, 2).

GEPEB (s.d., XXXIV) = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira: Volume 34, Valet-Viana*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica.

González Salgado, José Antonio. 2001. “La influencia de Andrés Flórez en la ortografía de Mateo Alemán”. In: *Hesperia: Anuario de filología hispánica*, 4: 31-40.

Heredia[-Mantis], María. 2016. “La identidad autorial en la *Ortografía castellana* de Mateo Alemán”. In: *Studia Aurea*, 10: 201-219.

Kemmler, Rolf. 2012. “Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote y las dos ediciones de las *Regras da lingua portuguesa, espejo de la lingua latina* (1721, 1725)”. In: *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*, 6 (*Florilégio historio gráfico: dez estudos de Historiografía do Português*): 75-101.

Leão, Duarte Nunes de. 1576¹. *Orthographia da Lingoa Portvgvesa: Obra util, & necessaria, assi pera bem screuer a lingo Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem, ¶ Item hum tractado dos pontos das clausulas, Pelo Licenciado Duarte Nunes do Lião*. Lisboa: Per Ioão de Barreira impresor delRei N.S.

Leão, Duarte Nunes de. 1606¹. *Origem da Lingoa Portvgvesa*, Per Dvarte Nunez de Lião, desembargador da casa da svpplicação, natvral da inclyta cidade de Evora, Dirigida a el Rei Dom Philippe o II de Portugal nosso Senhor. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.

Machado, Diogo Barbosa. 1741¹, I. *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica e*

Chronologica, na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras que compuzeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça, até o tempo presente, Tomo I, Offerecida ao excellentissimo e reverendissimo senhor D. João V., nosso senhor, Por Diogo Barbosa Machado, Ulyssiponense, Abbade Reservatorio da Paroquial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real. Lisboa: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.

Medina Pérez, Oscar Adolfo, e Moreno López, Daniel. 2013. “Alonso de Alcalá y Herrera, La perla de Portugal”. In: *Lemir: Revista de Literatura Española Medieval y del Renacimiento* 17: 1007-1020.

Moíño Sánchez, Pablo. 2010. “Alonso de Alcalá y Herrera con (casi) todas las vocales”. In: Pierre Civil & Françoise Crémoux (eds.), *Actas del XVI Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas: París, julio de 2007, Nuevos caminos del hispanismo...* Madrid, Frankfurt: Iberoamericana Libros, Vervuert Verlag, CD-ROM.

Penny, Ralph. 2002². *A History of the Spanish Language*. Segunda edición. Nueva York, Melbourne, Madrid, Ciudad del Cabo: Cambridge University Press.

RAE. 1734. = Real Academia Española (1734, IV): *Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua, Dedicado al Rey nuestro señor Don Phelipe V (Que Dios guarde), A cuyas reales expensas se hace esta obra, Compuesto por la Real Academia Española, Tomo Quarto, que contiene las letras G, H, I, J, K, L, M, N*. Madrid: En la Imprenta de la Real Acadèmia Española, Por los Herederos de Francisco del Hierro.

Seixas, Miguel B.A. Metelo de. 2010. “Qual pedra magnet: a matéria heráldica na cultura portuguesa do Antigo Regime”. In: *Lusiada História*, 7: 357-413.

Silva, Inocêncio Francisco da. 1859, I. *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Tomo Primeiro*, Lisboa, Na Imprensa Nacional.

Vera, Álvaro Ferreira de. 1631a. *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa: Com hvm tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina*, Autor Alvaro Ferreira de Véra, natural da inclyta cidade de Lisboa, Dirigido a Dom Manoel d’Eça &c. Lisboa: Per Mathias Rodriguez, fols. [1]-48. [Exemplar de la *Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)*, cota L. 321 V., en: <https://purl.pt/12.>]

Vera, Álvaro Ferreira de. 1631b. *Modo para saber contar per Calendas, Nonas, & Idus: & pelas notas, & abbreviaturas dos Romanos, & Gregos*, Feito pelo mesmo Author Alvaro Ferreira de Véra. Lisboa: Per Mathias Rodriguez, fols. [49]-56.

Vera, Álvaro Ferreira de. 1631c. *Memoria artificial ov modo para adquirir memoria per arte*, Dirigido a Dom Manoel d’Eça &c., Per Alvaro Ferreira de Véra. Lisboa: Per Mathias Rodriguez, fols. [57]-76.

Vera, Álvaro Ferreira de. 1631d. *Breves lovvores da lingua portugvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua Latina*, Dirigido a Dom Manoel d’Eça &c., Per Alvaro Ferreira de Véra. Lisboa: Per Mathias Rodriguez, fols. [77]-88.

Wilkinson, Alexander S[amuel], e Ulla Lorenzo, Alejandra (eds.). 2015, II/III.

Iberian Books Volumes II & III, Libros Ibéricos Volúmenes II y III: Books published in Spain, Portugal and the New World or elsewhere in Spanish or Portuguese between 1601 and 1650, Libros publicados en España, Portugal y el Nuevo Mundo o impresos en otros lugares en español o portugués entre 1601 y 1650. Leiden, Boston: Brill.

A INTRODUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA LICEAL PORTUGUÊS

Rolf Kemmler (UTAD / CEL)*

ABSTRACT

Among researchers dedicated to the history of Portuguese linguistics, it seems to be a commonplace that the teaching of the Portuguese language in the public education system in Portugal and the colonies began with the famous charter of 30 September 1770. In fact, this legislative measure obliged all Latin teachers to use Lobato's *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770), first printed in May of the same year, for a maximum period of six months.

Naturally, given the importance of this charter, the question arises as to when the systematic teaching of the Portuguese language actually began in Portugal. In fact, the tense relationship between Latin as a language of culture and Portuguese as a vernacular language remained difficult in public education in Portugal for many decades. Given the uncertainty among researchers in the field about this issue, this article presents the relevant legislative measures and discusses their significance on the road to the modern separation of language subjects between mother tongue, classical languages and modern foreign languages, to finally present a terminological chronology.

Keywords: Historiography of Linguistics; Portuguese Language; Legislation; Education; 19th century.

RESUMO

Entre os investigadores que se dedicam à história da linguística portuguesa, parece ser um lugar comum, que o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino público em Portugal e colónias teve o seu início com o famoso Alvará de 30 de setembro de 1770. De facto, esta medida legislativa obrigava todos os professores de latim a utilizar a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de Lobato (1770), impressa pela primeira vez em maio do mesmo ano, por um período máximo de seis meses.

Naturalmente, perante a importância deste alvará surge a questão quando efetivamente terá começado o ensino sistemático da língua portuguesa em Portugal. Com

* Sócio Correspondente Estrangeiro da Classe de Letras da *Academia das Ciências de Lisboa* (ACL) e investigador do *Centro de Estudos em Letras* (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). O CEL é uma unidade de investigação financiada pela *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (UIDB/00707/2025, Portugal).

O autor agradece aos revisores anónimos pelos seus comentários úteis.

efeito, a relação de tensão entre o latim como língua de cultura e o português como língua vernácula permaneceu difícil no ensino público em Portugal durante largas décadas. Perante a incerteza entre os investigadores da área sobre esta questão, o presente artigo apresenta as medidas legislativas relevantes e discutir o seu significado no caminho para a separação moderna das disciplinas linguísticas entre a língua materna, as línguas clássicas e as línguas estrangeiras modernas, para, enfim, apresentar uma cronologia terminológica.

Palavras-chave: Historiografia; linguística; Língua Portuguesa; Legislação; Ensino; Século XIX.

Recebido em 10 de março de 2025.

Aceite em 11 de junho de 2025.

DOI: [10.58155/revistadeletras.v2i2.601](https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i2.601)

Introdução

Entre os investigadores que se dedicam à história da linguística portuguesa, parece ser um lugar comum que o ensino da língua portuguesa no sistema de ensino público em Portugal e colónias teve o seu início com o famoso Alvará de 30 de setembro de 1770, cujo texto completo reproduziremos na íntegra.¹

E U E L R E Y . Faço saber aos que este Alvará virem, que em Consulta da Real Meza Censoria me foi presente, que sendo a correção das linguas Nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Póvos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos: Sendo pelo contrario a barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das Nações; e não havendo meio, que mais possa contribuir para polir, e aperfeiçoar qualquer Idioma, e desterrar delle esta rudez, do que a applicação da Mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios, e não por mero instincto, e habito, se costuma a fallar, e escrever com pureza, evitando aquelles erros, que tanto desfiguram a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia de outras diferentes linguas; pois que tendo todas principios communs, acharão nellas os principiantes menos que estudar todos os rudimentos, que levarem sabidos na Materna; de sorte que o referido methodo, e espirito de educação foi capaz de elevar as linguas Grega, e Romana ao grão de gosto, e perfeição, em que se viram nos formosos Seculos de Athenas, e Roma, e que bem testemunham as excellentes, e inimitaveis Obras, que delles ainda nos restam: Conformando-me Eu com o exemplo dellas, e de outras Nações illuminadas, e desejando, quanto em Mim he, adiantar a cultura da lingua Portugueza nestes meus Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vassallos uteis ao Estado: Sou servido ordenar que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instruaam previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrucção dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita. E por quanto me constou, que nas Escolas de ler, e escre-

¹ Pelo menos parte do texto do Alvará de 30 de setembro de 1770 já foi publicado com base em outras fontes em vários estudos, entre as quais são de destacar as importantes monografias de Fávero (1996: 301-302) e Assunção (2000: 451-454) que oferecem uma transcrição quase completa. Nós próprios reproduzimos o texto completo reproduzido em Lobato (1814: [III-VI]; cf. Kemmler 2007: 521-523). Parece que a presente é a primeira reprodução integral do diploma original. Convém observar que em todos os casos iremos manter a grafia original dos respetivos textos originais setecentistas e oitocentistas.

ver se praticava até agora a lição de processos litigiosos, e sentenças, que somente servem de consumir o tempo, e de costumar a Mocidade ao orgulho, e enleios do Foro; Hei por bem abolir para sempre hum abuso tão prejudicial: E mando, que em lugar dos ditos proces-^[II]/ sos, e sentenças, se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Evora para instrução dos seus Diecesanos, para que por elle vam tambem aprendendo os Principios da Religião, em que os Mestres os devem instruir com especial cuidado, e preferencia a outro qualquer estudo. E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, sem dúbida, ou embargo algum. Pelo que mando á Real Meza Censoria, Meza do Desembargo do Paço, Director Geral dos Estudos, Senado da Camera, e a todos os Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juizes, e mais pessoas destes meus Reinos, e Dominios o cumpram, e guardem, e façam inteiramente cumprir, e guardar este Meu Alvará com inviolavel observancia, e registrar em todos os livros das Cameras das suas respectivas Jurisdicções. E ao Doutor João Pacheco Pereira do Meu Conselho, Desembargador do Paço, que serve de Chanceller Mór destes Reinos, mando que o faça publicar na Chancellaria, registando-se em todos os lugares, que sam do costume, e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de N. Senhora da Ajuda aos trinta de Setembro de mil setecentos e setenta.

R E Y ❖

Bispo de Béja P.

Alvará, por que Vossa Magestade he servido ordenar, que nas Classes de Latiniidade sejam os Mestres obrigados, quando receberem Discipulos, a instruillos previamente na Grammatica Portugueza, composta por Antonio Jose dos Reis Lobato, abolindo para^[III] sempre das Escolas de ler, e escrever o prejudicial abuso dos processos litigiosos, e sentenças, que até agora nellas se liam, e que em seu lugar se ensinem os meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, e especialmente pelo Catecismo de Montpellier, tudo na forma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Por Resolução de Sua Magestade de 11 de Setembro de 1770.

José Bernardo da Gama e Ataíde o fez escrever.

João Vidal da Costa e Sousa o fez.

João Pacheco Pereira.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa 9 de Outubro de 1770.

D. Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no livro das Leis a foi. 24. Lisboa 9 de Outubro de 1770.

Antonio José de Moura.

Na Regia Officina Typografica (*Alvará* 1770: [I-III]).

De facto, esta medida legislativa obrigava todos os professores de latim a utilizarem, durante um período máximo de seis meses,¹ a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770) de António José dos Reis Lobato, impressa pela primeira vez em maio do mesmo ano (ver Kemmler 2020: 220), enquanto o livrinho dos *Catecismos da Diecese de Montpellier*, daqui adiante conhecido como o ‘pequeno catecismo de Montpellier’ se tornava obrigatório como o primeiro livro de leitura das escolas de ler e escrever de Portugal e Colónias (cf. Pouget & Colbert 1770). Dado que se trata de duas obras didáticas de natureza bem diferente, é importante perceber que a normativa deste Alvará não só diz respeito ao ensino secundário, mas especialmente ao ensino primário, visando facultar o acesso aos princípios essenciais da gramática da língua materna, da leitura e do catecismo da igreja católica.

Naturalmente, levanta-se a questão de saber se este alvará pode ser encarado como o início do ensino sistemático da língua portuguesa em Portugal. Claro que este não era nem podia ser o caso! Na realidade, como se poderá ver adiante, a relação de tensão entre o latim como língua de cultura e o português como língua vernácula permaneceu difícil no ensino público em Portugal durante muito tempo e parece-nos justo afirmar que uma verdadeira emancipação da língua portuguesa somente aconteceu quando esta se deu no ensino secundário.

No entanto, é de constatar que os investigadores modernos no ramo da historiografia linguística portuguesa não parecem saber exatamente quando e como a língua portuguesa se emancipou do latim no sistema escolar público, e mais especificamente no ensino secundário.

Para além de, nos últimos anos, os investigadores interessados terem tido acesso a várias obras relevantes em que o ensino da língua portuguesa foi abordado, considero que, do ponto de vista historiográfico-linguístico, continua a ser urgente esclarecer definitivamente esta questão, fazendo uso das fontes existentes.

¹ É muito curioso como Carvalho (2011: 18) transformou o trecho crucial *supra* citado do *Alvará* (1770: [I]) na forma de uma ‘citação’ bastante desfigurada: «os discípulos para lhes ensinar a dita língua, os instruísem primeiro na Gramática portuguesa por tempo de seis mezes, se tantos precisos fossem».

Por um lado, existe a monografia com o título simultaneamente tão prometedora como enganadora *O ensino do Português: como tudo começou* (Carvalho 2011),¹ uma obra que, de facto, não oferece a prova documental que procuramos neste contexto. Por outro lado, sabemos há pouco da existência de uma tese de doutoramento mais recente sobre estudos em Ciências da Literatura, intitulada «O ensino do Português entre 1895 e 1974: Literatura, tradição e autoridade» (Costa 2018): *Literatura, tradição e autoridade* (Costa 2018).² Este último estudo debruça-se sobretudo sobre o desenvolvimento do ensino da literatura portuguesa a partir de 1894/1895, mas contém uma pequena nota de rodapé que descreve de maneira muito sucinta os primórdios do ensino da língua portuguesa de 1836 a 1872 (Costa 2018: 24; nota 26). Entendemos, porém, que desde um ponto de vista historiográfico-linguístico persiste ainda a necessidade de esclarecer esta questão de uma vez por todas, fazendo o devido recurso às fontes dos legisladores oitocentistas. Por isso, iremos em seguida apresentar as medidas legislativas relevantes e discutir o seu significado no caminho para a separação moderna das disciplinas linguísticas entre a língua materna, as línguas clássicas e as línguas estrangeiras modernas. Uma vez que o objetivo é colmatar uma lacuna de investigação, o presente artigo visa ser de natureza essencialmente documental e pretende divulgar sobretudo elementos de legislação que até agora não entraram no enfoque dos estudos sobre a história da linguística portuguesa, pelo que pedimos, desde já, paciência pela presença de citações de grande envergadura.

2. O ensino linguístico no ensino secundário no século XVIII

Como se sabe, a reforma pombalina do ensino secundário teve o seu início quando o Alvará de 28 de junho de 1759 veio «[...] extinguir todos os estabelecimentos jesuíticos do ensino e estabelecer um regime novo» (Kemmler 2007: 32), pois atribuiu a culpa pela decadência nos conhecimentos das línguas clássicas ao método de ensino dos padres da Companhia de Jesus:

¹ É de lamentar que a autora Luísa Carvalho nem sempre tenha reproduzido fielmente os textos citados nas suas citações. Além disso, falta a informação exata sobre as fontes, sobretudo para os textos de natureza legislativa, não só ao longo da obra, mas até mesmo na bibliografia «Legislação Fundamental / Liceus», em que apenas se menciona o respetivo diploma e a data, sem que a referência seja completada por outras informações adicionais indispensáveis, números de páginas, etc.

² Agradecemos a indicação às nossas colegas e amigas Sónia Coelho e Susana Fontes (CEL / UTAD), que aceitaram o repto de fazer uma revisão do presente artigo.

[...] Tendo consideração outrosim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reynos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavaõ quando as Aulas se confiaraõ aos Religiosos Jesuitas, em razaõ de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduziraõ nas escolas destes Reinos, e seus Dominios; e muito mais com a inflexivel tenacidade com que sempre procuraraõ sustentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobriraõ os defeitos, e os prejuizos do uso de hum Methodo, que, depois de serem por elle conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais annos, se achavaõ no fim delles taõ illaqueados nas miudezas da Grammatica como destituídos das verdadeiras noçoens das Lingoas Latina, e Grega, para nellas falarem e escreverem sem hum tam extraordinario desperdicio de tempo, com a mesma facilidade e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras Naçoens da Europa, que aboliraõ aquelle pernicioso Methodo; dando assim os mesmos Religiosos causa necessaria á quasi total decadencia das referidas duas Linguas [...] (*Alvará* 1759: [I]).

Para fundamentar a referida culpabilização pelo insucesso do ensino do latim no sistema de ensino dominado pelos jesuítas, este diploma régio identifica o problema na gramática latina de Manuel Álvares (1526-1583), que serviu de suma autoridade em matéria metalinguística para os jesuítas portugueses desde 1572 a 1759:

7 Nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejaõ estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Methodo, que não seja o Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, composto por Antonio Pereira da mesma Congregação: Ou a Arte da Grammatica Latina reformada por Antonio Felix Mendes, Professor em Lisboa. Hey por prohibida para o ensino das Escolas a Arte de Manoel Alvares, como aquella, que contribuiõ mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejaõ as duas assima referidas, sem preceder especial, e immediata licença minha, será logo prezo para ser castigado ao meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir Classe nestes Reinos, e seus Dominios (*Alvará* 1759: 5).

No âmbito de outro estudo sobre esta reforma constatámos o seguinte:

Junto com a imposição das gramáticas latinas compostas por António Pereira de Figueiredo (1725-1797) e António Félix Mendes (1706-1790), o Alvará prevê a abolição da gramática de Álvares, bem como de quaisquer obras utilizadas no ensino linguístico dos Jesuítas. Realizou-se de imediato uma forte

perseguição aos referidos manuais alvarísticos, destinada à sua extinção total (Kemmler 2007: 33-34).

Por mais que seja verdade que a *ars maior* da gramática latino-portuguesa, intitulada *Emmanuelis Alvari è Societate Iesu de institutione grammatica libri tres*, foi publicada pela primeira vez em 1572, será descabido pensar que o legislador teve em mente a *editio princeps* desta ou mesmo da respetiva *ars minor* (Álvares 1573). Em vez disso, parece mais do que provável, que a proibição se tenha referido à *recognitio vellesiana* da *ars minor*, que desde Álvares (1608) constituía a única vertente da gramática alvaresiana em Portugal, até à última edição eborense (Álvares 1755; cf. Iken 2002: 63). Importa, ainda, referir neste contexto, que, ao longo de toda a sua tradição textual em Portugal, a metalinguagem da gramática de Manuel Álvares continuou a ser a língua latina sem que a língua portuguesa desempenhasse qualquer papel de relevo na própria gramática (à exceção das equivalências portuguesas da parte lexicográfica do glossário «Index totius artis»; cf. Iken 2002: 58).

As duas obras escolhidas para servir de gramáticas latinas no ensino das línguas pós-jesuítico foram o *Novo Methodo da Grammatica Latina, Reduzido a Compendio* (1758) do oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797)¹ e a *Grammatica Portuguesa da Lingua Latina para uso dos Cavalheiros e Nobres, que tem Mestre em suas casas* (1741) do professor de latim António Félix Mendes (1706-1790). É claro que estas duas obras não são de modo algum as primeiras gramáticas latino-portuguesas em que a língua portuguesa serviu consistentemente como metalinguagem. Mas, uma vez que particularmente a gramática não compendiada de Figueiredo (1752, I; 1753, II) aborda de forma tão intensa quanto crítica as deficiências da gramática alvaresiana, apontadas pelo autor setecentista, na realidade estas duas obras serviram para um distanciamento conceitual da gramática alvaresiana do ensino da gramática latina em Portugal. No entanto, é claro que as duas obras não priorizam a língua portuguesa em si, pois servem-se da metalinguagem

¹ Devemos advertir que nos enganámos em Kemmler (2007: 33, nota 69) quando identificámos o *Novo Methodo da Grammatica latina* (Figueiredo 1752, I-1753, II) do mesmo autor como a gramática latina oficial da reforma pombalina. Com efeito, esta gramática latina escolar foi o *Novo Methodo da Grammatica Latina reduzido a compendio*, uma obra de que consta que a primeira edição foi publicada em 1758 (cf. Morato 1800: 25; Jordão 1863: 16). No entanto, esta gramática escolar do oratoriano é de extrema raridade, de modo que não conseguimos localizar qualquer exemplar das primeiras edições, pelo que somente chegámos a conhecer esta obra há uns dez anos por oferta de um exemplar da décima primeira edição (Figueiredo 1814) que nos ofereceu o Sr. Nuno Canavez, dono da Livraria Académica (Porto), a quem muito agradecemos esta magnífica oferta.

guagem vernácula, visando permitir a compreensão das regras da gramática latina por parte dos aprendentes, falantes nativos da língua portuguesa. Só neste aspeto secundário, pode ser considerado como a primeira vez que a língua portuguesa entrou no sistema oficial do ensino secundário, até mesmo antes de Lobato (1770).

3. O ensino linguístico no sistema liceal desde 1836 até 1895

Entre 15 de novembro e 5 de dezembro de 1836, o então Ministro do Reino Manuel da Silva Passos (1801-1862), ainda hoje conhecido como ‘Passos Manuel’, promoveu as reformas da educação básica, secundária e superior, sendo os respetivos documentos assinados pela rainha D. Maria II (1819-1853, regeu desde 1826-1828; reinou desde 1834-1853). No primeiro decreto «Da Instrução primaria», de 15 de novembro de 1836, foi estabelecido o seguinte:

Objecto do Ensino Primario.

Artigo 1.º A Instrução Primaria comprehende:

§. 1.º As Artes de lêr, de escrever, e de contar.

§. 2.º A Civilidade, a Moral, e a Doutrina Christá.

§. 3.º Principios de Grammatica Portugueza.

§. 4.º Breves noções de Historia, de Geografia, e da Constituição.

§. 5.º O Desenho linear.

§. 6.º Exercícios Gymnasticos accomodados á idade (*Decreto* 1836a: 132).

Na senda do Alvará (1770), esta reforma estabeleceu os «Principios de Grammatica Portugueza»¹ como o terceiro elemento dentro de um cânone curricular de seis áreas de estudo do ensino primário.

No segundo documento da reforma, com data de 17 de novembro de 1836, as seguintes nove áreas de estudos são elencadas imediatamente a seguir ao título «Da Instrução secundaria»:

Objecto do Ensino Secundario.

Artigo 38.º A Instrução Secundaria comprehende:

¹ Em primeiro lugar, porque não é a primeira, mas a terceira disciplina do ensino primário nele estabelecido, e também porque a sua designação não corresponde ao do *Decreto* (1836a: 132), deve ser encarada como inexata a seguinte afirmação de Carvalho (2011): «Por isso mesmo, é ao nível do ensino primário que se estabelece, em primeiro lugar, a disciplina de gramática portuguesa (1836)».

§. 1.º A Ideologia, a Grammatica Geral, e a Logica.

§. 2.º A Grammatica, e a Lingoa Portugueza; as Lingoas mais universaes antigas e modernas, e a Grammatica Particular de cada uma dellas.

§. 3.º A Moral Universal.

§. 4.º A Arithmetica, a Algebra, a Geometria, a Trigonometria, e o Desenho.

§. 5.º A Geografia, a Chronologia, e a Historia.

§. 6.º Principios de Chimica, de Fysica, e de Mechanica applicados ás Artes, e Officios.

§. 7.º Principios de Historia Natural dos tres Reinos da Natureza applicados ás Artes, e Officios.

§. 8.º Principios de Economia Politica, de Commercio, e de Administração Publica.

§. 9.º A Oratoria, a Poetica, e a Litteratura Classica, especialmente a Portugueza (*Decreto* 1836b: 136).

Entre as três áreas linguístico-literárias aqui elencadas, a primeira disciplina «A Ideologia, a Grammatica Geral, e a Logica» é um reflexo da gramática geral racionalista de cunho francês. Na senda do gramático francês Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), a ‘idéologie’ [ideologia], no sentido de uma ‘ciência das ideias’ foi promovida desde 1801 pelo filósofo Antoine Destutt de Tracy (1754-1836) numa divulgação programática em cinco livros (1801-1818), de entre os quais o primeiro volume (*Projet d’Éléments d’Idéologie*; Destutt de Tracy 1801), o segundo (*Éléments d’Idéologie: Seconde Partie, Grammaire*; Destutt de Tracy 1803) e o terceiro (*Éléments d’Idéologie: Troisième Partie, Logique*; Destutt de Tracy 1805) deram nome à disciplina *supra* mencionada.

A segunda área intitulada «A Grammatica, e a Lingoa Portugueza; as Lingoas mais universaes antigas e modernas, e a Grammatica Particular de cada uma dellas» permanece algo vaga, pois inclui aqui de forma indiscriminada não só a gramática e língua portuguesas, mas as duas línguas clássicas (latim e grego), assim como as línguas estrangeiras modernas. Semelhantemente, a nona categoria «A Oratoria, a Poetica, e a Litteratura Classica, especialmente a Portugueza» mistura aspetos das literaturas portuguesa e clássicas.

Mais adiante, o mesmo diploma estabelece o sistema liceal propriamente dito, prevendo um total de dez ‘Disciplinas’ e ‘Cadeiras’:

Art. 40.º Em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de ... o local aonde fôr estabelecido.

§ 1.º O curso dos Liceus constará das Disciplinas e das Cadeiras seguintes:

- 1.^a Grammatica Portugueza e Latina, Classicos Portuguezes, e Latinos.
- 2.^a Lingoas Franceza e Ingleza e as suas Grammaticas.
- 3.^a Ideologia, Grammatica Geral e Logica.
- 4.^a Moral Universal.
- 5.^a Arithmetica e Algebra, Geometria, Trigonometria, e Desenho.
- 6.^a Geografia, Chronologia, e Historia.
- 7.^a Principios de Fysica, de Chimica, e de Mechanica applicados ás Artes, e Officios.
- 8.^a Principios de Historia Natural dos tres Reinos da Natureza applicados ás Artes, e Officios.
- 9.^a Principios d'Economia Politica, de Administração Publica, e de Commercio.

^{137/} 10.^a Oratoria, Poetica, e Litteratura Classica, especialmente a Portugueza.

Art. 41.º Na Cidade de Lisboa haverá dous Lyceos, porém um será substituido pelo Collegio dos Nobres reformado, se ficar collocado em Lisboa: o outro será collocado junto da Academia, de que formará uma Secção; participará dos mesmos Estabelecimentos, e terá em commum com a mesma Academia a primeira Cadeira desta.

Art. 42.º O Lyceo do Porto formará uma Secção da Academia.

Art 43.º O Lyceo de Coimbra substituirá o Collegio das Artes, e formará uma Secção da Universidade.

Art. 44.º Nos Lyceos de Lisboa, Porto, e Coimbra haverá mais duas Cadeiras especiaes, uma de Lingoa Grega, outra de Lingoa Allemã. N'um dos Lyceos de Lisboa haverá mais as Disciplinas de Diplomatica, Paleografia, e Tachigrafia.

Art. 45.º A' proporção que se forem estabelecendo os Lyceos nos respectivos Districtos, ficarão nelles extinctas as mais Cadeiras de Grego, Latim, Rhetorica, e Filosofia Racional e Moral, Arithmetica, Geometria, Geografia, e Historia.

§. 1.º Exceptuam-se da disposição deste Artigo as Cadeiras, que estão incorporadas em Estabelecimentos e Institutos especiaes, que não ficam extinctos: e outro-sim poderá haver uma Cadeira de Grammatica Portugueza e Latina em cada uma das Capitaes das antigas Comarcas, que não são hoje Capitaes de Districto (*Decreto* 1836b: 136-137).

Aqui, fica claro que a reforma prevê o estabelecimento de quatro disciplinas linguístico-literárias, nomeadamente a 1.^a («Grammatica Portugueza e Latina, Classicos Portuguezes, e Latinos»), 2.^a («Lingoas Franceza e Ingleza e as suas Grammaticas»), 3.^a («Ideologia, Grammatica Geral e Logica») e 10.^a («Oratoria, Poetica, e Litteratura Classica, especialmente a Portugueza»). Assim, ficam agrupadas numa só disciplina e cadeira liceal a língua por-

tuguesa e o latim, assim como as duas línguas estrangeiras modernas francês e inglês, ao passo que a 2.^a a 10.^o disciplinas ficam inalteradas. Além disso, o artigo 44.^o estabelece as cadeiras especiais para os dois liceus de Lisboa, de Coimbra e do Porto e define, no artigo 45.^o, as regras transitórias para o resto do país até à criação dos respetivos liceus, medida esta que se mantinha indispensável até à fundação de liceus em cada uma das sedes dos distritos de Portugal continental e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Com a designação «Grammatica Portugueza e Latina, Classicos Portuguezes e Latinos», a primeira cadeira do ensino liceal parece centrar-se tanto na gramática portuguesa como na latina, assim como na leitura de obras clássicas nestas duas línguas. Embora a escolha das palavras favoreça a língua portuguesa em primeiro lugar, parece não haver dúvidas de que a língua latina teve efetivamente primazia. Basta olhar para a obra contemporânea *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza* do professor conimbricense José Vicente Gomes de Moura (1769-1854), que desde a sua publicação teve aprovação real (cf. Moura 1829: [I]), gozando do estatuto de gramática latino-portuguesa oficial do sistema público de ensino ao longo das suas doze edições coimbrás até 1870. Trata-se de um «[...] manual de ensino primário e secundário [que] se movimenta tanto dentro da tradição gramatical latino-portuguesa como dentro das tendências inovadoras que introduziram algumas das abordagens linguísticas da *Grammaire Générale* francesa em Portugal» (Kemmler 2010: 479).

Alguns anos depois, ainda no reinado de D. Maria II, o Ministro do Reino António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889) promoveu, em 20 de setembro de 1844, a que hoje é chamada ‘reforma de Costa Cabral’.¹ Parece evidente que Costa Cabral soube tirar partido das experiências positivas e negativas do sistema de ensino secundário criado em 1836, uma vez que o leque de disciplinas parece bastante menos ambicioso e, apresentando-se, ao mesmo tempo, bastante mais pragmático:

Art. 46.^o Haverá um Lycêo em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos, e Dioceses do Reino.

Art. 47.^o O curso dos Lycêos comprehenderá em todos, as seguintes disciplinas e Cadeiras:

¹ No «TITULO I» do mesmo diploma, a «Instrução Primaria» é dividida em dois graus. Entre as cinco disciplinas enunciadas do primeiro grau há duas linguístico-literárias, nomeadamente «Lêr, escrever, e contar» e «Exercicios grammaticaes». Por outro lado, entre as seis disciplinas do segundo grau, a primeira é «Grammatica portugueza» (*Decreto* 1844: 306).

- 1.^a Grammatica Portugueza e Latina.
 - 2.^a Latinidade.
 - 3.^a A Arithmetica e Geometria com applicações ás Artes, e primeiras noções de Algebra.
 - 4.^a Philosophia Racional, e Moral, e principios de Direito Natural.
 - 5.^a Oratoria, Poetica, e Litteratura Classica, especialmente a portugueza.
 - 6.^a Historia, Chronologia, e Geographia, especialmente a Commercial.
- Art. 48.º Além das mencionadas no Artigo antecedente, comprehender-se-hão tambem nos cursos dos seguintes Lycêos, as disciplinas e Cadeiras, que lhes vão designadas neste Artigo.

No Lycêo de Lisboa:

- 1.^a Lingua Grega.
- 2.^a Lingua Hebraica.
- 3.^a Linguas Franceza e Ingleza.
- 4.º Lingua Allemã.
- 5.^a Lingua Árabe.
- 6.^a } Commercio.
- 7.^a
- 8.^a Geometria, e Mechanica applicada ás Artes e Officios.

No Lycêo de Coimbra:

As mesmas que no Lycêo de Lisboa, excepto Lingua Árabe, Commercio, Geometria, e Mechanica, applicada ás Artes e Officios.

No Lycêo do Porto:

- 1.^a Lingua Grega.
- 2.^a Linguas Franceza e Ingleza.
- 3.^a Lingua Allemã.

Nos Lycêos de Braga e Evora:

- 1.^a Lingua Grega.
- 2.^a Linguas Franceza e Ingleza.
- 3.^a Economia Industrial, Escripuração

^{312/} *No Lycêo de Fâro:*

- 1.^a Economia Industrial, e Escripuração.

Nos Lycêos de Portalegre, Villa Real, e Castello Branco:

- 1.^a Agricultura e Economia rural.

Nos Lycêos do Funchal, Ponta Delgada, e Angra do Heroismo:

- 1.^a Linguas Franceza e Ingleza.

Art. 49.º O Governo poderá, quando o julgar conveniente, estabelecer nos Lycêos das Capitaes dos Districtos, segundo as circumstancias e necessidades locais, Cadeiras das seguintes disciplinas:

Introducção á Historia Natural dos tres Reinos, com as suas mais usuaes applicações á Industria, e noções geraes de Physica.

Economia Industrial, e Escripuração.

Chymica applicada ás Artes.

Agricultura e Economia rural.
 Mechanica industrial.
 Linguas Franceza e Ingleza.
 Musica (*Decreto* 1844: 311-312).

Ao substituir a ideologia e a gramática geral pela disciplina ‘latinidade’, Costa Cabral modificou a designação da principal disciplina linguística para «Grammatica Portugueza e Latina», suprimindo as duas disciplinas de ciências e a introdução à economia nacional no currículo normal, que passou a ser constituído por apenas seis disciplinas nucleares. O francês e o inglês como línguas estrangeiras modernas também deixaram de fazer parte do currículo geral de todos os liceus, passando a ser lecionados apenas nos liceus de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Évora, em Portugal continental, enquanto no Funchal, em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo constituíam o único desvio ao currículo normal.

Enquanto a assim chamada ‘reforma de Rodrigo da Fonseca’, promovida em 12 de agosto de 1854 pelo Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) não teceu qualquer consideração sobre a língua portuguesa (*Lei* 1854), a ‘reforma de Fontes Pereira de Melo’ do Ministro do Reino António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), de 10 de abril de 1860, decretada pelo rei D. Pedro V (1837-1861; reinou desde 1853), trouxe consigo a seguinte reorganização do ensino linguístico liceal em Portugal:

Artigo 1.º Os lyceus dividem-se para todas as disposições contidas no presente regulamento em lyceus de primeira e lyceus de segunda classe. São considerados de primeira classe os lyceus de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Evora. (Artigo 57.º do decreto de 20 de setembro de 1844 e artigo 2.º da carta de lei de 12 de junho de 1849).

Art. 2.º O curso geral dos lyceus comprehende as seguintes disciplinas:

- 1.º Grammatica e lingua portugueza;
- 2.º Grammatica latina e latinidade;
- 3.º Lingua franceza;
- 4.º Lingua ingleza;
- 5.º Mathematica elementar, comprehendendo a arithmetica, a algebra até as equações do segundo grau a uma incognita, a geometria synthetica, os principios da trigonometria plana – geographia mathematica;
- 6.º Chimica e physica elementares – introdução á historia natural dos tres reinos;
- 7.º Philosophia racional e moral e principios de direito natural;
- ^{129/} 8.º Oratoria, poetica e litteratura, especialmente a portugueza;
- 9.º Historia, chronologia e geographia;

10.º Desenho linear.

Art. 3.º Estas disciplinas serão professadas nos lyceus de primeira classe por oito professores proprietarios e tres substitutos. (Artigo 58.º do decreto de 20 de setembro de 1844 e carta de lei de 12 de agosto de 1854, artigos 1.º, 2.º e 5.º)

§ unico. Os substitutos serão encarregados de uma parte do ensino das disciplinas que professam, pelo modo que se acha disposto no artigo 4.º do presente regulamento. (Artigo 170.º do decreto de 20 de setembro de 1844).

Art. 4.º O curso geral dos lyceus durara cinco annos, sendo os estudos distribuidos do modo seguinte:

1.º ANNO	DIAS DE AULA POR SEMANA
Grammatica portugueza, leitura e analyse grammatical dos auctores portuguezes. (<i>Professor de portuguez</i>)	3
Grammatica latina. (<i>Substituto de latim</i>)	2
Geographia e historia elementar. (<i>Substituto de historia</i>).....	1
Grammatica franceza, leitura e primeiros exercicios de traducção. (<i>Professor de francez</i>).....	2
Desenho linear	2
2.º ANNO	<hr style="width: 100%; border: 1px solid black;"/> 10
Leitura de prosadores e poetas portuguezes, analyse grammatical. (<i>Professor de portuguez</i>)	2
Traducção de latim, analyse e exercicios grammaticaes. (<i>Professor de latim</i>).....	3
Arithmetica, as quatro operações em numeros inteiros e fraccionarios. (<i>Professor de mathematica</i>)	1
Leitura, traducção e composição franceza. (<i>Professor de francez</i>).....	2
Desenho linear	2
3.º ANNO	<hr style="width: 100%; border: 1px solid black;"/> 10
Leitura de prosadores e poetas portuguezes. (<i>Professor de portuguez</i>)	<hr style="width: 100%; border: 1px solid black;"/> 1
Recitação de prosadores e poetas portuguezes; analyse de estylo. (<i>Substituto de historia</i>)	1
Traducção e composição latina; antiguidades romanas. (O necessario para a intelligencia dos auctores.) (<i>Professor de latim</i>)	2

Arithmetica, noções de geometria plana e suas applicações usuaes. (<i>Professor de mathematica</i>).....	3
Grammatica ingleza, primeiros exercicios de leitura e traducção. (<i>Professor de inglez</i>).....	2
Desenho linear	1
4.º ANNO	10
Mathematica elemental. (<i>Professor de mathematica</i>).....	3
Philosophia racional e moral, principios de direito natural. (<i>Professor de philosophia</i>)	4
Leitura e traducção ingleza. (<i>Professor de inglez</i>).....	1
Principios elementares de physica e chimica.....	1
5.º ANNO	9
Oratoria e poetica.....	4
Historia e geographia e especialmente a de Portugal e suas colonias	4
Physica e chimica elementares; introducção a historia natural dos tres reinos.....	4
	12

§ unico. Nos lyceus em que houver cadeira de grego, esta disciplina consider-^{130/} se-ha como fazendo parte do curso geral d'esses lyceus, e será obrigatoria para os alumnos que quizerem completar este curso. O grego será professado no terceiro e quarto annos.

Art. 5.º As aulas durarão duas horas.

Art. 6.º Nos lyceus em que, em virtude dos artigos 48.º e 49.º do decreto de 20 de setembro de 1844, se ensinam outras disciplinas, alem das que constituem o curso geral dos lyceus, essas disciplinas, sempre que for possivel, serão professadas de modo que os alumnos as possam frequentar dentro dos cinco annos que dura o curso geral da instrucção secundaria.

§ unico. A ordem dos estudos das disciplinas que formam o curso dos lyceus não poderá comtudo ser alterada, nem o numero de horas de aula devera exceder o de seis por dia.

Art. 7.º O governo fará applicar, quanto for possivel, aos lyceus de segunda classe as disposições do presente regulamento (*Decreto e regulamento* 1860: 128-130).

Como se vê, este diploma mudou de seis para dez o cânone das disciplinas liceais. A mudança mais incisiva foi o estabelecimento de cinco disciplinas linguístico-literárias, entre as quais a primeira passou a ser designada

«Grammatica e lingua portugueza», ficando separada dos estudos clássicos intitulados como «Grammatica latina e latinidade» e das duas línguas estrangeiras modernas «Lingua franceza» e «Lingua ingleza», assim como a disciplina meramente literária «Oratoria, poetica e litteratura, especialmente a portugueza».

Para além disso, este diploma ofereceu, pela primeira vez, um horário específico do curso geral dos liceus, de duração de cinco anos, a começar, como reza o artigo 17.º, «[...] no primeiro dia util do mez de outubro» (*Decreto e regulamento* 1860: 131). Neste horário, o ‘Professor de portuguez’ ficou incumbido de lecionar duas horas em três dias no primeiro ano (isto é, seis horas semanais), dois dias no segundo ano (isto é, quatro horas semanais) e só um dia no terceiro ano (isto é, duas horas semanais). No entanto, não fica claro se o docente da ‘cadeira literária por excelência’ (Carvalho 2011: 103) «Oratoria e poetica» era o professor de português ou o de latim.

No dia 9 de setembro de 1863, o Ministro do Reino Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco (1817-1885) decretou uma modificação da reforma de Fontes Pereira de Melo, com as seguintes alterações curriculares. Vejamos os artigos 1.º e 2.º:

Artigo 1.º Os lyceus dividem-se, para todas as disposições contidas no presente regulamento, em lyceus de 1.ª e lyceus de 2.ª classe. São considerados de primeira classe os lyceus de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Evora. (Artigo 57.º do decreto de 20 de setembro de 1844, e artigo 2.º da carta de lei de 12 de junho de 1849).

Art. 2.º O curso geral dos lyceus comprehende as seguintes disciplinas:

- 1.ª Grammatica e lingua portugueza;
- 2.ª Grammatica latina e latinidade;
- 3.ª Lingua franceza;
- 4.ª Lingua ingleza;
- 5.ª Mathematica elementar, comprehendendo a arithmetica, a algebra elementar, a geometria synthetica, a trigonometria plana e a geographia mathematica;
- 6.ª Philosophia racional e moral e principios de direito natural;
- 7.ª Oratoria, poetica e litteratura classica, especialmente a portugueza;
- 8.ª Chronologia, geographia e historia, especialmente a de Portugal e suas colonias;
- 9.ª Principios de physica e chimica, e introdução á historia natural dos tres reinos;
- 10.ª Lingua grega;
- 11.ª Desenho.

Art. 3.º O curso geral dos lyceus durará cinco annos, sendo os estudos

distribuídos do modo seguinte:

1.º ANNO	
Grammatica portugueza, leitura e analyse grammatical de prosadores e poetas, exercicios de construcção. (<i>Substituto de latim</i>)	} Lições diarias.
Grammatica franceza, leitura, traducção e analyse grammatical de prosadores e poetas, composição franceza. (<i>Professor de francez</i>).....	
Desenho linear. (<i>Professor de desenho</i>).....	} Duas lições por semana.
2.º ANNO	
Recitação de prosadores e poetas portuguezes, analyse philologica, exercicios de redacção portugueza. (<i>Substituto de oratoria</i>)	} Duas lições por semana.
^{446/} Grammatica latina, leitura, traducção e analyse grammatical, exercicios de construcção. (<i>Professor da 1.ª cadeira de latim</i>)	
Grammatica ingleza, leitura, traducção e analyse grammatical de prosadores e poetas, composição ingleza. (<i>Professor de inglez</i>)	} Lições diarias.
Arithmetica – exercicios dependentes das quatro operações sobre numeros inteiros e fraccionarios. (<i>Substituto de mathematica</i>)	} Uma lição por semana.
Desenho linear. (<i>Professor de desenho</i>).....	
3.º ANNO	
Recitação de prosadores e poetas portuguezes, analyse philologica, exercicios de redacção portugueza. (<i>Substituto de oratoria</i>)	} Duas lições por semana.
Latinidade, archeologia e mythologia romana (o necessario para a intelligencia dos auctores), analyse philologica, arte metrica e composição latina. (<i>Professor de latinidade</i>).....	
Grammatica, leitura e primeiros exercicios de traducção da lingua grega. (<i>Professor de grego</i>).....	} Duas lições por semana.
Arithmetica, geometria plana e suas applicações mais usuas. (<i>Substituto de mathematica</i>).....	} Tres lições por semana
Desenho linear. (<i>Professor de desenho</i>).....	} Duas lições por semana.
4.º ANNO	
Exercicios de traducção da lingua grega. (<i>Professor de grego</i>)	} Tres lições por semana.
Geometria no espaço, algebra elementar, trigonometria plana e geographia mathematica. (<i>Professor de mathematica</i>)	} Lições diarias.
Chronologia, geographia e historia, especialmente a de Portugal e suas colonias. (<i>Professor de geographia</i>)	

5.º ANNO

Oratoria e poetica, analyse rhetorica. (<i>Professor de oratoria</i>)	} Tres lições por semana.
Litteratura classica, especialmente a portugueza, exercicios de composição e declamação portugueza. (<i>Professor de oratoria</i>)	
Philosophia racional e moral e principios de direito natural, analyse logica. (<i>Professor de philosophia</i>)..	} Lições diarias.
Principios de physica e chimica e introdução a historia natural dos tres reinos. (<i>Professor de introducção</i>)	

§1.º A designação dos professores que hão de reger cada um dos cursos poderá occasionalmente ser alterada pelos conselhos dos lyceus, quando a conveniencia do serviço assim o exigir. A alteração feita e o que lhe deu motivo será levado ao conhecimento do governo.

§ 2.º Emquanto estiver em vigor a actual classificação dos professores dos lyceus, os professores substitutos, que tiverem serviço effectivo no magisterio, vencerão a gratificação correspondente, conforme o disposto no decreto de 25 de junho de 1851, artigo 29.º, §2.º (*Decreto e regulamento* 1863: 445-446).

Entre as disciplinas linguísticas, a principal alteração é a adição de uma décima disciplina, 'Lingua grega' (a ser lecionada no quarto e quinto anos), que anteriormente não fazia parte do 'curso geral' dos liceus. Além disso, observa-se que as disciplinas de língua portuguesa agora passaram a ser assumidas no primeiro ano pelo 'Substituto de latim' em 'lições diárias', ou seja, 10 horas semanais. No segundo e terceiro anos, a continuidade de duas aulas, ou seja, 4 horas semanais, cabia ao 'Substituto de oratoria', ao passo que o 'Professor de oratoria' ficava incumbido das aulas marcadamente literárias do quinto ano.

Com data de 31 de dezembro de 1868, o então Presidente do Conselho Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1.º Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876) decretou nova reforma de todo o sistema de educação pública em Portugal. A parte dispositiva intitulada «Da instrucção secundaria» ocupa os artigos 2.º a 16.º (*Decreto* 1868: 628-630), das quais apresentaremos os artigos 2.º e 3.º:

Art. 2.º Os lyceus nacionaes são de 1.ª ou de 2.ª ordem. São de 1.ª ordem os lyceus nacionaes de Lisboa, Coimbra, Vizeu, Porto e Braga. Em cada capital dos outros districtos, e bem assim na cidade de Lamego, haverá um lyceu nacional de 2.ª ordem.

Art. 3.º O curso geral dos lyceus de 1.ª ordem compõe-se dos cursos de 2.ª e de 1.ª classe. Nos lyceus de 2.ª ordem ha só o curso de 2.ª classe.

§ 1.º Emquanto se não regula de outra fôrma a economia e duração dos cursos dos lyceus, observar-se-ha plano o seguinte:

Disciplinas	Cursos							
	De 2.ª classe				De 1.ª classe			
	Annos do curso							
	1.º		2.º		3.º	4.º	5.º	6.º
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º e 2.º semestres			
Horas do aula por semana								
Portuguez	6	3	2	3	3	2	2	
Logica	-	-	-	-	-	-	-	4½
Latim.....	6	6	6	7½	6	5	4	1½
Francez.....	-	6	7½	4	1½	1½	1½	1½
Mathematica.....	4	3	3	3	6	6	3	3
Geographia e historia.....	4	3	3	3	4	3	3	2
Physica, chimica e historia natural	2	2	2	2	5	-	4	4
Calligraphia e desenho linear	6	4½	4½	6	3	-	-	-
Grego.....	-	-	-	-	-	3	5	3
Allemao.....	-	-	-	-	-	5	3	3
Inglez (facultativo no curso de 2.ª classe).....	-	-	-	-	-	-	-	5
	28	27½	28	28½	28½	25½	25½	27½

§ 2.º O numero dos professores dos lyceus de 1.ª ordem é de 13, comprehendendo o de pedagogia, e de 7 nos de 2.ª ordem.

§ 3.º No lyceu de Lisboa haverá uma só cadeira de arabe e hebraico, cujo professor, alem das obrigações que n'esta qualidade lhe pertencem, dará cada semana lectiva, no curso superior de letras, uma lição de litteraturas orientaes. Esta cadeira só será provida em vagando a cadeira de hebraico do dito tyceu.

§ 4.º É conservada a secção commercial do lyceu nacional de Lisboa, que terá tres professores. Haverá annexa a esta secção uma escola de instrucção primaria de 2.º grau. O ensino pratico das linguas vivas será dado na secção commercial por pessoas devidamente habilitadas, ás quaes será abonada a gratificação de 800 réis por cada hora de lição. Ficam supprimidas as secções oriental e occidental do mesmo lyceu.

§ 5.º O hebraico será ensinado no lyceu de Coimbra pelo substituto mais antigo da faculdade de theologia que se prestar a este serviço, pelo qual receberá uma gratificação de 20\$000 réis em cada mez lectivo. As lições de musica são dadas no mesmo lyceu com igual gratificação por individuo nomeado, precedendo concurso e exame pelo reitor da universidade, o qual, depois de tres annos de serviço de professor, póde abrir novo concurso quando o julgar conveniente.

§ 6.º Ficam supprimidos os logares permanentes de substitutos em todos os lyceus em que os havia. No impedimento dos professores o reitor provê, nomeando pessoas idoneas para os substituir. Prolongando-se por mais de um anno o impedimento do professor, o substituto é nomeado pelo governo segundo a fórma estabelecida para o provimento das cadeiras; mas a nomeação caduca logo que cesse o impedimento que a motivára.

§ 7.º Quando os alumnos forem mais de cincoenta nas aulas do curso de 2.ª classe, ou mais de quarenta nas aulas do curso de 1.ª classe, os alumnos serão divididos em duas ou mais turmas, uma das quaes será leccionada pelo professor ordinario, e as outras por substitutos provisorios nomeados pelo reitor do lyceu (*Decreto* 1868: 628).

A partir deste diploma, que estabeleceu uma carga horária média de 28 horas semanais nos primeiros três anos, a primeira disciplina de língua materna passou a chamar-se ‘Portuguez’, com a carga horária inicial de seis horas semanais no primeiro semestre do primeiro ano e três horas no segundo semestre. Como parece que o quarto, quinto e sexto anos só eram reservados para os liceus de primeira classe (nos quais haveria também aulas de grego, alemão e inglês), é de concluir que o curso liceal dos liceus de segunda classe teria sido de apenas três anos.¹ Assim, somente os dois liceus nacionais de Lisboa, assim como os de Coimbra, Viseu, Porto e Braga ofereciam o curso completo dos seis anos do ensino liceal, ao passo que os restantes liceus existentes somente ofereceriam uma escolaridade secundária reduzida. Parece-nos pertinente a constatação de Carvalho (2011: 104) a este respeito: «seria histórica esta decisão, não fosse a precariedade deste normativo». Cremos que não por último deverá sido devido a esta natureza contraditória que em 2 de setembro de 1869 o Ministro do Reino D. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, Duque de Loulé (1804-1875) decretou uma lei revogatória, cuja parte dispositiva reza o seguinte:

Artigo 1.º Fica suspenso o decreto de 31 de dezembro de 1868, que reformou a instrução publica, devendo esta regular-se pelas disposições das leis

¹ Para além disso, os parágrafos 2.º a 8.º regulamentam ainda alguns assuntos especiais, como o ensino de pedagogia, hebraico, o ensino comercial, o tamanho das turmas e o destino das vagas provisórias, previstas nos dois diplomas anteriores.

anteriores até o governo propor, e as côrtes votarem, uma reforma geral da instrucção.

§ 1.º As nomeações dos professores já feitas, e as cadeiras providas em virtude do decreto de 31 de dezembro, considerar-se-hão em vigor.

§ 2.º Enquanto não se levar a effeito a reforma geral da instrucção publica o governo não fará nomeação alguma:

1.ª De substitutos extraordinarios para a universidade;

2.º De professores para a escola medico-cirurgica do Funchal;

3.º De professores de instrucção secundaria, tanto nos lyceus como fóra d'elles.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandâmos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n ella se contém (*Lei* 1869: 408).

Até uma altura futura quando tivesse sido elaborada nova 'reforma geral da instrucção' com o consentimento das cortes gerais, a reforma estabelecida pelo *Decreto* (1868) ficou revogada. No entanto, como o legislador declarou válidas «as nomeações dos professores já feitas, e as cadeiras providas [...]», cremos que não será descabido que também a designação daquelas cadeiras se tenha mantido, ou seja, que, pelo menos em parte dos liceus, se mantinha a primeira disciplina designada como 'Portuguez'.

Poucos anos depois, em 23 de setembro de 1872, o Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio (1806-1882) decretou o seguinte 'aperfeiçoamento' do ensino liceal, de que reproduzimos os primeiros cinco artigos:

Artigo 1.º Os estudos dos lyceus nacionaes são distribuidos pelo modo seguinte:

Lyceus de 1.ª classe

Annos do curso	Disciplinas	Lições por semana	Horas de aula por semana
1.º Anno ..	Portuguez	5	16 horas e $\frac{3}{4}$
	Francez.....	4	
	Calculo mental e quatro operações (1.ª parte de mathematica).....	2	
	Calligraphia e desenho (1.ª parte).....	2	

2.º Anno...	Portuguez	2	16 horas e $\frac{3}{4}$
	Francez.....	4	
	Inglez	3	
	Arithmetica pratica (1.ª parte da mathematica).....	2	
	Calligraphia e desenho (1.ª parte).....	2	
3.º Anno ..	Inglez	2	18 horas
	Allemao.....	3	
	Latim (1.ª parte).....	4	
	Mathematica (1.ª parte).....	3	
	Desenho (1.ª parte).....	2	
4.º Anno ..	Inglez	2	19 horas e $\frac{1}{4}$
	Allemao.....	2	
	Latim (1.ª parte).....	3	
	Grego	3	
	Mathematica (2.ª parte).....	3	
	Desenho (2.ª parte).....	2	
5.º Anno ..	Allemao.....	2	22 horas e $\frac{1}{2}$
	Latim (1.ª parte).....	2	
	Grego	2	
	Mathematica (2.ª parte).....	2	
	Geographia, chronologia e historia.....	3	
	Philosophia (1.ª parte).....	3	
	Principios de physica e chimica e introdução á historia natural.....	4	
286/ 6.º Anno ..	Latim (2.ª parte).....	2	22 horas e $\frac{3}{4}$
	Grego	3	
	Geographia, chronologia e historia.....	4	
	Philosophia (2.ª parte).....	4	
	Portuguez (3.º anno), oratoria, poetica e litteratura.....	6	

Lyceus de 2.ª classe

Annos do curso	Disciplinas	Lições por semana	Horas de aula por semana
1.º Anno	Portuguez	5	16 horas e $\frac{3}{4}$
	Francez.....	4	
	Calculo mental e quatro operações (1.ª parte da mathematica).....	2	
	Calligraphia e desenha (1.ª parte)	2	

2.º Anno.....	Portuguez	2	18 horas
	Francez.....	4	
	Latim (1.ª parte)	4	
	Arithmetica pratica (1.ª parte da mathematica) ..	2	
	Calligraphia e desenho.....	2	
3.º Anno	Latim (1.ª parte).....	3	18 horas
	Mathematica (1.ª parte).....	3	
	Geographia, chronologia e historia.....	3	
	Philosophia (1.º parte)	3	
	Desenho (1.ª parte).....	2	
4.º Anno	Latim (1.ª parte).....	2	20 horas
	Geographia, chronologia e historia.....	4	
	Principios de physica e chimica e introdução á historia natural	4	
	Portuguez (3.º anno), oratoria, poetica e litteratura.....	6	

Art. 2.º Nos lyceus de 1.ª classe ha dois cursos, um *especial* que é igual ao dos lyceus de 2.ª classe; e outro geral que, alem das materias d'aquelle, comprehende o estudo das linguas ingleza, allemã, grega e latina (2.ª parte), da philosophia (2.ª parte), da mathematica (2.ª parte), e do desenho (2.ª parte).

1. O curso *especial* ou de lyceu de 2.ª classe, feito em qualquer lyceu, e levado em conta ao alumno que pretender concluir o curso geral sem obrigação de repetir os exames.

Art. 3.º Nos lyceus, onde por lei se acham creadas outras disciplinas que não são mencionadas no artigo 1.º, os alumnos frequenta-las-hão nos annos que lhes aprouver.

Art. 4.º A duração das aulas, tanto nos lyceus de 1.ª como nos de 2.ª classe, é de uma hora e um quarto, excepto na aula de desenho que é de hora e meia.

Art. 5.º Os programmas do curso especial são communs aos lyceus de 1.ª e 2.ª classe (*Decreto* 1872: 285-286).

Sem qualquer especificação de quais seriam os liceus de primeira e quais os de segunda classe, este diploma ofereceu um currículo detalhado para o ensino secundário ao longo de seis anos (liceus de primeira classe) e de quatro anos (liceus de segunda classe). Nos de ambas as classes, a disciplina de 'Portuguez' (que mantinha a designação da malfadada reforma de 1868) passou a ser lecionada em cinco lições no primeiro ano (isto é, 6 ¼ horas semanais), duas no segundo (isto é, 2 ½ horas semanais) e seis no sexto ano (isto é, 7 ½ horas semanais; aqui, tratava-se sobretudo da vertente literária). Assim, com treze lições, a carga letiva em língua e literatura portuguesa tinha

passado a ser maior do que a do latim, que nos liceus de primeira classe era lecionado em onze lições e nos de segunda classe em nove lições. Da mesma forma, esta disciplina passou a receber também uma ponderação mais forte do que as línguas estrangeiras modernas ensinadas em ambos os tipos de liceus. Na sequência deste diploma, em 31 de março de 1873, o mesmo ministro emitiu o «Regulamento para os lyceus nacionaes», no qual as disciplinas supracitadas foram novamente enunciadas tendo todos os aspetos relacionados com exames também sido abordados em pormenor (artigos 30.º a 72; cf. *Decreto* 1873: 53-57).

A próxima reforma do sistema de ensino secundário português foi introduzida em 14 de junho de 1880 pelo Ministro do Reino José Luciano de Castro Pereira Corte-Real (1834-1914). Nesta lei, foram estabelecidos três tipos de escolas secundárias em Portugal. Em primeiro lugar, ficaram os ‘lyceus centraes’ (isto é, os antigos liceus de primeira classe), para os quais se contemplava um leque de 16 disciplinas, das quais oito eram de natureza linguístico-literária.¹ No segundo grupo dos ‘lyceus nacionaes’ (a que provavelmente pertencia uma grande parte dos liceus distritais então existentes) somente eram ensinadas as primeiras oito disciplinas, entre as quais as primeiras três eram de natureza linguística. Para além disso, ainda foram criadas ‘escolas municipais secundarias’, em que o ensino linguístico estava circunscrito às línguas portuguesa e francesa. Vejamos o «CAPITULO II Disciplinas e cursos dos institutos secundários» (artigos 6.º a 21.º) da *Lei* (1880):

Art. 6.º O ensino dos lyceus centraes compreenderá as seguintes disciplinas:

- 1.ª Língua portugueza;
- 2.ª Língua franceza;
- 3.ª Língua latina;
- 4.ª Geographia e cosmographia, historia universal e patria;
- 5.ª Arithmetica, geometria plana, principios de algebra e escripturação;
- 6.ª Elementos de physica, chimica e de historia natural;
- 7.ª Elementos de legislação civil, de direito publico e administrativo portuguez, e de economia politica;
- 8.ª Desenho;
- 9.ª Litteratura nacional;
- 10.ª Philosophia racional e moral e principios de direito natural;
- 11.ª Algebra, geometria no espaço e trigonometria;

¹ Neste sentido, as disciplinas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 14.ª, 15.ª e 16.ª eram dedicadas às línguas portuguesa, francesa, latina, grega, inglesa e alemã, ao passo que a 9.ª e 13.ª se ocupavam das literaturas portuguesa e latina, respetivamente.

12.^a Physica e chimica;

13.^a Latinidade;

14.^a Lingua grega;

15.^a Lingua ingleza;

16.^a Lingua allemã.

Art. 7.º O ensino dos lyceus nacionaes comprehende as oito primeiras disciplinas do artigo antecedente.

§ unico. Junto dos lyceus centraes e nacionaes poderá o governo crear cadeiras de ensino profissional, em harmonia com as necessidades especiaes das localidades.

Art. 8.º O ensino das escolas municipaes secundarias comprehende:

1.º Lingua portugueza;

2.º Lingua franceza;

3.º Arithmetica, geometria e escripturação;

4.º Desenho.

§ unico. Nas escolas municipaes secundarias poderá o governo estabelecer uma ou mais cadeiras de ensino profissional em harmonia com as necessidades locaes, nos ter mos do § 1.º do artigo 5.º

Art. 9.º Nos lyceus centraes haverá dois cursos – geral e complementar.

Art. 10.º Nos lyceus nacionaes haverá somente o curso geral.

§ unico. Nos lyceus de Braga, Vizeu, Evora e Angra do Heroismo, alem do curso geral, haverá um curso complementar de letras em tudo igual ao dos lyceus centraes, e no lyceu do Funchal um curso complementar de sciencias.

Art. 11.º O curso geral é commum a todos os lyceus, e dura quatro annos.

Art. 12.º O curso complementar dividir-se-ha em duas secções uma de letras ou humanidades, e outra de sciencias. O estudo em cada uma d'estas secções durará dois annos.

Art. 13.º Nas escolas municipaes secundarias haverá um curso de dois annos, organizado como os dois primeiros do curso geral.

Art. 14.º O governo, ouvidas as estações competentes, determinará nos regulamentos a distribuição das disciplinas dos lyceus e escolas municipaes secundarias pelos diversos annos dos cursos, e pulicará os programmas de ensino e a relação dos compendios.

Art. 15.º Haverá dezeseis professores nos lyceus centraes, sendo oito para o curso geral e oito para os dois cursos complementares de letras e sciencias.

Art. 16.º A doutrina do artigo antecedente, na parte relativa ao curso geral, é applicavel aos lyceus nacionaes, nos quaes haverá somente oito professores, menos nos lyceus de Braga, Vizeu, Evora, Angra do Heroismo e Funchal, onde, alem dos professores do curso geral, haverá mais cinco para o curso complementar de letras.

Art. 17.º Com as disciplinas dos lyceus formar-se-hão tres grupos; a saber:

Nos cursos geraes e complementares:

1.º Latim, latinidade, portuguez e litteratura nacional;

2.º Mathematica e sciencias naturaes;

3.º Geographia e historia, legislação o philosophia.

Nos cursos simples geraes:

- a) Latim, portuguez e francez;
- b) Mathematicas e sciencias naturaes;
- c) Geographia, historia e legislação.

§ unico. As restantes disciplinas ficarão isoladas.

Art. 18.º Haverá um professor proprietario para cada uma das cadeiras mencionadas no artigo 6.º

§ 1 Alem dos professores proprietarios haverá em cada um dos lyceus centraes tres professores substitutos, pertencendo um ao primeiro grupo, outro ao segundo e outro ao terceiro, conforme o disposto no artigo 17.º

§ 2.º Os substitutos, alem da regencia na falta dos proprietarios, serão obrigados a acompanhar os alumnos nas salas de estudo, repetindo as lições, tirando duvidas, facilitando os exercicios de memoria, corrigindo as versões, explicando os themes, e demonstrando nos livros, nos mapps, nos aparelhos, nas excursões geographicas, de geologia, de botanica e de zoologia.

Art. 19.º Nas escolas municipaes secundarias haverá dois ou tres professores, segundo o governo determinar, em harmonia com as requisições da localidade.

Art. 20.º Nos lyceus nacionaes, que não forem os designados no artigo 16.º, poderá o governo estabelecer o curso complementar de letras ou de sciencias, quando as juntas geraes do districto se obrigarem a concorrer com todo o augmento da despeza correspondente ao pessoal e material do curso pedido, revertendo para o cofre da junta a importancia das propinas de matricula respectivas ao curso complementar, e sendo os professores e empregados excedentes nomeados pelo governo, e segundo as prescrições d'esta lei.

Art. 21.º As escolas municipaes secundarias poderão ser elevadas pelo governo á categoria do lyceus nacionaes, se as juntas geraes, camaras municipaes, associações ou individuos assim o requererem, responsabilizando-se pelo excesso da despeza com o pessoal e material do lyceu (*Lei* 1880: 96).

Com esta reforma importante, a disciplina curricular, relativa à língua materna dos alunos, passou a ser '1.ª Língua portuguesa', havendo ainda outra disciplina designada como '9.ª Litteratura nacional'. De acordo com o artigo 15.º, estas também passaram a ser as designações das respectivas cátedras de ensino liceal. O mesmo legislador publicou em 14 de outubro de 1880 as «Providencias regulamentares approvadas por decreto d'esta data» (*Decreto* 1880). No artigo 4.º, que se dedicava à «[...] distribuição das disciplinas pelos diversos anos dos cursos de instrução secundaria [...]», a disciplina 'Língua portuguesa' encontra-se como '1.ª parte' e '2.ª parte' no primeiro e no segundo anos do 'curso geral' em cinco dias por semana (*Decreto* 1880: 301). Mais adiante, o «PLANO-MODELO DE HORARIO» permite entender

que no ‘curso geral’ no primeiro ano estavam previstas aulas de ‘Portuguez’ às segundas, terças, quartas, sextas e sábados «[...] das 8 ás 9½ horas – 1½ horas» (*Decreto* 1880: 303), ou seja, 7½ horas por semana. Já no segundo ano, a aula de língua materna passou para outro horário, nomeadamente «[...] das 9¾ ás 11¼ horas – 1½ horas» (*Decreto* 1880: 303). Assim sendo, o ensino linguístico no ‘curso geral’ de quatro anos era no total de 10 aulas ou 15 horas ao longo de dois anos para ‘Lingua portugueza’ e ‘Lingua franceza’, ao passo que a ‘Lingua latina’ passou a ser ensinada em apenas quatro aulas no terceiro e cinco no quarto anos, perfazendo um total de 9 horas ou 13½ horas letivas em dois anos (*Decreto* 1880: 304).

Em 29 de julho de 1886, o mesmo Ministro do Reino José Luciano de Castro viria a assinar outro decreto de reforma em que simplificou bastante a sua reforma anterior. Vejamos os artigos 1.º a 3.º:

Artigo 1.º O curso dos lyceus é uniforme e igual em todos elles e comprehende os seguintes estudos:

Lingua e litteratura portugueza;
Lingua franceza;
Lingua ingleza;
Lingua latina;
Mathematica elementar;
Physica e chimica e introducção á historia natural;
Geographia e historia;
Philosophia elementar.

§ unico. O curso dos lyceus não será inferior a seis annos.

Art. 2.º Alem das disciplinas mencionadas no artigo antecedente, será professado:

1.º Em todos os lyceus o ensino de desenho linear em dois annos do curso, fóra das horas da classe;

2.º Em cada um dos tres lyceus centraes o ensino das linguas grega e alle-mã, como disciplinas annexas ao curso, ficando a cargo do governo indicar as faculdades e escolas para as quaes é indispensavel o exame d’aquellas disciplinas.

§ unico. O governo poderá accrescentar ao curso dos lyceus exercicios de canto, gymnastica e jogo de armas.

Art. 3.º Com as disciplinas indicadas no artigo 1.º formar-se-hão grupos para a nomeação e collocação dos professores.

Art. 4.º Para a regencia das diversas disciplinas haverá nos lyceus centraes dez professores proprietarios e oito nos lyceus nacionaes.

§ 1.º Cada professor deve em regra reger annualmente, pelo menos, duas disciplinas ou partes de disciplinas em mais de uma classe.

§ 2.º Nos lyceus centraes haverá mais tres aggregados, para regencia de disciplinas e demais exercicios escolares que lhes forem determinados (*Decreto* 1886a: 470).

Em vez do extenso leque de 16 cadeiras da *Lei* (1880), das quais apenas oito também seriam ensinadas nos ‘lyceus nacionaes’, esta reforma constituiu, na verdade, uma simplificação. Tendo sido abolida a numeração explícita, a disciplina ‘Lingua e litteratura portugueza’ continuava em primeiro lugar, à frente das outras três disciplinas linguísticas obrigatórias em todo o ensino liceal (de que agora fazia parte o inglês), ficando agora estipulada uma duração obrigatória do ensino liceal de seis anos. Quanto às duas disciplinas linguísticas que já antes eram próprias dos liceus centrais (grego e alemão), estas passaram a ser consideradas no artigo 2.º em que são tratadas as disciplinas adicionais.

Em 12 de agosto do mesmo ano seguiu-se o «Regulamento geral dos lyceus a que se refere o decreto d’esta data». No artigo 7.º deste diploma, relativo à «[...] distribuição das disciplinas pelos diversos annos do curso», a nova disciplina «Lingua e litteratura portugueza, 1.ª parte» era para ser lecionada em 5 aulas e num total de 6¼ horas por semanas tanto no primeiro como no segundo ano e outra disciplina chamada «Lingua e litteratura portugueza, 2.ª parte» era lecionada no quinto e sexto ano, tanto na «Secção de letras», como na «Secção de sciencias» e tinha a mesma duração (*Decreto* 1886b: 544).

Como vimos *supra*, a relativa instabilidade da situação política em Portugal no período final da monarquia também no sistema educativo conduziu a uma situação relativamente caótica, que só se alterou com a reforma (1894) e o *Regulamento geral do ensino secundario* (1895), emanado desde 22 de dezembro de 1894 pelo Ministro João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco (1855-1929). Embora não formalmente, de facto foi o político educador madeirense Jaime Constantino de Freitas Moniz (1837-1917), professor do Curso Superior de Letras, quem era responsável pelo conteúdo do preâmbulo pormenorizado e do «DECRETO N.º 2 Instrucção secundaria» (*Decreto* 1894: 1067-1071; 1076-1078).

Artigo 1.º A instrucção secundaria do estado é professada em institutos de duas categorias: lyceus nacionaes centraes o lyceus nacionaes.

Art. 2.ª Ha um lyceu na séde de cada districto administrativo. A designação das sédes de districto onde devem estabelecer-se os lyceus centraes será feita em decreto especial.

§ unico. Os lyceus de Lamego e Amarante continuam a ser considerados nacionaes.

Art. 3.º A instrucção secundaria reparte-se por dois cursos: um geral e outro complementar. O curso geral verifica-se em todos os lyceus; o curso complementar é privativo dos lyceus centraes.

Art. 4.º O curso geral abrange cinco annos ou classes e comprehende as seguintes disciplinas:

- 1.^a Lingua e litteratura portugueza.
- 2.^a Lingua latina.
- 3.^a Lingua, franceza.
- 4.^a Lingua allemã ou ingleza.
- 5.^a Geographia o historia com especialidade a de Portugal.
- 6.^a Arithmetica, algebra elementar e geometria plana.
- 7.^a Elementos do historia natural, de physica e do chimica.
- 8.^a Desenho.

Art. 5.^a O curso complementar abrange dois annos ou classes e comprehende as seguintes disciplinas:

- 1.^a Lingua e litteratura portugueza.
- 2.^a Lingua latina.
- 3.^a Lingua allemã.
- 4.^a Geographia o historia.
- 5.^a Algebra, geometria no espaço, trigonometria o cosmographia elementar.
- 6.^a Physica, chimica e historia natural.
- 7.^a Philosophia.

Art. 6.^o A lingua grega é professada em duas cadeiras: uma no curso superior de letras, e outra annexa á faculdade do theologia.

Art. 7.^a Ha quatorze professores nos lyceus centraes e nove nos lyceus nacionaes, incluindo o professor de desenho.

§ unico. Ficam supprimidos os logares do professores aggregados (*Decreto* 1894: 1076).

Com este diploma, foram estabelecidas as bases daquela que seria a última e mais importante reforma do ensino secundário no século XIX, sofrendo o cânone das disciplinas uma revisão e sistematização radical. No ‘curso geral’ de duração de cinco anos, passou a haver oito disciplinas, das quais a ‘Lingua e litteratura portugueza’ ficou em primeiro lugar entre as quatro disciplinas de natureza linguístico-literária ou filológica. À semelhança do que vimos *supra* no *Decreto* (1886b: 544), no ‘curso complementar’, de duração de dois anos, a disciplina ‘Lingua e litteratura portugueza’ viria a encabeçar as três disciplinas linguísticas, havendo ainda outras quatro disciplinas. O grego como língua escolar deixou, no entanto, de fazer parte do currículo do ensino liceal, sendo apenas lecionado no Curso Superior de Letras (1858-1911), e na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Além disso, esta medida tinha naturalmente de ter um grande impacto no corpo docente do sistema liceal.

Com data de 14 de agosto de 1895, o mesmo ministro mandou publicar o «Regulamento geral do ensino secundario» em que voltaram a ser elen-

casas as disciplinas *supra* citadas, com uma pequena divergência de ter sido alterada a ordem das línguas na disciplina «4.^a Lingua ingleza ou allemã» do ‘curso geral’ (*Decreto* 1895a: 662).

O quadro seguinte dá uma visão clara da distribuição das disciplinas e dos correspondentes períodos de estudo semanal ao longo dos sete anos de escolaridade liceal:

Disciplinas	Curso geral					Curso comple-mentar		Total de tempo semanal destinado a cada disciplina em todas as classes
	Secção inferior — Classes		Secção media — Classes			Secção superior — Classes		
	I	II	III	IV	V	VI	VII	
Lingua e litteratura portugueza	6	6	3	3	4	4	4	30
Lingua latina	6	6	5	5	4	4	4	34
Lingua franceza	-	4	3	3	3	-	-	13
Lingua ingleza	-	-	(4)	(4)	(4)	-	-	(12)
Lingua allemã	-	-	4	4	4	5	4	21
Geographia	2	1	2	1	1	1	1	9
Historia	1	1	2	2	2	3	3	14
Mathematica	4	4	4	4	4	4	4	28
Sciencias physicas e sciencias naturaes.....	2	2	2	4	4	4	5	23
Philosophia	-	-	-	-	-	2	2	4
Desenho	3	3	3	2	2	-	-	13
Total ..	24	27	28	28	28	27	27	189

Com esta reforma, o latim, com um total de 34 horas semanais ao longo de todo o curso liceal, recuperou um pouco da sua importância anterior em relação aos estudos linguístico-literários na disciplina ‘Lingua e

litteratura portugueza’, que durante sete anos foi passou a ter umas 30 horas semanais, ou seja, uma média de cinco horas por semana e ano letivo.

Com data de 14 de setembro de 1895, enfim, o ministro mandou ainda publicar os «Programmas a que se refere o decreto supra». Só a primeira disciplina ‘Lingua e litteratura portugueza’ valia cerca de quatro páginas para os reformadores. Pela primeira vez em tantas reformas ao longo do século XIX, foi elaborado um programa de ensino pormenorizado para cada ano letivo, no qual o legislador vinha definir, entre outros aspetos, os textos de leitura e as características gramaticais que deviam ser estudadas com os alunos nas aulas. O programa termina com uma secção intitulada «Observações», que começam da seguinte forma:

O ensino da lingua nacional nas primeiras cinco classes deve ministrar, aos alumnos, a capacidade de a ler e fallar com correcção: o conhecimento desenvolvido da morphologia (descriptiva) e do essencial da syntaxe portugueza; facilidade e firmeza na escripta, em breves redacções do genero epistolar e descriptivo, em relações sobre materia da experiencia propria dos alumnos, ou reproducções, com variantes, de escriptos alheios; noções elementarissimas das fórmas poeticas, dos principaes generos litterarios: primeiro incentivo ao gosto pela litteratura e pelo desenvolvimento do sentimento nacional.

Nas duas ultimas classes alargam-se e completam-se estas aquisições. O alumno devo ficar apto para ler com expressão e para desenvolver de modo claro, correcto e sufficientemente particularisado, um thema colhido no circulo dos seus estudos e leituras; deve assenhorear-se do conhecimento dos principaes factos da historia da nossa litteratura estudados em producções typicas, com aproveitamento das leituras feitas nos annos anteriores, e bem assim da historia da lingua e de exemplos caracteristicos; enfim, firmará o seu sentimento moral e nacional por meio das leituras e dos commentarios respectivos.

A leitura é o ponto de partida de todos os exercicios. A grammatica, os elementos da poetica, da stylistica, da historia litteraria, são todos ensinados em ligação com a leitura, o quo não exclue recapitulações por onde se completem com exemplos novos os quadros dos conhecimentos indispensaveis. Não haverá livros especiaes para o ensino da poetica, da stylistica, da historia litteraria e da historia da lingua: os livros de leitura conterão, em introducções, em notas, em breves noticias antepostas aos textos e appendices, os elementos imprescindiveis d’aquellas recapitulações, as quaes servirão ao mesmo tempo de programma desenvolvido para as explicações do professor (*Decreto 1895b*: 718).

Conclusões

Como é sabido sobejamente, as reformas pombalinas do ensino secundário tiveram o seu início com o Alvará de 28 de junho de 1759, através do qual o sistema de ensino da Companhia de Jesus ficou substituído por um sistema secular em que as aulas seriam dadas por professores régios. Tal como o sistema anterior, também o ensino linguístico da reforma pombalina estava concentrado na língua latina, sendo a grande inovação a proibição da gramática alvaresiana e de obras afins, junto com a prescrição de duas gramáticas latino-portuguesas que tinham em comum a metalinguagem portuguesa.

Dado que a reforma de 1759 não se preocupava de forma alguma com a língua materna dos alunos dentro do sistema escolar, coube ao hoje famoso Alvará de 30 de setembro de 1770 estabelecer a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770) de António José dos Reis Lobato como a primeira gramática da língua portuguesa de caráter obrigatório. Durante um período máximo de seis meses, esta obra deveria ser utilizada no recém-criado sistema do ensino linguístico secundário pós-jesuítico, servindo em aulas prope-dêuticas da língua materna antes de começarem as próprias aulas de latim.

Por mais que a *Arte* lobatiana da língua portuguesa tenha conseguido uma posição de destaque no mercado livreiro sobretudo desde inícios até meados do século XIX, é de constatar que as medidas reformadoras dos legisladores setecentistas na realidade ficaram aquém do desejado, no sentido de um estabelecimento de um sistema coeso de instrução secundária para todo o reino de Portugal e Colónias.

Uma mudança significativa viria somente no reinado de D. Maria II. No âmbito de um plano completo de todo sistema educativo português, o Ministro do Reino Manuel da Silva Passos decretou não só a reforma de ensino primário, mas em 17 de novembro de 1836 criou de raiz todo um novo sistema de ensino secundário ou liceal, para o qual previa um total de dez disciplinas, quatro das quais de natureza linguístico-literária. No âmbito desta reforma, a língua portuguesa entrou de forma algo hesitante sob a designação ‘Grammatica Portugueza e Latina, Classicos Portugueses, e Latinos’ (*Decreto* 1836b: 136), ocupando desde já o primeiro lugar das disciplinas do novo ensino liceal. Na década seguinte, no âmbito da reforma de Costa Cabral, de 20 de setembro de 1844, o legislador movimentava-se ainda na mesma senda ao designar a primeira disciplina como ‘Grammatica Portugueza e Latina’ (*Decreto* 1844: 311).

No reinado de D. Pedro V, é a partir da reforma Fontes Pereira de Melo, de 10 de abril de 1860, que se observa uma mudança de paradigma, uma vez que a língua portuguesa, de uma vez por todas, ficou separada da latina. Foi estabelecida a nova primeira disciplina ‘Grammatica e lingua portugueza’ (*Decreto e regulamento* 1860: 128), designação esta que viria a ser mantida na reforma do ministro Anselmo José Braamcamp, de 9 de setembro de 1863 (*Decreto e regulamento* 1863: 44).

Cinco anos depois, o Marquês de Sá da Bandeira decretou a malfadada reforma de 31 de dezembro de 1868, em que previa uma primeira disciplina de língua materna, designada como ‘Portuguez’ (*Decreto* 1868: 628). Revogada esta reforma em 2 de setembro de 1869 (*Lei* 1869: 408), a designação manteve-se na reforma de 23 de setembro de 1872, decretada pelo Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio (*Decreto* 1872: 285).

Quase oito anos mais tarde, o Ministro do Reino José Luciano de Castro decretou outra reforma em 14 de junho de 1880. Nela, as disciplinas de língua materna entrariam em designações de duas das 16 disciplinas, nomeadamente em ‘1.^a Língua portugueza’ e ‘9.^a Litteratura nacional’ (*Lei* 1880: 96).

No dia 29 de julho de 1886, o mesmo ministro decretou outro diploma de reforma, que tencionava simplificar a reforma de 1880. Tendo simplificado o currículo anterior de 16 para só 8 disciplinas, o legislador passou a designar a primeira disciplina ‘Língua e litteratura portugueza’ (*Decreto* 1886a: 470). Com efeito, seria esta a mesma designação que viria a ser empregue na reforma de Jaime Moniz, cujos inícios datam de 22 de dezembro de 1894 (*Decreto* 1894: 1076).

Assim, a nossa análise de nove diplomas de reformas do ensino secundário no Portugal desde 1836 até 1894 permite-nos estabelecer o seguinte quadro da terminologia usada para o ensino da língua materna dos alunos dos liceus portugueses oitocentistas:

ANO	DESIGNAÇÃO
1836	Grammatica Portugueza e Latina, Classicos Portugueses, e Latinos
1844	Grammatica Portugueza e Latina
1860	Grammatica e lingua portugueza
1863	Grammatica e lingua portugueza
1868	Portuguez [reforma suspendida em 1869]
1872	Portuguez
1880	Língua portugueza
1886	Língua e litteratura portugueza
1894	Língua e litteratura portugueza

No que respeita ao ensino linguístico, podemos constatar que ao longo deste tempo foram utilizadas cinco designações diferentes. Nas primeiras duas reformas, a ênfase ainda estava no ensino da ‘gramática’, sendo de certa maneira evidente que o respetivo ensino das duas línguas deveria acontecer através do *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza* (1829-1872) de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854).

Quanto à emancipação do latim, na forma da designação da disciplina como ‘Grammatica e língua portugueza’, esta somente aconteceria de forma definitiva em 1860. Por outro lado, a última designação dos diplomas oitocentistas ‘Lingua e litteratura portugueza’ foi, desde 1886, um claro reflexo da importância crescente dos estudos literários no ensino da língua materna e manter-se ia bem para além de fins do século XIX.

Na sequência do artigo 7.º do *Decreto* (1895a: 662), para o ‘curso complementar de letras’, no âmbito da reforma de 29 de agosto de 1905 o artigo 3.ª do *Decreto* (1905a: 384) passou a contemplar a mesma disciplina em ortografia simplificada: «1.ª Lingua e literatura portuguesa». Esta designação manter-se-ia até à reforma de 17 de abril de 1917 e 2 de Outubro de 1926, quando a designação ‘Português’ voltou a ser preferida (*Decreto* 3:091: 260 [artigo 6.º]; *Decreto* 12:425: 1464 [artigo 84.º]). Como se vê, por exemplo, na reforma do ditador militar Sidónio Pais (1872-1918), de 14 de julho de 1918, que viria a ter só muito curta vigência (*Decreto* 4:650), e na primeira grande reforma que o Estado Novo fez ao sistema liceal português em 14 de outubro de 1936 (*Decreto-Lei* 27.084), a disciplina dedicada à língua materna não parece ter alcançado estabilidade terminológica. Mas pode constatar-se que o ensino da língua e literatura portuguesas como tal, pelo menos desde 1860, tinha chegado cada vez mais ao destino de ser uma das disciplinas mais importantes do sistema liceal português.

E porquê isso? Acontece que a exigência de sólidos conhecimentos de gramática portuguesa, de ler e escrever e de composição já passara desde meados do século XIX a fazer cada vez mais parte do catálogo das condições indispensáveis para candidaturas de sucesso quer para empregos na administração pública, quer para os estudos na Universidade de Coimbra, etc.

Além disso, a partir de 1860, as reformas do ensino secundário vinham acompanhadas por preocupações do então Conselho Geral de Instrução Pública (1859-1868) ou de outras autoridades precursoras do atual Ministério da Educação, Ciência e Inovação, no sentido os órgãos do Estado escolherem manuais para as disciplinas previstas no currículo liceal. Mas esta será uma investigação para estudos futuros...

Referências bibliográficas

Alvará (1759) = Alvará, por que V. Magestade ha por bem reparar os Estudos das Linguas Latina, Grega, e Hebraica, e da Arte da Rhetorica, da ruina a que estavaõ reduzidos; e restituir-lhes aquelle antecedente lustre, que fez os Portugueses tão conhecidos na Republica das Letras, antes que os Religiosos Jesuitas se intromettessem a ensinallas: Abolindo inteiramente as Classes, e Escolas dos mesmos Religiosos: Estabelecendo no ensino das Aulas, e Estudos das Letras Humanas uma geral refórma, mediante a qual se restituia nestes Reinos, e todos os seus Dominios o Methodo antigo, reduzido aos termos simplicis, claros, e de maior facilidade, que actualmente se pratica pelas Naçoens polidas da Europa: Tudo na fórma acima declarada. Lisboa: Foi impresso na Officina de Miguel Rodrigues. In: *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado delRei Fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor: Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rei D. João o V do anno 1749*. Tomo I. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo [documento de 10, [I] páginas, sem paginação dentro da coleção].

Alvará (1770) = Alvará, por que Vossa Magestade he servido ordenar, que nas Classes de Latinidade sejam os Mestres obrigados, quando receberem Discipulos, a instruillos previamente na Grammatica Portugueza, composta por Antonio Jose dos Reis Lobato, abolindo para sempre das Escolas de ler, e escrever o prejudicial abuso dos processos litigiosos, e sentenças, que até agora nellas se liam, e que em seu lugar se ensinem os meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, e especialmente pelo Catecismo de Montpellier, tudo na forma assima declarada. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. In: *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado delRey Fidelissimo D. Jose I. Nosso Senhor: Desde 31. de Julho de 1769. até 7 de Abril de 1775*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica [documento de [III] páginas, sem qualquer paginação].

Álvares, Manuel. ¹1572. *Emmanuelis Alvari è Societate Iesv de institutione grammatica libri tres*. Olyssippone: Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius. [variante: Taxada cada Arte a Oyto Vintês em papel].

Álvares, Manuel. ¹1573. *Emmanuelis Alvari è Societate Iesv de institutione grammatica libri tres*. Olyssippone: Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius.

Álvares, Manuel & António Velez. 1608. *Emmanuelis Alvari, e' Societate Iesv, De Institutione Grammatica Libri tres*. Antonij Vellesij Amiensis ex eadem Societate Iesv in Eborensi Academia Præfecti studiorvm, opera, Avcti et illvstrati. Eboræ: Excudebat Emmanuel de Lyra Vniversitatis Typogr.

Álvares, Manuel & António Velez. 1755. *Emmanuelis Alvari e' Societate Jesu de institutione grammatica libri tres*. Antonij Vellesij Amiensis ex eâdem Societate Jesu Eborensis Academiae Præfecti Studiorum operâ Avcti, & Illustrati. Eborae: ex Typographia Academiae. [657 = 361 + 296 págs.(numeração manuscrita)]

Assunção, Carlos. 2000. *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Aca-

demia das Ciências de Lisboa.

Carvalho, Luísa. 2011. *O ensino do Português: como tudo começou*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. [DOI:<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0235-6>].

Costa, João Manuel Tavares da. 2018. «O ensino do Português entre 1895 e 1974: Literatura, tradição e autoridade». Tese de Doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/90542> (último acesso: 9 de março de 2025).

Decreto (1836a) = Decreto de 15 de novembro de 1836 – Da Instrução primária. In: *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados Desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*. Sexta Serie. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837: 131-136.

Decreto (1836b) = Decreto de 17 de novembro de 1836 – Da Instrução secundária. In: *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*. Sexta Serie. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837: 136-139.

Decreto (1836c) = Decreto de 5 de dezembro de 1836 – Da Instrução superior. In: *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*. Sexta Serie. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837: 191-199.

Decreto (1844) = Decreto de 20 de setembro (*Diario do Governo* 220 de 28 de setembro), acerca de Instrução Publica. *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1844*. Lisboa: Na Imprensa Nacional: 306-330.

Decreto (1868) = Decreto de 31 de dezembro de 1868 (pelo ministerio do reino – *Diario do governo* n.º 11 de 15 de janeiro de 1869) reforma da instrução publica. In: *Collecção Official da Legislação Portugueza*. Anno de 1868. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869: 627-633.

Decreto (1872) = Decreto de 23 de setembro de 1872 (ministerio do reino – *Diario do governo* n.º 217, de 26 de setembro) distribuindo os estudos nos lyceus e dando outras providencias para o aperfeiçoamento do ensino. In: *Collecção Official da Legislação Portugueza*. Anno de 1872. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873: 285-286.

Decreto (1873) = Decreto de 31 de março de 1873 (ministerio do reino – *Diario do governo* n.º 77, de 5 de abril) regulamento novo dos lyceus nacionaes. In: *Collecção Official da Legislação Portugueza*. Anno de 1873. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874: 49-61.

Decreto (1880) = Decreto de 14 de outubro de 1880 (ministerio do reino – *Diario do governo*, n.º 237 de 16 de outubro), approvando as providencias regulamentares para a distribuição das disciplinas nos lyceus e para a admissão, frequencia e exame dos alumnos. In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881: 300-316.

Decreto (1886a) = Decreto de 29 de julho de 1886 (ministerio do reino – *Diario do governo*, n.º 170 de 31 de julho), reformando a instrução secundária. In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887: 469-471.

Decreto (1886b) = Decreto de 12 de agosto de 1886 (ministerio do reino – *Diario do governo*, n.º 195 de 30 de agosto), approvando o regulamento geral dos lyceus. In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887: 543-550.

Decreto (1894) = «Decreto n.º 2 de 22 de dezembro de 1894 (presidencia do con-

selho de ministros – *Diario do Governo* n.º 292 de 24 de dezembro; Erratas no *Diario do Governo* n.º 293 de 25 de dezembro), aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária». In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895: 1067-1071; 1076-1078.

Decreto (1895a) = «Decreto de 14 de agosto de 1895 (ministerio do reino – *Diario do Governo* n.º 183 de 17 de agosto; Erratas no *Diario do Governo* n.ºs 184, 187, 188, 194 e 195), aprovando o regulamento geral do ensino secundario». In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896: 662-683.

Decreto (1895b) = «Decreto de 14 de setembro de 1895 (ministerio do reino – *Diario do Governo* n.º 208 de 16 de setembro), aprovando os programmas para o estudo das disciplinas de instrução secundaria conforme a ultima reforma d'este grau de ensino». In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896: 716-760.

Decreto (1905) = «Decreto de 29 de agosto de 1905 (Ministerio do Reino – *Diario do Governo* n.º 194 de 30 de agosto), modificando o regime vigente da instrução secundaria», in: *Collecção Official de legislação portuguesa*. Anno de 1905. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906: 382-390.

Decreto 3:091 = Decreto 3:091, de 17 de abril de 1917, inserindo todas as disposições existentes sobre ensino secundário e modificando a regulamentação dalgumas dessas disposições». *Diário do Govêrno: I Série* 60 (Têrça-feira, 17 de abril de 1917): 259-294.

Decreto 4:650 = Decreto n.º 4:650, de 14 de julho de 1918, reformando os serviços da Instrução Secundária. *Diário do Govêrno: I Série* 157 (2.º Suplemento, quinta-feira, 14 de julho de 1918): 1314-1333.

Decreto 12:425 = Decreto n.º 12:425, de 2 de Outubro de 1926, promulga o estatuto da instrução secundária. *Diário do Govêrno: I Série* 220 (sábado, 2 de outubro de 1926): 1457-1469.

Decreto-Lei 27.084 = Decreto-Lei nº 27.084, de 14 de outubro de 1936, promulga a reforma do ensino liceal. *Diário do Govêrno: I Série* 241 (Quarta-feira, 14 de outubro de 1936): 1235-1243.

Decreto e regulamento (1860) = Decreto e regulamento de 10 de abril de 1860 (pelo ministerio do reino – *Diario de Lisboa* n.º 133 de 12 de junho) dando regulamento aos lyceus nacionaes. In: *Collecção Official da Legislação Portugueza*. Anno de 1860. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861: 128-141.

Decreto e regulamento (1863) = Decreto e regulamento de 9 de setembro de 1863 (pelo ministerio do reino – *Diario de Lisboa* n.º 204 de 12 de setembro) modificando e alterando algumas disposições do decreto de 10 de abril de 1860 relativo aos lyceus. In: *Collecção Official da Legislação Portugueza*. Anno de 1863. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864: 445-457.

Destutt [de] Tracy, [Antoine-Louis-Claude]. ¹1801, I. *Projet d'Éléments d'Idéologie a l'usage des ecoles centrales de la republique française*. Par le Cit. Destutt-Tracy, Membre du sénat conservateur, et membre associé de l'Institut National. A Paris: Chez Pierre Didot l'aîné, imprimeur, Firmin Didot, libraire & Debray, libraire.

Destutt [de] Tracy, [Antoine-Louis-Claude]. ¹1803, II. *Éléments d'Idéologie: Se-*

conde Partie, Grammaire. Par le C.ⁿ Destutt-Tracy, Membre du Sénat conservateur, et Correspondant de l'Institut National. A Paris: Chez Courcier, Imprimeur-Libraire pour les Mathématiques.

Destutt [de] Tracy, A[ntoine]-L[ouis]-C[laude]. ¹1805, III. *Éléments d'Idéologie: Troisième Partie, Logique.* Par le A. L. C. Destutt-Tracy, Sénateur. A Paris: Chez Courcier, Imprimeur-Libraire pour les Mathématiques.

Fávero, Leonor Lopes. 1996. *As concepções lingüísticas no século XVIII: A gramática portuguesa.* Campinas: Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios).

[Figueiredo, António Pereira de]. ¹1752, I-1753, II. Novo Methodo da Grammatica latina. Para o uso das Escólas da Congregação do Oratorio Na Real Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado, e composto pela mesma Congregação. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. Senh. Card. Patriarca.

[Figueiredo], António Pereira de. ¹1814. Novo Methodo da Grammatica Latina, Reduzido a Compendio. pelo P. Antonio Pereira Da mesma Congregação. Para uso das Escólas da Congregação do Oratorio, na Real Casa de N. S. das Necessidades, e das deste Reino, e suas Conquistas; por Decreto de Sua Magestade Fidelissima de 28 de Julho de 1759. Decima Primeira Impressam. Lisboa: Na Impressam Regia & Vende-se na Portaria do Hospicio de Nossa Senhora das Necessidades.

Iken, Sebastião. 2002. *Index totius artis* (1599-1755): algumas reflexões sobre o índice lexicográfico latino-português da gramática de Manuel Álvares, elaborado por António Velez. In: Rolf Kemmler, Barbara Schäfer-Prieß & Axel Schönberger (eds.), *Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas.* Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama, 1. Reihe; 9): 53-83.

Jordão, Levi Maria. 1863. Elogio do Padre Antonio Pereira de Figueiredo, recitado na sessão publica da Academia no dia 20 de Fevereiro de 1859. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias: Classe de Sciencias Moraes, Politicas, e Bellas Letras* II/2 (Nova Serie): 31 páginas.

Kemmler, Rolf. 2007. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811).* Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama, 1. Reihe; 12).

Kemmler, Rolf. 2010. O *Compendio de grammatica latina e portugueza* (1829) de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854). In: Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes & Marlene Loureiro (eds.), *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XV a séc. XIX): Projeção da linguística ibérica na América Latina, África, Ásia e Oceânia.* Volume II. Münster: Nodus Publikationen: 469-481.

Kemmler, Rolf. 2020. As tiragens das edições setecentistas da Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato (1770-1797). In: Denise Salim Santos, Flávio de Aguiar Barbosa & Sheila Hue (orgs.), *O sentimento da Língua: Homenagem a Evanildo Bechara – 90 anos.* Rio de Janeiro: NAU Editora: 217-228.

Lei (1854) = Lei de 12 de agosto de 1854 (pelo Ministerio de Reino – *Diario do Governo* 196 de 22 de agosto de 1854)], dando diferentes providencias sobre instrução publica superior», in: *Collecção Official de legislação portugueza.* Anno de 1854. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855: 259-261.

Lei (1869) = Lei de 2 de setembro de 1869 (pelo ministério do reino – *Diário do governo* n.º 200 de 4 de setembro) suspendendo o decreto de 31 de dezembro de 1868 que reformou a instrução pública, e mandando pôr em vigor a legislação anterior. In: *Collecção Official da Legislação Portugueza*. Anno de 1869. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870: 408.

Lei (1880) = Lei de 14 de junho de 1880 (ministério do reino – *Diário do governo*, n.º 138 de 21 de junho), reforma e organização da instrução secundária. In: *Collecção Official de legislação portugueza: Anno de 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881: 95-100.

Lobato, António José dos Reis. ¹1770. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Composta, e Offerecida ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Commendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. Pelo Bacharel Antonio Jose' dos Reis Lobato.

Lobato, António José dos Reis. ¹²1814. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, Composta, e Offerecida ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal, Ministro, e Secretario de Estado de Sua Magestade Fidelissima da Repartição dos Negocios do Reino, &c. Pelo Bacharel Antonio Jose' dos Reis Lobato. Duodecima impressãõ, cuidadosamente corrigida dos erros das anteriores, e accrescentada com hum indice. Lisboa: Na nova Officina da Viuva Neves, e Filhos.

Mendes, António Félix. 1741. *Grammatica Portugueza da Lingua Latina para uso dos Cavalheros e Nobres, que tem Mestre em suas casas: Com hum Methodo para governo do Mestre que ensinar por ella, e hum Prologo Apologetico, Critico e noticioso aos Leitores*. Offerecida ao Illustrissimo Senhor D. Luiz da Camera, Filho dos Excellentissimos Condes da Ribeira Grande, Dignissimo Conego da Santa Basilica Patriarchal, &c. por Antonio Felix Mendes Mestre de Letras Humanas nesta Corte. Lisboa: Na Nova Officina Almeydiana.

[Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão]. 1800. *Catalogo das obras impressas, e manuscritas de Antonio Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratorio, Deputado Ordinario da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, desde a sua Creação pelo Senhor Rei D. José, Official de Cartas Latinas da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, e Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

[Moura, José Vicente Gomes de]. 1829. *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza, approvado pela resolução de Sua Magestade de 23 de Janeiro de 1829*. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade.

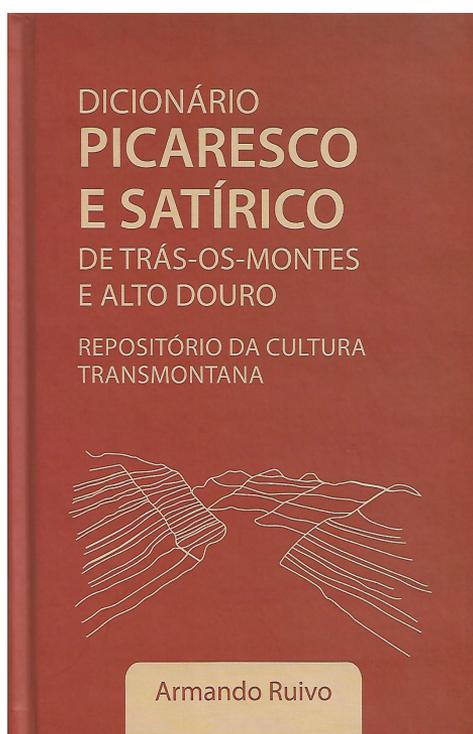
[Pouget François-Aimé] & Charles Joachim Colbert. ¹1770. *Catecismos da Diecese de Montpellier*. Impressos por ordem do Bispo Carlos Joaquim Colbert, traduzidos na lingua portugueza para por elles se ensinar a doutrina christa aos meninos nas escolas dos reinos, e dominios de Portugal. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.

RECENSÕES

Armando Ruivo: *Dicionário Picaresco e Satírico de Trás-os-Montes e Alto Douro.*
[Braga]: Gráfica Diário do Minho, 2022. 390 pp.

José Barbosa Machado (UTAD / CEL)

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.607



Tendo como subtítulo “Repositório da Cultura Transmontana”, este *Dicionário Picaresco e Satírico de Trás-os-Montes e Alto Douro* do mirandense Armando Ruivo é, pela sua originalidade e extensão, um excelente repositório linguístico para estudiosos da lexicologia e da dialetologia.

O autor, para o seu trabalho, serviu-se de três fontes diferenciadas: a sua experiência pessoal de transmontano nascido numa aldeia de Mirandela (Vide), os dicionários ou coleções lexicais feitos por outros (por exemplo, a *Língua Charra*

de A. M. Pires Cabral) e obras literárias de autores da região onde aparecem certos termos. Uma quarta fonte, não citada, terá sido certamente a de testemunhos orais, ou seja, a de ouvir outros dizer.

A obra contém por ordem alfabética palavras e expressões, podendo algumas destas entrar na classe dos lugares-comuns e até dos provérbios. Assim, temos *esmonar*, seguida da classe gramatical a que pertence e os significados que lhe são atribuídos: “Dar um soco, esmurrar”. Mas depois aparecem definições, ou explicações semânticas para *ferver em pouca água*, *ficar de cara à banda*, *não ter rasca na assadura*, ou *torto como um arrocho*. Muitas destas expressões são comuns a outras regiões nacionais, como o Minho e as Beiras, e outras têm um uso generalizado em Portugal e até no Brasil, não podendo, pois, afirmar-se que são transmontanas de gema. Mas sendo

usadas pelos habitantes de Trás-os-Montes, têm também direito a figurar na obra.

Acerca de um termo, é-nos dada informação lexical geral, acrescentando-se contextos literários, sempre que o respetivo termo é atestado nalguma obra. Damos o seguinte exemplo: “RINHONHÓS, s.. Delongas. Recriminações; objeções. Lit.: «Mas ó despeis num me benha com rinhonhós...» A. M. Pires Cabral, *O diabo veio ao enterro. / Não haver rinhonhós: Não se admitirem objeções. Lit.: «Ali não havia rinhonhós – ficar a um canto do escano, e aguentar-se».* Hirondino Fernandes, *E eu a cuidar...*” (2022: 333). No caso específico de *rinhonhós*, o autor não inseriu uma aceção que anda na boca das crianças, e que é o nome popular de *ioiô*, ou *ioiô*, um brinquedo constituído por uma guita e um pequeno carretel de madeira ou plástico que, com a mão, se procura enrolar e desenrolar num movimento circulatório.

Nalguns casos, o termo é atestado em paratextos, como os provérbios. É o caso de “EMPRENHAR, v. Engravidar; ficar prenha; fazer um filho. Adag. [ou seja, *adágio*] «Quem emprenha no bilhó faz a cegada ele só» (i.e., quem engravida a mulher em Novembro não pode contar com ela para o ajudar na cegada em Julho.) «Se não é no baile que se emprenha é lá que se engenha.»” (2022: 156).

O autor, na nota de apresentação, informa que, para melhor consistência dos materiais recolhidos, estes “foram impregnados de uma argamassa formada à base de comentários, excertos, chistes, adágios, quadras populares e histórias, na maior parte verídicas” (2022: 7). Ora esta argamassa informativa, além de permitir uma leitura mais amena, acrescenta valor cultural e linguístico à obra, que não se encontra em muitos outros dicionários de léxico dedicado a determinada localidade, conselho, distrito ou região. É portanto, um dicionário não apenas de consulta técnica ou científica, mas de fruição, ou seja, lê-se como com gosto.

Sendo um dicionário, como informa o título, *Picaresco e Satírico*, é forçoso que os termos se insiram entre essas duas fronteiras. No entanto, nem sempre assim acontece, havendo termos que que as extravasam, como *emprender*, que o autor dá como aceção cismar, pensar obsessivamente em alguma coisa (2022: 156); ou *desalentar*, exterminar, extinguir (2022: 139). São, no entanto, casos excepcionais e pertencem quase todos à classe dos verbos.

Uma pequena crítica antes de concluirmos: os termos deveriam vir seguidos de informação relativa ao local da recolha (freguesia, concelho e

distrito). Sabemos que isso é difícil, pois a sua esmagadora maioria é comum a várias localidades. Essa informação seria uma importante ferramenta para os lexicólogos. Falta também informação acerca dos testemunhos orais dos possíveis informantes (sexo, idade e origem).

Creemos, para finalizar, que é uma obra cujo conteúdo merece fazer parte de uma das bases de dados relativas ao vocabulário de Língua Portuguesa, mantidas por diversas instituições científicas e culturais.

